

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS E AS
CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS APLICADAS NOS PLANOS DE CONTAS
DAS PREFEITURAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

ACADÊMICO: MOISÉS DE OLIVEIRA BARBOSA

Florianópolis, Julho de 1999

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS E AS
CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS APLICADAS NOS PLANOS DE CONTAS
DAS PREFEITURAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: Moisés de Oliveira Barbosa


Orientador: Professor Flávio da Cruz

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS E AS
CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS APLICADAS NOS PLANOS DE CONTAS
DAS PREFEITURAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

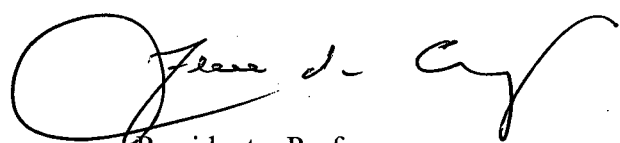
AUTOR: MOISÉS DE OLIVEIRA BARBOSA

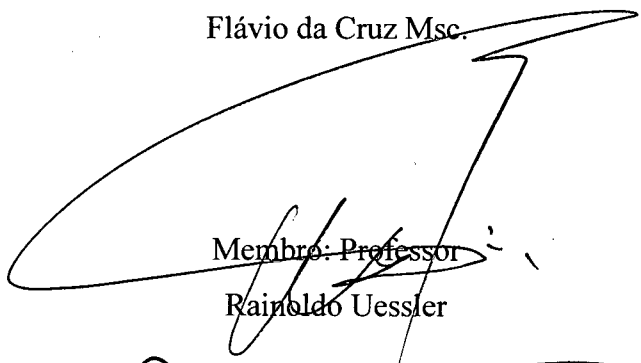
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,0 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

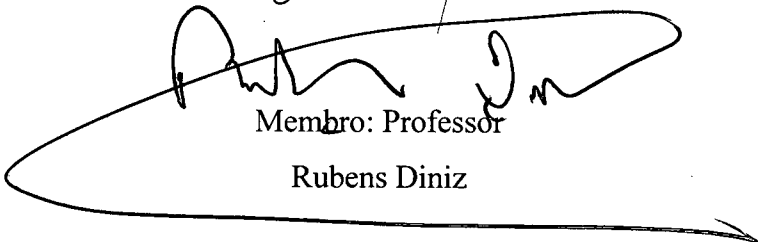
Florianópolis, 28 de Julho de 1999


Prof.^a Maria Denize Henrique Casagrande Msc.
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Professor
Flávio da Cruz Msc.


Membro: Professor
Rainoldo Uessler


Membro: Professor
Rubens Diniz

*“Viver apenas para um objetivo futuro é pouco consistente.
São os lados da montanha e não o topo que sustentam a
vida.”*

Robert M. Pirsing

DEDICO ESTA OBRA:

A Deus sobre todas as coisas, a minha mãe pela educação que me foi concedida, a minha esposa que sempre me apoiou nesta empreitada, a minha filha Larissa luz da minha vida, a todos os meus colegas de faculdade, que sempre estiveram do meu lado nos momentos bons e difíceis da minha vida acadêmica, principalmente ao Marcelo Maia, companheiro e amigo dos estudos dirigidos e a Rosana Avi, mais do que uma colega uma grande amiga, e ao meu Orientador, pelas observações precisas e corretas na constituição deste trabalho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	8
1.1. ASSUNTO	8
1.2. TEMA	9
1.3. DELIMITAÇÃO DO TEMA	10
1.4. ASPECTOS DOS MUNICÍPIOS	11
1.5. ANÁLISE ESPECÍFICA DE CADA MUNICÍPIO	11
1.5.1. FLORIANÓPOLIS:	11
1.5.2. SÃO JOSÉ	12
1.5.3. SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	12
1.5.4. PALHOÇA:	13
1.5.5. ESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS	13
1.6. PROBLEMA	13
1.7. OBJETIVO	14
1.7.1. OBJETIVO GERAL	14
1.7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.8. JUSTIFICATIVA	15
1.9. METODOLOGIA	16
1.10. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
CAPÍTULO II	24
2. ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS NOS PLANOS DE CONTAS DAS PREFEITURAS SELECIONADAS	24
CAPÍTULO III	32
3. ELEMENTOS ESSENCIAIS NA COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA DE UM PLANO DE CONTAS	32
3.1. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO	34
3.1.1. RECEITA ORÇADA	35
3.1.2. PREVISÃO DA RECEITA	35
3.1.3. RECEITA LANÇADA	35
3.1.4. EXECUÇÃO DA RECEITA	36
3.1.5. DESPESA FIXADA	36
3.1.6. CRÉDITOS DISPONÍVEIS	36
3.1.7. DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	37
3.1.8. EXECUÇÃO DA DESPESA	37
3.2. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA FINANCEIRO	37
3.2.1. ATIVO FINANCEIRO	37
3.2.2. PASSIVO FINANCEIRO:	38
3.2.3. CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO	38
3.2.4. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	39
3.2.5. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	39
3.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIMONIAL	40
3.3.1. ATIVO E PASSIVO PERMANENTE	40
3.3.2. SALDO PATRIMONIAL	40

3.3.3. SISTEMA DE RESULTADO PATRIMONIAL	40
3.4. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO	41
3.5. ANÁLISE DA FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS	41
CAPÍTULO IV.....	42
4. PLANO DE CONTAS: SITUAÇÃO ATUAL E DO PASSADO DIANTE DO COMPORTAMENTO METODOLÓGICO.....	42
4.1. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO	61
4.1.1. ANÁLISE DA RECEITA.....	61
4.1.2. DESPESA FIXADA.....	63
4.1.3. GRUPO CRÉDITOS DISPONÍVEIS.....	63
4.1.4. GRUPO DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR E EXECUÇÃO DA DESPESA.....	64
4.2. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA FINANCEIRO	64
4.2.1. ATIVO FINANCEIRO.....	64
4.2.2. PASSIVO FINANCEIRO.....	65
4.2.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO GRUPO CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO.....	65
4.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIMONIAL.....	71
4.3.1. ATIVO PERMANENTE.....	71
4.3.2. PASSIVO PERMANENTE	71
4.3.3. SISTEMA DE RESULTADO PATRIMONIAL	71
4.4. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO	74
4.4.1. ATIVO E PASSIVO COMPENSADO.....	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
7. ANEXOS.....	78

CAPÍTULO I

1.1. ASSUNTO

A Administração Pública nos seus três níveis de governo e correspondentes autarquias utiliza-se de um ramo da contabilidade que se difere das demais entidades de personalidade jurídica do país. Já as organizações de caráter privado se utilizam da contabilidade comercial ou industrial, regulada pela Lei 6.404/76, no caso das Sociedades por ações, que concede ao gestor destas empresas liberdade para realizar o investimento que achar conveniente para a empresa, buscando a obtenção de lucro que, em última análise, é o objetivo primordial da entidade.

Na Administração Pública, a personalidade jurídica é condição essencial para sua existência. Elas são capazes para o exercício de direito e passíveis de responsabilidade civil por ato de seus representantes que causem danos a terceiros. O caráter coativo é outra característica que reforça a qualidade de amplitude de ação em dado território. Os indivíduos nele compreendidos obrigam-se à obediência das leis emanadas dos poderes competentes, não lhes assistindo o direito de negar sua contribuição, qualquer que seja ela. O interesse da coletividade sobrepõe-se aos interesses individuais, pois o primeiro é da grande maioria dos indivíduos que habitam no mesmo território, pertencentes à mesma comunidade.

Outra característica indispensável é a comunidade. Esta deve estender sua mão a todos os seus habitantes, sem distinção de qualquer natureza. Além disso, as entidades de caráter público não visam o lucro, sendo que teoricamente todo o recurso arrecadado deve ser aplicado em melhorias sociais. Desta forma, adota-se até por imposição legal a contabilidade pública, regulada pela Lei 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Como já mencionado, a Administração Pública não goza da mesma liberdade que as demais organizações, já que está restrita a diversas normas legais de Direito Constitucional, Financeiro e Direito Tributário, disciplinando a arrecadação e aplicação dos recursos públicos nas diversas áreas sociais.

Com relação ao Plano de Contas a ser utilizado, a obrigatoriedade de uniformidade entre as administrações públicas é a mesma da contabilidade pública. Não poderia ser diferente, já que um é consequência do outro, ou seja, o Plano de Contas deve ser elaborado com base na Lei 4.320/64. Essa Lei padroniza a estrutura dos balanços patrimoniais, financeiro e orçamentário, indicando as denominações dos grupos de contas e de muitas contas de primeiro, segundo e terceiro graus. Assim, tanto o governo federal como os governos estaduais, municipais e correspondentes autarquias, são obrigados a estruturar suas contas em rigorosa consonância com a legislação financeira nacional.

Não obstante, os Planos de Contas das entidades públicas diferem entre si em função do nível de governo, das características regionais e do porte da unidade. Porém, a estrutura fundamental é comum a todos, pois baseia-se nos anexos n°s 01, 04, 10, 12, 13, 14 e 15, instituídos pela Lei Federal 4.320/64. Sua estrutura e o funcionamento de diversas contas previstas no Plano de Contas serão objeto de análise do presente trabalho.

1.2. TEMA

Este trabalho monográfico pretende analisar comparativamente a estrutura e as concepções metodológicas de Planos de Contas nas Prefeituras da Grande Florianópolis, obedecendo a seguinte seqüência no desenvolvimento do trabalho:

- identificar convergências e divergências estruturais na apresentação, função, codificação e classificação das contas; estudar e interpretar elementos essenciais na composição metodológica de um Plano de Contas;

- comparar diferentes concepções metodológicas utilizadas nos Planos de Contas das Prefeituras da região metropolitana da Grande Florianópolis;
- verificar se os Planos de Contas estão de acordo com o que rege a legislação específica (Lei 4.320/64);
- investigar as mudanças na elaboração de um Plano de Contas antes e após a informatização; estudar alguns impactos da informática, relativo aos Planos de Contas perante os contadores.

1.3. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Pretende-se, através dos documentos, efetuar uma análise comparativa dos Planos de Contas utilizados pelas Prefeituras da Grande Florianópolis. Entretanto, em virtude do tempo disponível e da distância que envolve os Municípios da referida região, o estudo ficou restrito às Prefeituras pertencentes a região central da Grande Florianópolis, ou seja, a própria cidade de Florianópolis, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

O período principal abrangido pelo estudo foi o de 1999, isto é, os Planos de Contas coletados serão preferencialmente do exercício em que se realiza o trabalho, podendo ser modificados em função de alguma dificuldade em se conseguir o documento do período esperado.

Outros documentos de outras unidades e períodos, se considerados relevantes para a execução do trabalho, poderão ser coletados para fins de análise e enriquecimento da investigação pretendida.

Para a realização do presente trabalho em razão da amplitude, da complexidade e do tempo, optou-se por realizar o estudo através de amostragem abrangendo os Municípios a seguir especificados.

1.4. ASPECTOS DOS MUNICÍPIOS

A região da Grande Florianópolis é formada pela constituição de 22 municípios, possui uma população de 629.183 habitantes, sendo que 528.247 vivem na zona urbana e 102.938 na zona rural. Com uma área total de 7.086 km², a região da grande Florianópolis acha-se abastecida pelas mais variadas formas de atividades econômicas.

Desses Municípios passaremos a descrever preferencialmente quatro deles, que serão objeto de estudo para caracterização da estrutura organizacional, população, atividade econômica, arrecadação, área e número de servidores. Para demonstrar o porte dos Municípios, usaremos como parâmetro a arrecadação do imposto sobre as operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina – ICMS.

1.5. ANÁLISE ESPECÍFICA DE CADA MUNICÍPIO.

1.5.1. FLORIANÓPOLIS:

É a Capital do Estado de Santa Catarina, fundada em 23 de março de 1.726 por colonizadores açorianos. Com uma área de 451 Km², população de 254.944 habitantes, possui 2.685 indústrias e 13.275 casas de comércio. Possui como principais atividades econômicas o turismo, já que por ser uma ilha é detentora de 42 praias que agrada todos os gostos, pois as praias diferem muito entre si, desde o tipo de areia até as condições do mar que podem ser mais bravos favorecendo a prática do surfe às águas mais calmas, propícias para crianças. Outra atividade econômica bastante desenvolvida na Capital, que também é originária do mar, é a pesca, que propicia à cidade o título de número um na captura de peixes e moluscos da microrregião. Anualmente, são pescados 4.511 toneladas de peixes e 123 de moluscos. Por outro lado, a produção agropecuária é pequena, exceto nas colheitas de mandioca e de abacaxi.

1.5.2. SÃO JOSÉ

Da mesma forma que Florianópolis, São José foi colonizada por açorianos, possui o Bairro Kobrasol onde reside mais de um terço de sua população total de 139.205 habitantes. É o ponto mais valorizado do Município, pois é na verdade uma pequena cidade dentro de outra, já que o bairro possui um comércio bastante diversificado, possuindo vida própria. Fundado em 1º de março de 1833, o Município desenvolvia como principal atividade econômica a agricultura. Foi somente a partir da década de 70 que o quadro começou a modificar-se com a instalação de indústrias na região, transformando o Município num dos principais pólos industriais e comerciais de Santa Catarina.

O setor primário ainda tem o seu peso econômico na produção de hortigranjeiros, na criação de frangos e suínos, mas é do comércio (mais de cinco mil estabelecimentos comerciais e prestadoras de serviços) e da indústria que sai a maior parte da renda bruta do Município e a tendência é que estes dois setores continuem sendo fortalecidos.

1.5.3. SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Colonizado por alemães e beneficiado com águas termais, o que lhe garante um fluxo turístico permanente independente da época do ano, o Município de Santo Amaro da Imperatriz foi fundado em 06 de junho de 1958. Com uma população de 13.325 habitantes, caracteriza-se pela produção primária, já que o seu potencial turístico não é muito explorado. No setor agrícola, destaca-se na microrregião pela produção de abacaxi, tomate, laranja, arroz, banana e batata inglesa. Na pecuária aparecem as criações de búfalos, ovelhas e coelhos. Até o começo da década de 80, a maioria da população morava na zona rural, atualmente apenas 35% permanecem no campo.

O êxodo rural foi compensado com o advento dos setores comercial e industrial que absorveram toda a mão-de-obra do campo. A indústria do município caracteriza-se por pequenas e médias empresas, atuando no ramo de confecções, madeira, doces e calçados. A tendência é o município continuar expandindo-se nos setores comercial, industrial e de turismo.

1.5.4. PALHOÇA:

Localizado ao sul de São José, ocupando uma área de 361 km², população de 68.292 habitantes, está o município de Palhoça. O município possui mais de 1600 casas de comércio e 213 indústrias, destacando-se a moveleira. A margem da rodovia BR 101, que corta o município, está repleta de pequenas indústrias de móveis. Existem ainda indústrias nos setores metalúrgico, alimentício e de bebidas. O crescimento industrial verificado a partir da década de 70, deu-se mais em função dos incentivos fiscais oferecidos pelo município. Isto acarretou diminuição da zona rural e expansão da indústria, comércio e serviços.

1.5.5. ESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

Municípios	Florianópolis	São José	Palhoça	Sto. Amaro
População	254.944	139.205	68.292	13.325
Atividade econômica	Turismo	Indústria	Indústria	Agricultura Turismo
Arrecadação em U\$ 1,00	262.347.749,80	63.387.962,02	2.525.135,72	746.432,88
Área (km ²)	451 km ²	274 km ²	361 km ²	338 km ²
Porte	Grande	Médio	Pequeno	Pequeno

Fonte: Sebrae, Granfópolis e IBGE.

1.6. PROBLEMA

O problema do presente estudo reside no fato da grande maioria das Prefeituras da Região Metropolitana da Grande Florianópolis estar utilizando um Plano de Contas homogêneo, oferecido pelas empresas de informática, que ocupam um novo mercado para o setor.

Sabe-se que esses Planos de Contas, na sua estrutura, devem estar à luz da legislação pertinente. Este foi um aspecto investigado para saber se os Planos de Contas

foram elaborados para aquela entidade especificamente, já que o verdadeiro Plano de Contas deve espelhar as características regionais do local onde está sediada a Prefeitura. As consequências de um Plano de Contas mal planejado, também são objeto de análise deste estudo porque, possivelmente, refletirão resultados errôneos na contabilidade como um todo.

Será feita também uma comparação entre os Planos de Contas analisados a fim de evidenciar as divergências e convergências existentes.

1.7. OBJETIVO

1.7.1. OBJETIVO GERAL

Este estudo possui como objetivo geral analisar de modo abrangente todos os aspectos relativos às mudanças ocorridas nos Planos de Contas utilizados pelas Prefeituras da Grande Florianópolis antes e após a informatização, além da sua estrutura perante a legislação vigente.

1.7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa são os seguintes:

1. Identificar convergências e divergências estruturais na apresentação, função, codificação e classificação das contas, entre os modelos coletados nas prefeituras selecionadas da Grande Florianópolis;
2. Estudar e interpretar os elementos essenciais na composição metodológica de um Plano de Contas e comparar as diferentes concepções metodológicas utilizadas nas unidades em estudo;
3. Comparar a elaboração dos Planos de Contas antes e após a informatização da contabilidade e expor as vantagens e desvantagens desta mudança, além de investigar se os Planos de Contas atendem as características da Entidade e se estão de acordo com a legislação pertinente.

1.8. JUSTIFICATIVA

Muitos problemas decorrentes de um Plano de Contas inadequado podem surgir em função da grande maioria possuir contas que jamais foram utilizadas, justamente pelo fato destes planos não terem sido elaborados para aquela Entidade especificamente, e sim de forma genérica como se todas as Prefeituras possuísem o mesmo perfil e as mesmas particularidades.

Outro aspecto investigado é se os Planos de Contas das Entidades foram elaborados pelos servidores da mesma, guardando sintonia com a cultura organizacional e refletindo aspirações autênticas para a percepção da realidade estrutural contábil ou se foram adquiridos já confeccionados por alguma empresa de informática, conservando as mesmas características.

O estudo também contempla uma análise comparativa na evolução dos Planos de Contas existentes antes e depois do surgimento da informática na contabilidade, através dos planos oferecidos pelas empresas de informática às Prefeituras da Grande Florianópolis.

Do ponto de vista social, esta pesquisa é justificada na medida em que pode trazer contribuições significativas no sentido de detectar problemas e soluções comuns quando se adota um Plano de Contas voltado para as características da Prefeitura.

Justifica-se o presente trabalho monográfico também pelo fato de ser uma novidade na medida em que o tema não havia sido investigado anteriormente no curso de Ciências Contábeis da UFSC, sendo que os resultados poderiam ser tanto a confirmação ou negação dos vários problemas já expostos e quem sabe outros não contemplados inicialmente pela investigação. Poderá, mediante análise do trabalho efetuado sobre o objeto investigado, se chegar a conclusão de que os Planos de Contas hoje utilizados foram ou não elaborados de acordo com a técnica contábil, e com a Lei Federal 4.320/64. Desta forma, qualquer que seja o resultado deste trabalho, o esforço e os recursos utilizados para sua realização não serão em vão.

A opção pelo assunto proposto neste projeto de pesquisa surgiu a partir de uma reflexão ao longo da vida acadêmica no curso de Ciências Contábeis em produzir algo

que contribuísse de forma positiva para as entidades que se utilizam da contabilidade pública. Também, de modo particular, o aluno executante deste trabalho sempre teve grande influência da Contabilidade Pública, já que trabalha diretamente com ela.

Desta forma, o presente estudo visa produzir uma reflexão sobre algo que contribua às administrações públicas, que venha auxiliar na vida financeira, patrimonial e contábil, de modo geral, destas Entidades.

1.9. METODOLOGIA

O homem no decorrer de sua vida adquire vários tipos de conhecimentos sobre os fenômenos que o cercam através dos estudos, da observação e da experimentação. De acordo com Cervo e Bervian (1983: p. 7,9,11 e 13) esses conhecimentos classificam-se em conhecimento empírico, conhecimento científico, conhecimento filosófico e conhecimento teológico. Ainda na visão dos mesmos autores essas formas de conhecimento podem ser assim definidas:

“conhecimento empírico também chamado vulgar, é o conhecimento do povo, obtido ao acaso, após inúmeras tentativas. É ametódico e assistemático.”

“o conhecimento científico vai além do empírico, procurando conhecer, além do fenômeno, suas causas e leis.”

o conhecimento filosófico distingue-se do científico pelo objeto de investigação e pelo método. O objeto das ciências são os dados próximos imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos pois, sendo de ordem material e física, são por isso suscetíveis de experimentação (método científico = experimental). O objeto da filosofia é constituído de realidades imediatas, não perceptíveis pelos sentidos e que, por serem de ordem supra-sensíveis, ultrapassam a experiência (método racional).

Por fim, o conhecimento teológico é *“aquele conjunto de verdades a que os homens chegaram, não com o auxílio de sua inteligência, mas mediante a aceitação dos dados da revelação divina.”*

Desta forma, diante das definições de conhecimento anteriormente transcritas, acredita-se que, considerando a natureza do trabalho proposto, o conhecimento científico seja o mais adequado às pretensões do estudo.

A pesquisa é um dos instrumentos para constituição do conhecimento científico. A pesquisa no dizer de Cervo e Bervian *“é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos.*

A pesquisa parte pois, de uma dúvida ou problema e, o uso do método científico, busca uma resposta ou solução.”(1983:p50).

Na visão de Gil pesquisa é *“o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”*.(1994:p19).

A Monografia é o resultado de uma pesquisa e pode ser definida como *“o tratamento por escrito de um tema específico. Sua característica essencial não é a extensão, porque pode ter poucas páginas até a dimensão de um livro...”*(Vera, 1989.p163).

Outra definição de monografia é colocada por Lakatos: *“consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalização. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.”*(1992:p.83).

Para a elaboração deste trabalho monográfico empregou-se a pesquisa do tipo bibliográfica que de acordo com Andrade define-se como *“um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não o rigor científico. Trata-se de pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto, e que não se limita à simples cópia das idéias. A análise e interpretação dos fatos e idéias, a utilização de metodologia adequada, bem como o enfoque do tema de um ponto de vista são qualidades necessárias ao resumo de assunto.”*(1993 : p.97). Esta definição encaixa-se perfeitamente nas pretensões a que se destina o trabalho, já que será fundamentado em obras de autoridades no assunto e interpretará os fatos e idéias ali contidos.

Na definição de Cervo e Bervian, a pesquisa *“bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte descritiva ou experimental. Em ambos os*

casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.”(1983:p.55).

Quanto à metodologia, para execução desta pesquisa, serão empregadas as seguintes técnicas: (a) levantamento bibliográfico – busca e reunião dos Planos de Contas das Prefeituras escolhidas; (b) análise crítica e interpretação da bibliografia selecionada – leitura crítica e interpretativa do material necessário à análise; (c) organização e redação da monografia – planejamento e apresentação do trabalho escrito, com base nas normas técnicas relativas a metodologia científica.

1.10. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É necessário antes de ser definido o conceito de Plano de Contas, estabelecer o correto conceito de conta. A não observância deste conceito tem levado muitos profissionais a equívocos quando da elaboração, estruturação e análise dos Planos de Contas.

Segundo Lopes de Sá o conceito de conta pode ser tomado como: *“expressão de fatos patrimoniais da mesma natureza acontecidos ou por acontecer em uma empresa ou em uma entidade”*. (1978 : p.17).

Desta forma, de nada adianta querer elaborar um Plano de Contas se não a noção exata da conta a ser usada nos diversos fenômenos contábeis.

Ainda afirma Lopes de Sá que: *“A conta tem sempre um objeto distinto de outras contas porque reúne fatos de características próprias, iguais por sua natureza e que se sucedem no patrimônio”*. (ibidem)

Para evidenciar de forma clara e objetiva a natureza dos fenômenos que ela reúne, adota-se uma expressão tecnicamente chamada de Título.

O título é quem estabelece o grupamento a que pertence determinada conta. Também é responsável pela ligação com os fatos contábeis. Muitos lançamentos incorretos são decorrentes da má interpretação das contas justamente porque a titulação não era adequada. Intitular com propriedade é uma qualidade que caracteriza o bom profissional.

Destaca-se que através das contas, deve-se perceber as relações entre fatos, já que no método das partidas dobradas as contas mantêm uma ligação entre si, através de sua função e funcionamento. Em síntese, uma conta enquanto parte de um Plano de Contas, deve possuir os seguintes elementos:

Título

Função

Funcionamento

Além destas características consideradas fundamentais, existem outras como:

Classificação

Grupamentos

Códigos

Um Plano de Contas é a peça fundamental para a contabilidade de uma organização, seja qual for a sua natureza, pois é através dele e de acordo com a sua estrutura que será organizado o sistema contábil da empresa, conforme nos ensina Lopes de Sá:

Plano de Contas é uma peça na técnica contábil que estabelece previamente a conduta a ser adotada na escrituração, através da exposição das contas em seus títulos, funções, funcionamentos, grupamentos, análises, derivações, dilatações e reduções. É um conjunto de normas e intitulação de contas, previamente estabelecido, destinado a orientar os trabalhos da escrituração contábil. Um Plano de Contas deve, assim, ser entendido como um conjunto de normas, como um sistema, como uma grande peça contábil, visando a estabelecer, previamente, tudo o que diz respeito às contas a serem adotadas nos registros contábeis de uma empresa ou de uma entidade.(1978 : p. 22).

Neste sentido, um Plano de Contas pode ser entendido como um guia da contabilidade que orientará previamente a conduta do contador na escrituração dos diversos fatos contábeis que são inerentes à vida econômica, financeira e patrimonial da Entidade.

Como pode-se observar, não basta que um Plano de Contas possua apenas um elenco de contas e sim uma série de requisitos para que esta peça contábil seja plenamente funcional atendendo às finalidades para as quais foi criada.

Outro aspecto abordado é com relação à flexibilidade que um Plano de Contas deve possuir quando se necessitar incluir ou excluir determinadas contas, para só assim atender com toda a propriedade as necessidades da empresa.

É fácil compreender que esse plano de contas não pode ser rígido, devendo, pelo contrário, permitir modificações durante o período de sua execução, pois em matéria de registro contábil podem surgir imprevistos que nos obriguem a criar novas contas e cancelar outras, atendendo-se ainda ao fato de que os Planos de Contas variam para cada tipo de organização e de acordo com as circunstâncias. A mesma conta poderá ser classificada de maneiras diferentes, de acordo com a natureza da empresa, pois o elemento patrimonial por ela representado poderá constituir ativo permanente em uma empresa e circulante em outra. (Franco, 1984, p.90).

Corroborando com Hilário Franco, Lopes de Sá afirma:

...Outra qualidade aliás e que se liga exatamente ao problema da ampliação, é a flexibilidade.

Um Plano que não possibilite a inserção de novas contas, conservando-se a sua unidade a sua clareza e a sua exatidão, não pode ser considerado tecnicamente perfeito.

O ato de incluir uma conta no Plano é tão importante quanto a estruturação inicial; contas colocadas a posteriori e que não obedeçam ao princípio de unidade deturpam e pioram o trabalho, prejudicando a qualidade.

Por isto, quando se elabora um plano, deve-se ter em mente a possibilidade de se acrescentar outras contas e já se devem deixar os agrupamentos e os códigos disponíveis para tal tarefa. (1978 : p.37).

Uma característica de um Plano de Contas é que ele esteja voltado para as finalidades da Organização que irá utilizá-lo, ou seja o Plano de contas deve ser elaborado

para aquela entidade especificamente, atendendo as suas características e respeitando suas peculiaridades, conforme nos coloca com muita propriedade Lopes de Sá:

Cada empresa precisa ter um Plano estudado para ela: é absolutamente utópico o Plano-Padrão, que visa a impor normas demasiadamente gerais. Cada empresa tem os seus aspectos e as suas particularidades que um bom Plano precisa alcançar.

As operações de natureza administrativa, que se verifica em um patrimônio de uma empresa ou de uma entidade, variam de acordo com as modalidades empregadas para a sobrevivência do organismo aziendal; isto faz com que existam fenômenos característicos em cada tipo de atividade. Uma indústria de biscoitos não pode efetivamente, possuir fatos patrimoniais absolutamente idênticos aos de uma siderurgia ou de um grande hospital.

Em cada atividade existem necessidades típicas de controle, que exigem o aparecimento de contas e de registros para a melhor administração, para um conhecimento exato da vida patrimonial. (1978 : p. 35).

Ainda quanto a este aspecto, João Angélico acrescenta:

Cada entidade tem um plano de contas que lhe foi projetado sob medida, isto é, em perfeita harmonia com a sua organização, sua espécie de atividade, grandeza patrimonial, constituição jurídica e disposições legais a qual se subordina. Isto significa que não haverá dois Planos de Contas exatamente iguais. Há, isto sim, uma certa tendência de padronização estrutural dos Planos de Contas dentro de grupos de empresas filiadas à mesma atividade – isto é, os Planos de Contas das entidades bancárias por exemplo, têm semelhança estrutural, muito embora, ao serem comparados os Planos de Contas de todas essas entidades, verifica-se que são diferentes entre si em muitos aspectos particulares. Cada plano, analisado isoladamente, leva a marca da direção da empresa a que pertence; ele está identificado particularmente pelos problemas especiais da empresa e pela filosofia de trabalho por ela adotada. Assim acontece nos grupos industriais, comerciais, agropastoris, de transportes, comunicações, entidades de finalidades não lucrativas, entidades governamentais, etc. Os Planos de Contas de empresas industriais, por exemplo, têm uma semelhança estrutural genérica que caracteriza a atividade fabril; há também uma semelhança estrutural específica que caracteriza,

dentro do setor industrial, a espécie de industria; assim, os Planos de Contas das fábricas de tecidos têm entre si uma semelhança estrutural específica diferente da semelhança de estrutura dos Planos de Contas das industrias automobilísticas, e assim por diante.(1985 : p.281).

Azienda pode ser definido como a reunião de elementos e material humano com um fim específico na sociedade. As aziendas são portanto, sistemas organizados onde pessoas e equipamentos são reunidos para se atingir um objetivo qualquer. As aziendas independem de formação jurídica. São exemplos de aziendas: lojas, hospitais, a família, indústrias, Prefeituras, entre outros.

Desta forma, vê-se o quão é importante para a entidade que o Plano de Contas por ela utilizado tenha sido elaborado para as suas finalidades especificamente, respeitando-se a estrutura geral da atividade em que opera.

Outra característica importante de um Plano de Contas é a unidade, a consistência na sua estrutura, pois quando não for consistente, não será considerado como uma peça perfeita elaborada de acordo com a boa técnica contábil.

Quanto à unidade Lopes de Sá diz:

Além da adaptação perfeita, é preciso que guarde a necessária unidade técnica, quer de intitulação, quer de grupamento das contas, quer de funcionamento delas. Assim, por exemplo, ao elaborar-se um Plano, tendo como preocupação a estrutura FINANCEIRA (e que é normalmente seguida), devem-se as contas tendo em vista tal aspecto.

Se a estrutura se apoiar nas bases puramente científicas da contabilidade, é preciso que a nomenclatura também seja sempre desenvolvida respeitando-se tal fator.

Quantas vezes encontramos Planos onde a classificação é puramente financeira e existem grupamentos mistos que demonstram em atender a fatores classificação na base reitoral.

Outras muitas vezes encontramos Planos de países que não possuem base capitalista, mas que em suas padronizações, inserem grupos e contas de natureza eminentemente de capital; são pequenos descuidos técnicos que, às vezes, não são prova de incapacidade, mas de descuido relativamente à unidade que deve ser conservada.” (1978 : p. 36).

A forma estrutural de um Plano de Contas também depende da legislação que norteia a atividade em que opera a entidade. De acordo com Angélico:

A lei, quase sempre, interfere na elaboração dos Planos de Contas de certas entidades que desenvolvem atividades sob controle estatal, sendo essas organizações obrigadas a adotar planos de contas de estrutura geral padronizada. A padronização legal, às vezes, se resume na forma de registrar certas operações, outras vezes na forma de apresentar os relatórios, ou no uso compulsório de certas intitulações de contas. É o que acontece por exemplo, com a planificação de contas dos estabelecimentos bancários que, além de seguirem as normas usuais de sua atividade, estão sujeitos à legislação das sociedades anônimas e às instruções baixadas pelo Banco Central do Brasil. Igualmente, as companhias de seguros obedecem, na elaboração de seus Planos de Contas, à legislação específica que controla a atividade securitária no País; o mesmo acontece com as cooperativas, com as empresas de transportes, companhias de comunicações, empresas agropastoris etc.

E como não poderia deixar de acontecer, a Administração Pública deve organizar suas contas de conformidade com o padrão legal estabelecido pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Essa lei padroniza a estrutura dos balanços patrimoniais, financeiro e orçamentário, indicando até as denominações dos grupos de contas e de muitas contas de primeiro, segundo e terceiro graus.

Assim, tanto o Governo Federal como os Governos Estaduais, Municipais e correspondente autarquias são obrigadas a estruturar suas contas em consonância com a legislação financeira nacional.(1985 : p.281).

Sendo assim, fica claro o quanto a legislação interfere na feitura dos Planos de Contas, em praticamente todas as áreas de atuação das entidades seja privada, sem fins lucrativos ou governamental, sempre estarão sujeitas às imposições legais.

Desta forma, somente após contemplar todas estas etapas, a unidade realmente poderá considerar que possui um bom Plano de Contas.

CAPÍTULO II

2. ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS NOS PLANOS DE CONTAS DAS PREFEITURAS SELECIONADAS.

O presente capítulo foi desenvolvido para atender ao primeiro item dos objetivos específicos previstos neste trabalho.

Coletou-se modelos de Planos de Contas nas Prefeituras de Florianópolis, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, com o intuito de compará-los entre si, no tocante à estrutura, função, codificação e classificação, destacando as divergências e convergências que naturalmente surgiriam a partir de uma análise desta natureza.

Entretanto, ao se analisar os modelos das unidades selecionadas, constatou-se que as mesmas, bem como as demais Prefeituras que compõem a Região da Grande Florianópolis, são supridas no que se refere a programas de software para a contabilidade por um único provedor, quando a expectativa era de existissem outras empresas neste mercado. Isto caracteriza em parte um mercado monopolizado neste setor.

Este fato foi viabilizado através de um consórcio intermunicipal mediante processo licitatório do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Águas Mornas que, assessorada pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, resultou na adesão de todos os Municípios da região na adoção do mesmo programa.

Desta forma, não há divergências estruturais na composição de um Plano a outro, pois todos os documentos coletados são praticamente idênticos. As contas que os diferenciam entre si são algumas contas de 5º grau (analíticas, já que até o 4º grau as contas são todas sintéticas sem exceção), ligadas intrinsecamente à Administração, como por exemplo as contas bancárias, pois de modo algum uma Prefeitura terá uma conta bancária de mesmo número que outra no mesmo banco e agência. Da mesma forma, os Restos a Pagar obviamente variam de Unidade para Unidade, pois é sabido que nem todas as Prefeituras contratam os mesmos credores. Podemos citar, ainda, o caso das contas

analíticas do grupo Depósito de Diversas Origens, também neste caso, tratam-se de contas diretamente relacionadas às características da entidade. Estes são fatos contábeis inerentes às peculiaridades da sede da Administração, sendo que dificilmente encontraremos nestes grupos contas iguais.

Definições:

Entende-se por estrutura de um Plano de Contas a forma como está evidenciado o elenco de contas, conforme Lopes de Sá afirma:

De acordo com a estrutura, pode-se medir a unidade técnica do Plano.

A estrutura evidencia o critério seguido para a classificação ou grupamento das contas e, por conseguinte, traça diretrizes para a função e funcionamento das contas.

Os principais critérios empregados, ou seja, aqueles que podem ser considerados como Básicos, são os seguintes:

1 – ESTRUTURA COM BASE NO ATIVO E NO PASSIVO

2 – ESTRUTURA COM BASE EM DIVERSOS GRUPAMENTOS DE CONTAS

A estrutura com base no Ativo e no Passivo são aquelas que tomam por base este grupamento de contas e apresentam-se da seguinte forma:

I – CONTAS DO ATIVO

II – CONTAS DO PASSIVO

Ou ainda:

I – CONTAS DO ATIVO

II – CONTAS DO PASSIVO

III – CONTAS DE CUSTOS

IV – CONTAS DE RECEITAS

Sendo que ainda na definição do mesmo autor:

As contas de Ativo, no primeiro caso, representam:

Todos os investimentos feitos pela empresa, que se evidenciam pelas contas que, pela sua natureza, apresentam saldo DEVEDOR.

As contas de PASSIVO no primeiro caso, representam:

Todas as origens ou fontes dos investimentos na empresa, que se evidenciam pelas contas que, pela sua natureza apresentam saldo credor.

Os segundo caso apresentado é apenas uma derivação do primeiro, que apenas modifica por desdobramento, da seguinte forma:

CONTAS DO ATIVO – todas as que representam aplicações que formam o sistema patrimonial e financeiro da empresa;

CONTAS DO PASSIVO – todas as contas que representam as origens dos investimentos que formam o sistema patrimonial e financeiro da empresa;

CONTAS DE CUSTOS – todas as que representam as aplicações para a obtenção do produto ou da mercadoria, objeto técnico dos negócios da empresa;

CONTAS DE RECEITAS – todas as que representam a recuperação de custos, ou seja, as portadoras do resultado(rédito). (1978:p.42).

Outra definição de Ativo e Passivo, só que agora especificamente na área pública é colocada por Flávio da Cruz:

“O Ativo contém os bens e direitos da instituição. Quando comparado com os componentes de um ativo de empresa privada, o ativo das repartições públicas deve ser perfeitamente identificado nos seus aspectos peculiares. As peculiaridades principais dizem respeito aos aspectos de valoração dos bens, ao gerenciamento de bens e créditos a receber e, principalmente, ao aporte de investimentos em outras empresas.”(1997:p.123).

Na valoração dos bens, o autor coloca que, diferentemente da contabilidade privada, a contabilidade pública deixa a desejar quando não realiza a efetiva depreciação periódica dos bens, quer oriunda do desgaste físico, quer do obsoletismo. Da mesma forma, com relação à correção monetária, que tem o propósito de aproximar o valor contábil do valor de mercado, não é empregada na contabilidade pública, apesar da Lei 4.320/64, em seu artigo 106 vislumbrar esta possibilidade.

Na contabilidade pública o Ativo divide-se em:

1. Ativo Financeiro;

2. Ativo Permanente.

Ainda na definição de Cruz: *“O ativo financeiro é composto pelos valores depositados em caixa e bancos aplicações no mercado financeiro, recursos vinculados em conta corrente bancária e responsáveis. Esta conta é denominada responsáveis em função de recursos que devem entrar com a maior brevidade para regularizar dinheiro adiantado a servidores públicos no momento de viagens, desvios apurados e reconhecidos etc.”*(1997:p.124).

Isto significa que o Ativo Circulante abarca todos os direitos com características de disponível, ou seja, Caixa, Bancos, Correspondentes, Exatores e todos os valores com características de Realizável, compreendido em sua maioria pelos créditos da fazenda pública a curto prazo.

Os valores do Ativo Financeiro independem de autorização para sua realização e movimentação, isto é, não necessitam de autorização orçamentária e movimentam-se independentemente do disposto no orçamento, conforme previsto no § 1º da Lei 4.320/64.

Quanto ao ativo permanente Cruz assim o define: *“O ativo permanente é composto pelos bens de longa duração, comumente conhecidos como ativo fixo.”*(1997:p.130).

Assim, o Ativo Permanente engloba a parte do patrimônio que compreende os valores fixos, tais como: Bens Móveis, Bens Imóveis, Bens de Natureza Industrial e Créditos a longo prazo, como a Dívida Ativa, por exemplo.

O tratamento dado ao Ativo Financeiro quanto à movimentação desses valores já não se aplica ao Ativo Permanente, pois enquanto o primeiro independe de autorização orçamentária para movimentar-se, o segundo se fará somente através de lei específica, ou através da Lei orçamentária, quando couber. Nestes casos, a lei local ou a própria lei Orgânica do Município definirá quais bens dependem de autorização legislativa especial e quais dependem da Lei Orçamentária. O movimento neste grupo é realizado através de alienações por venda, doações ou cobrança e cancelamento de créditos, conforme previsto no § 2º da Lei 4.320/64 transcrito a seguir:

“§ 2º - O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”

O Passivo, de acordo com Cruz, pode ser definido da seguinte forma: *“O passivo contém as dívidas da instituição para com terceiros. De forma idêntica ao passivo real das empresas privadas nas repartições públicas deve ser distinguido o curto do longo prazo.”*(1997:p.142).

Desta forma, na contabilidade pública o Passivo divide-se em dois grupos distintos: um de curto prazo denominado Passivo Financeiro e outro de longo prazo denominado Passivo Permanente.

“O passivo financeiro é composto por valores devidos a terceiros, conhecidos normalmente como dívida flutuante. Estes são restos a pagar, serviços da dívida a pagar, débitos de tesouraria, consignações, depósitos de diversas origens, dentre outros.”(Cruz, 1997:p.143).

Este grupo de contas independe de autorização orçamentária para sua movimentação, ou seja, inscrição ou pagamento. (art. 105, §3º, da Lei 4.320/64).

Quanto ao Passivo Permanente *“... é composto por valores devidos a terceiros e cujo resgate deve ser realizado no longo prazo. Normalmente os recursos obtidos para financiar os investimentos podem ser contraídos no país ou fora dele.”*(Cruz, 1997:p.148).

O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (art. 105, § 4º, da Lei 4.320/64). Portanto, o Passivo Permanente engloba as dívidas de longo prazo, ou seja, a Dívida Fundada, que pode ser interna (quando contraída junto a órgãos dentro do país) ou externa (quando contraída junto a organismos internacionais).

A soma do Ativo Financeiro com o Ativo Permanente constituem o Ativo Real e a soma do Passivo Financeiro com o Passivo Permanente constituem o Passivo Real. A diferença entre Ativo Real e Passivo Real poderá resultar em Ativo Real Líquido quando: $\text{Ativo} > \text{Passivo}$, ou Passivo Real a Descoberto se: $\text{Ativo} < \text{Passivo}$.

Com o objetivo de tanto fundamentar as explicações, quanto demonstrar situações ao longo desta monografia, apresentamos ao final deste trabalho como ANEXO

1, a título de exemplo, a estrutura de um Elenco de contas, contendo contas sintéticas e analíticas.

Portanto, estrutura de um Plano de Contas é a forma como apresentam-se as contas, a maneira como são elencadas, levando-se em consideração a hierarquia e a disposição do grupamento das contas.

Quanto às estruturas com base em diversos grupamentos são aquelas que se fundamentam na reunião de contas de naturezas similares, tomando por base critérios técnicos, científicos ou de controle. São estruturas de planos que não obedecem à classificação de Ativo e Passivo. Esta estrutura de Plano não é adotada no Brasil e por isto seu estudo não será pormenorizado.

As classes de contas referem-se ao tipo de grupamento de conta e de acordo com Nascimento dividem-se em “Ativo(A); Passivo(P); e Situação Líquida, (SL) inclusive de resultados, ou saldo patrimonial (SP), nas instituições públicas.(1979:p.14).

Quanto ao grau de contas Lopes de Sá define: *“são análises que se procedem nestas, de modo que a dependente tenha sempre classificação inferior com relação à principal.*

O grau é uma medida de dependência na análise das contas.”(1978:p.31)

Como exemplo de grau temos:

1º GRAU – ATIVO

2º GRAU – ATIVO FINANCEIRO

3º GRAU – DISPONÍVEL

4º GRAU – CAIXA

5º GRAU – Tesouraria Geral.

O autor coloca ainda que a adoção de mais de dois graus geralmente complica muito a execução.

Como sugestão, defende o emprego de apenas dois graus em um plano ou seja:

1º GRAU – CONTA SINTÉTICA OU PRINCIPAL

2º GRAU – CONTA ANALÍTICA OU DERIVADA

Exemplo:

1º GRAU – CAIXA

2º GRAU - Tesouraria Geral

Assim, grau é o código que identifica o nível que se encontra determinada conta dentro de um grupo, indicando inclusive se é uma conta analítica ou sintética.

Conta sintética é *“Conta que resume uma série de outras contas; conta que é a expressão de um fato maior, pela sua natureza é que se analisa segundo critérios predeterminados no Plano de Contas... a conta sintética pode ser também denominada: Conta Geral, Conta-resumo, Conta Principal, Conta de Razão Geral, Conta Maior, Conta de Controle etc.”* (Sá: 1977:p.142)

Conta analítica na visão do mesmo autor define-se como:

Conta que expressa um fato que pertence a uma série de outros, por natureza. Assim, por exemplo, a conta transportes é uma conta eminentemente analítica, pois serve de elemento de análise de Compras, Despesas Gerais da Produção, Despesas Mercantis, Despesas de Administração Geral etc.

As contas analíticas observam os fenômenos mais por suas Espécies do que por suas Naturezas. Elas se resumem quase sempre em uma sintética. Existem Planos de Contas, que só possuem contas analíticas, sem o competente resumo.

São denominadas, também, contas de 2º, 3º e 4º graus, ou Subcontas. Exemplos de contas analíticas: Aluguel, Ordenados, Materiais de Consumo, seguros, Publicidade, Viagens, Conservação e Manutenção etc. (Sá: 1977:p.120).

Para melhor ilustrar, demonstra-se a seguir um exemplo de contas analíticas e sintéticas dispostas em uma parte do elenco de contas.

1 – ATIVO (sintética)

1.1 – ATIVO FINANCEIRO (sintética)

1.1.1 – DISPONÍVEL (sintética)

1.1.1.1 – CAIXA (sintética) – Conta resumo das contas Tesouraria Geral e

Exatoria

1.1.1.1.1 – Tesouraria Geral. (analítica)

1.1.1.1.2 – Exatoria (analítica)

Entretanto, a estrutura sintética do elenco de contas das Prefeituras, como já foi colocado, é a mesma para todas as unidades, não fazendo sentido em proceder uma análise comparativa na estrutura entre documentos que praticamente não apresentam divergências entre si.

Não obstante, este fato não invalida o trabalho, já que cabe nestes documentos uma análise criteriosa destes Planos de Contas em relação ao Plano de Contas adotado como padrão para este estudo, de fatores como: codificação, estruturação, subordinação a legislação pertinente, atendimento às características da entidades etc., fatos estes previstos nos demais objetivos destacados nos capítulos que seguem.

CAPÍTULO III

3. ELEMENTOS ESSENCIAIS NA COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA DE UM PLANO DE CONTAS

Um Plano de Contas é a peça que define previamente as diretrizes da escrituração de uma entidade. A elaboração de um Plano de Contas deve ser o primeiro passo de um contador ao tentar organizar a escrituração, pois ele (Plano de Contas) é a base fundamental da escrituração contábil, já que orientará o profissional no uso dos títulos das contas e na função e funcionamento de cada uma.

Conforme já exposto anteriormente, na Administração Pública a estrutura e composição de um Plano de Contas é definida através de leis e regulamentos estabelecidos através de normas gerais que não excluem a competência suplementar dos Estados e Municípios.

A contabilidade pública é dividida em quatro sistemas distintos: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

O **Sistema Orçamentário** encarrega-se de registrar a previsão e a execução orçamentárias, as alterações da previsão e o empenhamento da despesa;

O **Sistema Financeiro** registra toda a movimentação de numerário através de caixa, de bancos ou de exatores. Registra ainda os débitos e créditos financeiros e mostra a situação financeira da entidade;

O **Sistema Patrimonial** registra todos os bens, créditos, valores, bem como as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa, tanto para constituição como para seu resgate;

O **Sistema de Compensação** representa no Ativo os bens da entidade como apólices, ações, títulos e outros entregues a terceiros a título de caução, custódia ou cobrança e no Passivo a contrapartida do registro no Ativo compensado.

A composição de um plano no tocante às contas é estabelecida através da Lei 4.320/64 de 17 de março de 1964 que, de acordo com os seus anexos, estabelece as contas

sintéticas (aqui entendido como sendo aquelas contas imediatamente anteriores às analíticas). Estas é que devem nortear a composição desta peça contábil, sendo livres para inclusão ou exclusão de contas a partir do 5º nível (contas analíticas). Porém, se uma Prefeitura, por exemplo, não possuir qualquer espécie de Bens Móveis em seu patrimônio, não há porque registrar esta conta no seu Plano de Contas, que apesar de ser uma conta sintética de 3º nível, prevista no Anexo 14 da Lei 4.320/64, é facultado a Unidade mantê-la em seus registros ou não.

Ressalta-se que um Plano de Contas não se compõe unicamente de um elenco de contas e sim de outros elementos fundamentais para o seu bom uso. Vejamos o que diz Lopes de Sá a este respeito:

Muitos técnicos acreditam que apenas a evidenciação de diversos títulos de contas seja todo um Plano; este erro é encontrado, com frequência em diversos trabalhos práticos, e mesmo em grande número de livros. O elenco é, realmente a estrutura, a parte que talvez mais impressione; entretanto, rigorosamente observando o problema, podemos perceber que ele é apenas uma das partes de que se compõe a grande peça contábil que recebe a denominação de Plano de Contas. Se nos reportar-mos ao conceito de conta, veremos que ela abrange o objeto ou fenômeno tipicamente identificado, a relação dos fatos, e serve-se do título apenas como fator de identificação. O plano deve abranger portanto, toda a extensão do conceito, função, funcionamento e relações das contas, a fim de que se possa realmente ter uma peça que preencha as suas finalidades.

Por isto:

- 1 – apresenta o título das contas;
- 2 – apresenta a classificação das contas;
- 3 – apresenta a função das contas;
- 4 – explica o funcionamento das contas;
- 5 – aponta a relação entre os grupos ou mesmo entre as contas;
- 6 – regula o registro das contas;
- 7 – estabelece a análise e os códigos das contas;
- 8 – prevê as derivações das contas.

Embora possam variar os critérios nas elaborações dos Planos, permanece imutável a característica essencial, quanto às suas finalidades e objetivos. (1978 : p. 22).

Também o autor João Angélico corroborando com Lopes de Sá afirma que:

Um Plano de Contas compõe-se, fundamentalmente, das seguintes partes:
relação das contas agrupadas segundo suas funções;
descrição da função de cada conta, mostrando claramente o que ela representa;
descrição minuciosa do funcionamento das contas, indicando quando são debitadas ou creditadas, relacionamento com outras contas, a natureza do seu saldo e tudo mais que for julgado de utilidade para uso de cada conta;
fluxogramas gerais mostrando as operações básicas e as contas que deverão ser utilizadas em cada registro;
fluxogramas especiais mostrando as operações mais complexas, de funcionamento mais delicado, indicando os procedimentos e os lançamentos específicos para cada caso;
instruções gerais e particulares sobre a elaboração dos relatórios mensais, demonstrativos, análises, balanços gerais, peças acessórias, encerramento das contas, providências gerais etc.

Desta forma, só será considerado realmente um Plano de Contas aquele que atender aos quesitos anteriormente expostos.

Para melhor ilustrar os objetivos deste trabalho, encontra-se no final do trabalho, como ANEXO 2, um modelo da estrutura de um Plano de contas no âmbito da Administração Pública Municipal de acordo com as contas estabelecidas nos anexos da Lei 4.320/64, extraído do livro Contabilidade Pública de João Angélico – 1985, e em seguida como ANEXO 3, o Plano de Contas utilizado pela Prefeitura Municipal Palhoça, com o objetivo de possibilitar a comparação entre ambos. Os anexos da Lei 4.320/64, aqui mencionados constarão como ANEXO 4.

3.1. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

O elenco de contas das Prefeituras registra na coluna máscara no código 1.1 a conta Receita e Despesa como se pertencessem ao mesmo grupo de contas. Este fato é totalmente inadequado, já que por sua natureza e função são contas antagônicas, não

cabendo, neste caso o seu emparelhamento. O correto seria 1.1 “Receita” e somente após discriminar todas as contas subordinadas a este grupo dentro do código 1.1, contemplar as contas do grupo “Despesa” agora com o código 1.2, para não deixar dúvidas que são contas com finalidades distintas entre si. Certamente este fato não prejudica em nada a contabilização das contas e tampouco provoca lançamentos errôneos de receitas em despesas e vice-versa, entretanto, perante a doutrina, fatos desta natureza são tecnicamente incorretos, devendo ser evitados.

3.1.1. RECEITA ORÇADA

Quanto à estrutura da Receita Orçada, existe apenas as contas “Receita Orçada” (sintética) e “Receita Orçada Para o Exercício” (analítica), não havendo a discriminação por Categorias Econômicas, Fontes, Subfontes, Rubrica e Sub-rubrica, não sendo respeitada portanto, a classificação padrão instituída pelas normas gerais.

3.1.2. PREVISÃO DA RECEITA

Analisando-se o Grupo “Previsão da Receita”, percebe-se que a receita não está dividida por Categorias Econômicas, Fontes, Subfontes e Rubrica, sendo classificada somente como Sub-rubrica (analítica), dificultando, desta forma, a identificação do tipo de grupo o qual pertence determinada receita. Apenas a conta “Previsão da Receita” consta como sintética, as demais são analíticas. Ressalta-se ainda que todas as contas analíticas possuem o mesmo código máscara 111.02.01, quando o correto seria este código variar de forma seqüencial na última dezena como forma de distinguí-las entre si.

3.1.3. RECEITA LANÇADA

A classificação das contas na receita lançada possuem a mesma titulação e classificação do grupo “previsão da receita”, mudando apenas a função. A única conta sintética é “Receita Lançada”, sendo as demais contas subordinadas a este grupo

analíticas, não considerando a classificação já exposta no parágrafo anterior e que também neste caso deveria ter sido adotada.

3.1.4. EXECUÇÃO DA RECEITA

Referente à classificação do grupo Execução da Receita, o problema é agravado pelo fato de sequer haver discriminação da receita em sub-rubrica, constando apenas as contas “Execução da Receita” como sintética e “Execução da Receita no Exercício” como analítica, quando a exemplo do exposto nos parágrafos anteriores deveria ter sido observada a classificação, já exaustivamente mencionada.

3.1.5. DESPESA FIXADA

Este grupo compõem-se de quatro contas, sendo a primeira “Despesa Fixada” sintética e as demais contas: Créditos Ordinários Orçamentários, Créditos Ordinários Suplementares, Créditos Especiais e Créditos Extraordinários, analíticas. Não verificou-se qualquer divergência estrutural neste grupo.

3.1.6. CRÉDITOS DISPONÍVEIS

As contas do grupo “Créditos Disponíveis” possuem apenas esta conta como sintética, as demais são analíticas e contêm o mesmo código máscara de nº 112.02.01. como se a mesma conta fossem. Além disso, não existe a identificação por Função ou Secretaria, sendo que os dois únicos órgãos possíveis de identificação são: “Manutenção da Câmara Municipal” e “Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito”, os demais aparecem apenas com a vaga denominação de “Funcionamento e Manutenção da Secretaria”, não possibilitando identificar a função ou órgão correspondente. Existe ainda abaixo de cada conta de secretaria, contas que aparentemente referem-se a subprogramas tais como “aquisição de veículo, Contrib. a Assoc. dos Municípios, Coleta de Lixo, Equipamentos Agrícolas, Construção de Creche, Merenda Escolar etc.” Isto demonstra que

não há um critério definido na forma de classificação da despesa que ora é classificada por órgãos ora por programa ou subprograma, já que são todas do mesmo nível.

3.1.7. DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR

As contas do grupo “Despesa Empenhada a Liquidar” são compostas por apenas duas contas do nome já descrito, sendo a primeira sintética e a segunda analítica, possuindo os códigos 112.03 e 112.03.01 respectivamente. Este fato, além de não discriminar a despesa, não permite que seja visualizado o quanto foi empenhado por cada órgão, função, programa, etc., prejudicando uma análise para fins gerenciais, com vistas ao melhor controle, aproveitamento e aplicação dos recursos públicos.

3.1.8. EXECUÇÃO DA DESPESA

Este grupo a exemplo do grupo “Despesa Empenhada a Liquidar”, também é formado por apenas duas contas, sendo a primeira “Execução da Despesa” como sintética e a segunda conta “Execução da Despesa no Exercício” como analítica. Neste grupo a despesa não é discriminada por órgãos ou função, não permitindo que seja feita uma análise do comportamento da despesa por unidade, dentro do mesmo enfoque dado ao grupo de despesa anterior.

3.2. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA FINANCEIRO

3.2.1. ATIVO FINANCEIRO

No âmbito do Ativo Financeiro, o único problema encontrado foi no tocante à classificação do Grupo “Aplicações Financeiras” que pelo código 213, não pertence nem ao Ativo Disponível nem ao Ativo Realizável, já que as contas pertencentes ao grupo “Disponível” figuram com o código 211 e as do “Realizável” com o código 214. Ressalta-se que as contas de aplicação financeira, dependendo do grau de liquidez da aplicação, podem enquadrar-se tanto no grupo disponível como no realizável. Entretanto, o que se verifica é o seu não enquadramento em grupo algum constando no elenco de contas como

sendo mais uma conta de primeiro grau, quando o correto seria este grupo estar subordinado a um dos dois grupos já mencionados. Para dar base ao que foi dito anteriormente, transcreveremos a definição de disponível e realizável na visão de Nascimento. *“Disponível – Abarca os valores e assemelhados em poder da Tesouraria e depositados em contas correntes bancárias de livre movimentação.”*

“Realizável – Abrange créditos, títulos e valores, cuja conversibilidade independe de autorização orçamentária.”(1979:p.67 e 73) Assim, fica caracterizado que as contas de aplicações financeiras não podem enquadrar-se fora dos grupos citados, pois são contas com características de liquidez imediata ou liquidez a realizar-se, sendo portanto totalmente descabida a forma como está classificada.

3.2.2. PASSIVO FINANCEIRO:

Dentro deste grupo verificou-se a existência da conta sintética Despesa Empenhada a Pagar com o código máscara nº 221.05. Ressalta-se que despesas empenhadas e não pagas devem ser debitadas ao final do exercício contra crédito em Restos a Pagar, pois trata-se de conta de resultado que não configura no Balanço Financeiro. Quanto ao exposto João Angélico observa: *“A despesa orçamentária empenhada, mas não paga até o último dia do ano financeiro, é apropriada ao exercício em contrapartida com a conta financeira resíduos passivos ou restos a pagar.”*(1985:p.105).

3.2.3. CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

Novamente neste grupo surge o problema do emparelhamento da “Receita e Despesa” exposto quando da análise do grupo “Sistema Orçamentário”, como se pertencessem ao mesmo grupo e possuíssem a mesma função. Cabe neste caso a observação já exposta em parágrafo anterior.

3.2.4. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Ainda dentro do grupo de Contas Operacionais do Exercício, procedeu-se análise na estrutura da Receita Orçamentária, verificando-se a mesma estrutura da Receita no Sistema Orçamentário, ou seja, Receita não discriminada por Categorias Econômicas, Fontes, Subfontes e Rubrica, apenas por Sub-rubrica, não sendo portanto respeitada a classificação padrão instituída pelas normas gerais. Além disso, todas as contas analíticas possuem o mesmo código máscara 231.01.01, como se fossem a mesma conta. Quanto a este aspecto, Nascimento nos ensina. *“Dentre os sistemas numéricos, um dos mais usados é o decimal, que consiste em dividir o esquema em dez classes afetadas dos dígitos e símbolo zero: 1 a 0 ou 0 a 9. Cada conta dessas classes recebe o símbolo respectivo seguido de seu próprio, também de 0 a 9, separado, ou não por um ponto: 0.0, 0.1; 1.0, 1.1, 1.2; 2.0, 2.1; etc. As subcontas imediatas tomam o número da conta correspondente justaposto ao seu de 0 a 9: 0.0; 0.01; 0.10; 1.00, 1.01, 1.02; 2.00, 2.01, 2.02; etc. E assim por diante.”* (grifamos) (1979:p.42).

Como se depreende do transcrito, cada conta analítica deve possuir o seu próprio código numérico subordinado à conta superior, já que são contas diferentes e não possuírem o mesmo código, como verificou-se no elenco de contas Municipal.

3.2.5. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

As contas deste grupo diferentemente das demais classificações de despesa verificadas, estão classificadas como elemento de despesa, não havendo divisão por secretarias ou funções, confirmando o que já havia sido observado anteriormente quanto à falta de homogeneidade na estruturação da despesa nos vários grupos em que se apresenta. Além disso, como já também foi mencionado, todas as contas analíticas possuem o mesmo código máscara nº 231.02.01. como se fossem a mesma.

3.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIMONIAL

3.3.1. ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Quanto às contas destes grupos, não constatou-se, a princípio, problemas estruturais, já que tanto o Ativo quanto o Passivo Permanente obedecem à classificação das contas pelo grau de liquidez, conforme convenção contábil.

3.3.2. SALDO PATRIMONIAL

Também neste caso não foram encontrados problemas estruturais.

3.3.3. SISTEMA DE RESULTADO PATRIMONIAL

VARIAÇÕES ATIVAS RESULTANTES DE EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Esta conta não está desdobrada em Categoria Econômica, Fontes, Subfontes, Rubrica ou Sub-rubrica, sendo que a única conta analítica deste grupo é “Receita Realizada”, não atendendo nem ao desdobramento de apresentação de Receita já mencionado em outros grupos. Para as demais contas que integram o Ativo do Sistema de Resultado Patrimonial, ou seja, as contas de Variações Ativas por Mutações Patrimoniais e Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária, não se verificou divergências quanto à estrutura e codificação, quando comparadas com o elenco de contas padrão.

VARIAÇÕES PASSIVAS RESULTANTES DE EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Repete-se neste caso o mesmo problema verificado nas Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária – Receita Orçamentária, ou seja, existe apenas uma

conta analítica denominada “Despesa Realizada” e não está discriminada por fontes. Não atende desta forma, o Elenco de Contas Padrão e nem o critério de discriminação adotado em outros grupos de despesa neste elenco de contas. Quanto às demais contas de Passivo que integram o Sistema de resultado Patrimonial (Variações Passivas por Mutações Patrimoniais e Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária), não foi constatada nenhuma irregularidade.

3.4. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

No Sistema de Compensação não foram encontradas irregularidades quanto à sua estruturação, sendo que o Passivo Compensado é a contrapartida do Ativo Compensado e vice-versa.

3.5. ANÁLISE DA FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS

Esta análise, apesar de nosso empenho e esforço, ficou prejudicada pelo fato das unidades selecionadas na verdade não possuírem um Plano de Contas, já que não se compõe das outras partes como já descrito no início do capítulo conforme os ensinamentos de Sá e Angélico. A denominação “Plano de Contas Geral” vem sendo usada de forma inadequada.

CAPÍTULO IV

4. PLANO DE CONTAS: SITUAÇÃO ATUAL E DO PASSADO DIANTE DO COMPORTAMENTO METODOLÓGICO

Antes da informática, para se elaborar um Plano de Contas para uma Prefeitura, era necessário que o profissional (contador) não só tivesse domínio da relação das contas, como também da estrutura de um Plano de Contas, pois do contrário era praticamente impossível desenvolver referido documento. Há muito tempo que a legislação define as formas das Demonstrações contábeis na Contabilidade pública, consequentemente, as contas que integrarão estes Anexos também são definidas pela legislação e desta forma, fica estritamente vinculada a estas demonstrações a estruturação do Plano de Contas. Assim, um contador, ao elaborar um Plano de Contas, deveria observar o contido na legislação antes de iniciar a tarefa.

Certamente já existiam planos de outras unidades, que eram usados como modelo para a confecção do documento. Porém, apesar de serem padronizados estes documentos não estavam de acordo com as necessidades da unidade de destino, já que era um plano elaborado para a unidade de origem, necessitando de adequações, principalmente se o órgão fornecedor do documento não era da mesma esfera do órgão de destino, porque neste caso este plano continha contas que não eram de sua competência. Além disso, o referido plano serviria apenas de base para a elaboração de um novo e não configuraria uma cópia.

Desta forma, o profissional encarregado da tarefa, poderia basear-se em um plano padrão, mas tendo que levar em consideração outros elementos na confecção do documento, tais como: porte do Município, ambiente no qual está inserido, nível de esfera governamental a que pertence, impostos de sua competência, características regionais etc. Assim, em poder desses dados, o profissional teria informações suficientes para desenvolver um plano voltado para as necessidades do Município de destino. Certamente o

referido documento não compunha apenas de um elenco de contas, função e funcionamento das contas, bem como a relação com outras contas eram itens obrigatórios nos planos, já que o profissional era obrigado a entender a relação das contas para proceder os lançamentos, pois do contrário não haveria como contabilizar. A função e o funcionamento das contas é que auxiliavam na contabilização, pois era através deles que o contador realizava os lançamentos.

Isto era pratica tão comum, que era raro o profissional que não conhecia a função das contas, e quando surgia algum problema, realizava-se um rastreamento nos lançamentos para se chegar a ele.

Entretanto, para se elaborar um plano que atendesse às necessidades da Administração naquela época, precisava-se de tempo e os profissionais incumbidos de tal tarefa gastavam dias (talvez meses) em cima da elaboração de um Plano de Contas, o que para uma Administração Pública representava um gasto muito elevado. Além deste fato destaca-se também a morosidade com que eram feitos os lançamentos, pois dadas as condições da época (antes da informática) perdia-se muito tempo com máquinas de escrever e máquinas próprias de contabilização que auxiliavam na confecção dos lançamentos e relatórios. Assim, a contabilidade era vista como algo vagaroso, complicado, um setor em que o profissional gastava todo o seu tempo contabilizando, quando poderia estar aprimorando-se em outras áreas da contabilidade como por exemplo nos setores de controle interno, gerenciamento etc.

Com o advento da informática tudo mudou, o que antes levava horas para ser feito, agora é possível realizar em poucos segundos, o computador mesmo se encarrega de fazer todos os lançamentos necessários com um simples apertar de botão. Os relatórios contábeis que antes eram elaborados durante dias, hoje são emitidos a qualquer momento, conforme desejar a Unidade.

Entretanto, todo este avanço tecnológico tem um preço. Estamos assistindo a contabilidade puramente técnica virar função possível de ser realizada por qualquer pessoa que tenha o mínimo de conhecimento em informática, independentemente do grau de instrução. Não é mais necessário, ser Contador ou Técnico em Contabilidade para contabilizar, basta ter uma noção do que se está fazendo para desempenhar a função. É verdade que em caso de problemas nos lançamentos, somente o profissional poderá

resolvê-los, isto significa que a operação do sistema, apesar de simples, não elimina por completo a presença de um Contador.

Outro aspecto que merece destaque com a era da informática na contabilidade, é com referente à dependência do profissional em relação ao sistema. Tamanha é a facilidade de se operar, que o Contador perdeu a noção do funcionamento de muitas contas. É comum encontrarmos, não só na área pública mas em qualquer entidade independente de sua natureza jurídica, profissionais com anos de experiência não saberem mais a função e funcionamento de determinadas contas, justamente porque não estão mais habituados a trabalhar com esta informação. Principalmente, aquelas contas que não são costumeiramente utilizadas. Neste caso é essencial que a unidade tenha um verdadeiro Plano de Contas, pois enquanto o elenco informatizado não demonstra a função, funcionamento, derivação, codificação etc., o Plano de Contas elaborado dentro da verdadeira técnica contábil e voltado para as características da entidade, não só explica a função e funcionamento das contas, como também indica o grau e a codificação a ser empregada.

Diante destes contextos, podemos destacar como principais vantagens de uma contabilidade informatizada os seguintes fatores:

- rapidez na informação;
- facilidade na operação do sistema;
- facilidade na correção de possíveis erros;
- disponibilidade do contador para outras tarefas de sua competência que não só a técnica, bem como, seu aprimoramento profissional em virtude da sobra de tempo;
- facilidade na adaptação das mudanças impostas pela legislação;
- facilidade do controle interno e externo no levantamento de informações.

Como desvantagens podemos citar:

- alto grau de dependência do sistema;
- padronização definida pelos provedores dos sistemas e não pela entidade;

- perda de identidade do contador com a contabilidade, por não serem mais necessárias, aparentemente, informações que antes eram fundamentais como o funcionamento das contas, relação, codificação etc. (presumivelmente apenas, porque na verdade tais informações nunca foram dispensáveis);
- facilidade no ato de contabilizar, expondo a contabilidade a lançamentos errôneos e permitindo sua manipulação por leigos;
- aparente inflexibilidade na estruturação.

Certamente não se está defendendo aqui a volta da forma antiga de contabilizar, muito pelo contrário, a informática veio para ficar e facilitar a vida dos profissionais, não só da contabilidade mas de todas as áreas. Mas o que se deseja é que o sistema seja algo flexível para a Instituição a qual está servindo, de modo que se possa efetuar as mudanças necessárias a qualquer momento, que se adapte com facilidade e que estas modificações possam ser feitas por qualquer pessoa, independentemente da presença de um técnico em informática. Estamos nos referindo a mudanças estritamente voltadas para a contabilidade, não a mudanças no sistema, isto é tarefa para profissionais da informática.

A forma como apresentam-se hoje os elencos de contas analisados, dá a impressão de ser algo praticamente inflexível ou que demanda trabalho demasiadamente árduo, já que os elencos de contas são todos iguais na sua estrutura, não se inserindo sequer a denominação das secretarias por Prefeitura. Além disso, por serem documentos padronizados pelo provedor do sistema, os erros de codificação, de estruturação, classificação etc. passam a ser comuns em todas as unidades, são coisas que se fossem elaborados especificamente para esta ou aquela Prefeitura, tais problemas seriam ao menos minimizados. Acrescenta-se também que, em virtude do problema da padronização, foram abandonadas também a estruturação legal.

Um Plano de Contas pode ser definido como o reflexo da Entidade no ambiente em que está inserida, já que esta peça contábil deverá conter em sua estrutura contas que dizem respeito a sua atividade, permitindo que, a partir de uma simples análise, se possa identificar o ramo de atuação, o porte, o tipo de organização etc.

Existem vários tipos de Entidades e com o seu modo de funcionamento elas mudam também o sistema de operações e, portanto, a formação do resultado e dos fatos contábeis. Considerando esta flutuação fica evidente que os fatos variam da mesma forma, as contas e consequentemente os títulos, o elenco de contas as funções e o funcionamento.

Outro aspecto significativo que influi na elaboração de um Plano de Contas é a dimensão da unidade. Dependendo da grandeza, o plano terá maior ou menor amplitude, como forma de adaptar-se à proporção da Entidade.

Outro fato é com relação à forma jurídica, pois a lei influencia e muito na titulação, codificação e estruturação do Plano de Contas, já que dependendo da forma jurídica, as contas irão variar de uma entidade a outra por imposição legal.

Na Administração Pública é a Lei 4.320/64 que padroniza a estrutura dos balanços e demonstrações contábeis, definindo, inclusive, o grupo de contas e a denominação de muitas contas de primeiro, segundo e terceiro graus.

Deste modo, não existe outra forma de se estruturar um Plano de Contas para uma Entidade Pública se não for de acordo com a estrutura dos anexos contidos na referida lei. O Plano de Contas das Entidades Públicas é padronizado na sua estrutura fundamental.

Entretanto, isto não significa dizer que todas as entidades públicas terão Planos de Contas exatamente iguais, pois apesar da estrutura ser a mesma, é facultado à entidade excluir aquelas contas que não serão utilizadas, que não dizem respeito à sua competência jurídica etc.

No caso dos Planos de Contas analisados, pode-se afirmar com toda a segurança que referidas peças contábeis não foram elaboradas especificamente para esta ou àquela entidade, já que constatou-se, ao proceder uma comparação entre os planos, que eles eram praticamente idênticos, existindo diferenças somente naqueles grupos em que forçosamente não haviam como serem iguais, como é o caso por exemplo do grupo Bancos conta Movimento. Obviamente as contas de uma unidade a outra são diferentes, o mesmo acontecendo com o grupo Banco contas vinculadas, Depósitos de Diversas Origens e

Restos a Pagar. São contas que não existe a possibilidade de serem iguais, justamente por serem contas que dizem respeito às características da entidade. Podemos citar como exemplo a conta pertencente ao grupo Depósitos de Diversas Origens – “ASERP – Assoc. Servid. Públicos – SAI”, da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz. Esta conta só existirá no Plano de Contas desta Prefeitura, já que se trata de conta dos servidores daquela entidade. Poderá haver conta parecida em outra Unidade, mas igual não haverá a possibilidade de existir.

Entretanto, as diferenças param nestes grupos, porque no restante do documento a estruturação é a mesma, inclusive quando discrimina a despesa por órgão, os problemas citados são os mesmos, as denominações são as mesmas. O mesmo acontecendo com a receita, em que constatou-se os mesmos problemas, os mesmos erros técnicos, a mesma estruturação, não havendo divergências estruturais entre si.

Diante deste fato, fica evidenciado que referidos documentos foram elaborados de forma a atender todas as unidades sem levar em consideração as características regionais, a sede a qual está inserida, o porte, se é um município essencialmente agrícola ou industrial etc.

Para um profissional que não conhece os Municípios, e na hipótese de que ele realizasse uma análise nos Planos de Contas poderia chegar a equivocada conclusão de que tratam-se de Municípios do mesmo porte, justamente porque o plano não permitiria que ele fizesse este tipo de julgamento. O risco existe em função do Elenco de Contas não ser suficientemente específico ao ponto de refletir as peculiaridades regionais.

Na Lei 4.320/64, não existe uma definição de como seria estruturado um Plano de Contas Padrão para entidades da Administração Pública, mas é certo que as contas que comporão tal peça contábil devem ser aquelas previstas nos anexos 01, 04, 11, 13, 14, e 15 da mesma lei, das quais não poderá desviar-se a Administração sob pena de incorrer em ilegalidade perante a referida legislação. Entretanto, isto não significa que a entidade esteja obrigada a incluir no plano todas as contas previstas nos anexos da Lei. Só serão consideradas aquelas contas realmente necessárias para a organização, sendo que as demais que não interessam ou não dizem respeito à sua competência não constarão no Plano de Contas. No âmbito da Administração Pública ao elaborar um Plano de Contas, deve ser observada a forma estrutural de apresentação das contas que comporão o plano à qual

encontra-se subordinada a unidade. Com relação à classificação da Receita, a Lei 4.320/64, em seu artigo 11 determina “*A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.*”

Por sua vez, as Receitas Correntes e de Capital devem ser desdobradas em Fontes e Subfontes de Receitas previstas no § 4º do mesmo artigo, conforme disposto a seguir:

“§ 4º — *A classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema:*

RECEITAS CORRENTES:

Receita Tributária

Impostos

Taxas

Contribuições de Melhoria

Receita de Contribuições

Receita Patrimonial

Receita Agropecuária

Receita Industrial

Receita de Serviços

Transferências Correntes

Outras Receitas Correntes

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito

Alienação de Bens

Amortização de Empréstimos

Transferências de Capital

Outras Receitas de Capital”

Portanto, são duas as Categorias Econômicas da Receita pública: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As Receitas Correntes destinam-se à manutenção dos serviços públicos e custeio da máquina e não resultam em acréscimo no patrimônio, constituição ou criação de bens de capital. Estas receitas são consumidas pelo mercado.

As Receitas de Capital tem como finalidade a constituição de bem capital como por exemplo a construção de Hospitais etc.

Fonte de receita é o desdobramento das Categorias Econômicas e compõem-se de:

RECEITA TRIBUTÁRIA
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
RECEITA PATRIMONIAL
RECEITA AGROPECUÁRIA
RECEITA INDUSTRIAL
RECEITA DE SERVIÇOS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
OUTRAS RECEITAS CORRENTES
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ALIENAÇÃO DE BENS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Subfonte: é o desdobramento da fonte e é constituída por:

IMPOSTOS
TAXAS
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS
RECEITAS IMOBILIÁRIAS
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS

RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA ANIMAL
RECEITA DA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO
RECEITA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS
MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
RECEITAS DIVERSAS
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
OUTRAS RECEITAS

Rubrica: consiste na divisão da Sub-fonte e classifica-se em:

Impostos sobre o comércio exterior

Impostos sobre o patrimônio e a renda

Impostos sobre a produção e a circulação
Impostos extraordinários
Taxas pelo exercício do poder de polícia
Taxas pela prestação de serviços
Transferências da União
Transferências dos Estados
Transferências dos Municípios
Indenizações
Restituições
Receita da Dívida ativa tributária
Receita da Dívida Ativa não tributária

Sub-rubrica é o desdobramento da Rubrica e compõem-se exclusivamente de contas analíticas, sendo que neste grupo há diferenças estruturais de uma esfera de governo para outra, já que as contas (principalmente impostos) variam de acordo com a competência Constitucional de cada nível.

A seguir apresentaremos algumas contas que compõem a sub-rubrica na esfera municipal.

- Imposto sobre a propriedade territorial urbana;
- Imposto sobre a transmissão inter vivos a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155 II, definidos em lei complementar;
- Contribuição de Melhoria;
- Cota Parte do Fundo de participação dos Municípios;
- Transferência do IRRF;
- Cota parte do Imp. S/propriedade Territorial Rural;
- Receita da Dívida Ativa Tributária;
- Cota parte do ICMS

- Cota parte do IPVA
- Convênios

Obs. Esta estrutura de receita está de acordo com a estrutura prevista no Anexo 1 da Lei 4.320/64 e que é obrigatória para todas as esferas de governo.

Esquematizando o desdobramento da Receita, fica da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO DOS DESDOBRAMENTOS	DENOMINAÇÃO DA RECEITA
Categoria Econômica.....	RECEITAS CORRENTES
Fonte	RECEITA TRIBUTÁRIA
Subfonte.....	IMPOSTOS
Rubrica	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda
Sub-rubrica.....	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Desta forma, a Administração Pública, ao classificar a Receita, deverá obedecer pelo menos a estrutura definida anteriormente, podendo desdobrar de acordo com suas peculiaridades e necessidades os títulos constantes do Anexo I da Lei 4.320/64. Porém, não poderá desviar-se da estrutura básica de Fontes de Receitas prevista na Lei.

Além do previsto na Lei 4.320/64, deve ser observado, no momento de se elaborar o Plano de Contas no tocante à estruturação da Receita, o disposto na Constituição Federal sobre a classificação da Receita Tributária de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Constituição Federal no seu Título VI, Da Tributação e do Orçamento, Do Sistema Tributário Nacional, estabelece em seu art. 145:

“art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão do exercício de poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.”

Portanto, estes são os três tipos de tributos autorizados pela Carta Magna que podem ser instituídos pelos três níveis de governo (União, Estados e Municípios).

Mais adiante, especificamente no art. 153, estão dispostos os impostos que podem ser instituídos pela União:

- Importação de produtos estrangeiros;
- Exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados;
- Renda e provento de qualquer natureza;
- Produtos industrializados;
- Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- Propriedade territorial rural;
- Grandes fortunas nos termos de lei complementar.

Já no artigo 155, são definidos os impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal:

- Transmissão de causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- Operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- Propriedade de veículos automotores.

No caso dos Municípios, que são o objeto do presente estudo, o artigo 156 define os seguintes impostos de competência deste nível de governo:

- Sobre a propriedade territorial urbana;
- Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

Com relação à classificação da despesa, esta deverá atender o previsto no artigo 12 da Lei 4.320/64 que dispõe:

“art. 12 — A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio.

Transferências Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos.

Inversões Financeiras.”

Quanto ao desdobramento destas Categorias Econômicas é o artigo 13 que define a forma.

“Art. 13 — Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema:

DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CUSTEIO

Pessoal

Pessoal Civil

Pessoal Militar

Obrigações Patronais

Material de Consumo

Serviços de Terceiros e Encargos

Remuneração de Serviços Pessoais

Outros Serviços e Encargos

Diversas Despesas de Custeio

Sentenças Judiciárias

Despesas de Exercícios Anteriores

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Transferências Intragovernamentais

Transferências Operacionais

Subvenções Econômicas

Contribuições Correntes

Contribuições a Fundos

Transferências Operacionais a Territórios

Contribuições a Territórios

Transferências Intergovernamentais

Transferência à União

Transferências a Estado e ao Distrito Federal

Transferências a Municípios

Transferências a Instituições Multigovernamentais

Transferências a Instituições Privadas

Subvenções Sociais

Subvenções Econômicas

Contribuições Correntes

Transferências ao Exterior

Transferências a Governos

Transferências a Organismos Internacionais

Contribuições a Fundos Internacionais

Transferência a Pessoas

Inativos

Pensionistas

*Salário-Família**Apoio Financeiro a Estudantes**Assistência Médico-Hospitalar**Benefícios da Previdência Social**Indenizações de Acidentes de Trabalho**Outras Transferências a Pessoas**Encargos da Dívida Interna**Juros de Dívida Contratada**Outros Encargos da Dívida Controlada**Juros sobre Títulos do Tesouro**Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro**Juros de Outras Dívidas**Encargos de Outras Dívidas**Correção Monetária sobre Operações de Crédito por Antecipação
da Receita**Encargos da Dívida Externa**Juros de Dívida Contratada**Outros Encargos de Dívida Contratada**Juros sobre Títulos do Tesouro**Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro**Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP**Diversas Transferências Correntes**Sentenças Jurídicas**Despesas de Exercícios Anteriores**DESPESAS DE CAPITAL**INVESTIMENTOS**Obras e Instalações**Equipamentos e material Permanente**Investimentos em Regime de Execução especial**Constituição ou Aumento do Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas**Diversos Investimentos*

Sentenças Jurídicas

Despesas de Exercícios Anteriores

INVERSÕES FINANCEIRAS

Aquisição de Imóveis

Aquisição de Outros Bens de Capital já em Utilização

Aquisição de Bens para Revenda

Aquisição de Títulos de Crédito

Aquisição de Títulos representativos de Capital já Integralizado

Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras

Concessão de Empréstimos

Depósitos Compulsórios

Diversas Inversões Financeiras

Sentenças Judiciárias

Despesas de Exercícios Anteriores

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Transferências Intragovernamentais

Auxílios para Despesas de Capital

Contribuições para Despesas de Capital

Contribuições a Fundos

Auxílios aos Territórios

Contribuições aos Territórios

Transferências Intergovernamentais

Transferências à União

Transferências a Estados e ao Distrito Federal

Transferências a Municípios

Transferências a Instituições Multigovernamentais

Transferências a Instituições Privadas

Auxílios para Despesas de Capital

Contribuições para Despesas de Capital

Transferências ao Exterior

Transferências a Governos

Transferências a Organismos Internacionais

Transferências a Fundos Internacionais

Amortização da Dívida Interna

Amortização da Dívida Contratada

Resgate de Títulos do Tesouro

Correções sobre Títulos do Tesouro

Outras Amortizações

Amortização da Dívida Externa

Amortização da Dívida Contratada

Amortização de Títulos do Tesouro

Diferenças de Câmbio

Diversas Transferências de Capital

Sentenças judiciais

Despesas de Exercícios Anteriores

Assim, o artigo em questão determina a forma como cada unidade Administrativa ou Órgão de Governo deverá discriminar a despesa, ou seja, por Categoria Econômica e por elemento de despesa, do qual não poderá afastar-se a Administração Pública pois esta encontra-se estritamente vinculada à estrutura por força de lei. Ressalta-se que a codificação a ser empregada para cada um destes elementos de despesa deve ser aquela prevista no Anexo 4 da Lei 4.320/64, pois a codificação é padrão para todos os órgãos da Administração Pública. Isto significa que para as Prefeituras, ao classificar as suas Secretarias ou Órgãos nos Planos de Contas, estes deverão trazer consigo não só a discriminação da despesa na forma estrutural definida neste artigo, como também a codificação no Anexo anteriormente mencionado. Deve ser facultado a cada Administração Pública o desdobramento dos elementos com a adoção de códigos locais sempre que a Entidade achar conveniente.

Esquematizando, a classificação da despesa por elemento fica da seguinte forma:

Denominação dos desdobramentos	Exemplo de desdobramento
--------------------------------	--------------------------

Categoria Econômica	DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO
Elemento	Pessoal
Subelemento.....	Pessoal Civil
Rubrica.....	Vencimentos e Vantagens Fixas

Neste sentido, se a Entidade optar por demonstrar a despesa por elemento deverá fazê-la na forma definida pelo Anexo 4, da Lei 4.320/64, não deixando de lado os códigos ali previstos.

Outra forma possível de classificação da despesa na forma da Lei é a sua demonstração através dos serviços sociais prestados, tais como: postos de saúde, hospitais, comunicações, estradas etc., ou seja, a demonstração através das Funções de Governo previstas no Anexo 5 – Classificação Funcional Programática e Anexo 13 – Balanço Financeiro, da Lei 4.320/64. Assim, a despesa por Função de Governo, que neste caso diferentemente da despesa classificada por Secretarias, seria classificada pela atuação do Governo através de serviços essenciais e que atualmente classificam-se em 16 funções, que são as seguintes:

- 01 – LEGISLATIVA
- 02 – JUDICIÁRIA
- 03 – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
- 04 – AGRICULTURA
- 05 – COMUNICAÇÕES
- 06 – DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA
- 07 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 08 – EDUCAÇÃO E CULTURA
- 09 – ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- 10 – HABITAÇÃO E URBANISMO
- 11 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- 12 – RELAÇÕES EXTERIORES
- 13 – SAÚDE E SANEAMENTO
- 14 – TRABALHO
- 15 – ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
- 16 – TRANSPORTE

Vale lembrar que, caso a Administração não desenvolva alguma das Funções previstas, a codificação deve-se ser mantida, não obedecendo à ordem numérica, já que esta é uma codificação definida no Anexo 5 obrigatória também para todas as esferas de governo. Por exemplo, supondo que a Unidade não possua a função 02 – JUDICIÁRIA, a codificação seria a seguinte:

- 01 – LEGISLATIVA
- 03 – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
- 04 - AGRICULTURA e assim sucessivamente.

Ressalta-se que a Portaria nº 42 do Ministério de Gestão e Orçamento, datada de 14/04/99, modificou para 28 as funções aqui descritas, exigindo que a União, Estados e Distrito Federal adotem a reformulação a partir do ano 2000 e os Municípios a partir do ano 2002.

Portanto, fica facultado à Administração Pública a forma de apresentação da despesa no grupo Sistema Orçamentário, por Secretaria ou por Função, não cabendo esta faculdade ao Sistema Financeiro, nem ao Sistema Patrimonial, já que a apresentação deve ser conforme os Anexos 13 – Balanço Orçamentário e 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais, da Lei 4.320/64.

4.1. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

4.1.1. ANÁLISE DA RECEITA

Analizando os elencos de contas, apurou-se que estas peças contábeis registram não só os impostos de competência municipal, como também impostos das demais esferas de governo, ou seja, impostos da União, Estados e Distrito Federal, deixando claro que não foram elaborados especificamente para estas Unidades, pois do contrário, só figurariam as contas de competência municipal. Este fato contraria a doutrina e a boa técnica contábil no que diz respeito à estruturação de um Plano de Contas. A forma como foi estruturado evidencia que referidos documentos foram elaborados para atender a todos os níveis de governo e não especificamente esta ou aquela entidade, já que procurou-se incluir, todas as contas possíveis no âmbito da Administração pública, sem levar em conta a grandeza orçamentária ou o nível de governo a que está adstrita a entidade.

No caso dos Municípios, não caberia por exemplo a inclusão de contas como Imposto sobre a Importação; Imposto sobre a exportação; Pessoas Físicas; Pessoas Jurídicas; Imposto sobre produtos industrializados; Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro; Imposto sobre a propriedade territorial rural; impostos extraordinários e Grandes fortunas, já que são impostos previstos no artigo 153 da Constituição Federal de competência exclusiva da União, conforme exposto anteriormente.

Da mesma forma que os impostos da União também figuram no elenco de contas dos Municípios indevidamente: Imposto sobre Transmissão de causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; Imposto sobre as operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte – ICMS e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, pois são de competência exclusiva dos Estados e Distrito Federal, previstos no artigo 155, da Carta Magna, sendo totalmente descabido e desnecessário a inclusão de tais tributos nos elencos de contas municipais.

Além de não serem necessárias, tais contas estão sujeitas a receber lançamentos indevidos por pessoas que não dominam o manejo do programa ou por puro desconhecimento da competência legal de cada esfera de governo. Mesmo que tal episódio

nunca tenha ocorrido, não é de se descartar tal hipótese, já que existem condições para que tal fato ocorra.

Ressalta-se também o problema da ocupação de memória desnecessária no disco rígido do computador da entidade para armazenar dados de contas que jamais serão utilizadas, roubando, desta forma, espaço para outras informações que certamente seriam de maior utilidade para a Administração.

O problema que, a princípio parece desprezível, pode levar a entidade a investir por um preço bastante elevado na troca de discos rígidos dos computadores, justamente para compensar aquele espaço ocupado com informações inúteis. Vale lembrar que estamos tratando de entidades geridas com recursos públicos e que devem sempre buscar a melhor forma de investir os recursos em observância ao princípio da economicidade previsto no artigo 70 da Constituição Federal.

Para se ter uma idéia do problema da inclusão de contas desnecessárias no elenco de contas, apurou-se num breve levantamento realizado apenas no grupo da receita, 27 contas que poderiam ser eliminadas sem qualquer problema para a contabilidade, por absoluta inutilidade para o município, considerando entre estas as contas de receitas já descritas. O fato da potencial adoção de uma dessas contas ao invés daquela que seria correta também faz-se concreto tendo por origem a mesma causa.

Além dos problemas já expostos quanto à inclusão de impostos na receita, destaca-se outro detalhe não menos importante perante à legislação quanto à classificação da receita. Trata-se do desdobramento que verificou-se inexistir para: Categorias Econômicas; Fontes; Subfontes e Rubrica, estando classificado somente por Sub-rubrica, isto quando discriminada, pois existem grupos de receitas que sequer estão discriminados por sub-rubrica. É o caso, do grupo Sistema Orçamentário e do grupo Execução da Receita.

Este fato contraria o disposto no artigo 11, § 4º da Lei 4.320/64.

O documento ora analisado além de não contemplar as divisões de receita na forma estabelecida nos anexos da lei 4.320/64, o que por si só já constitui irregularidade, não permite que se efetue uma análise mais criteriosa da receita, já que na forma como está disposta torna-se difícil desvencilhar a receita tributária do Município, por exemplo da receita tributária das demais esferas de governo, sendo preciso recorrer à Constituição

Federal, para que se saiba quais são os impostos de competência Municipal e quais são os impostos de outros níveis de governo.

Da mesma forma, separar as receitas correntes das receitas de capital o que para um leigo, seria uma tarefa um tanto complicada, dada a forma estrutural adotada.

4.1.2. DESPESA FIXADA

Quanto à classificação da despesa fixada, verificou-se estar em consonância com o disposto no anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei 4.32/64, já que compõe-se das contas créditos ordinários orçamentários, créditos ordinários suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários, que são as formas de créditos previstos no referido anexo.

4.1.3. GRUPO CRÉDITOS DISPONÍVEIS

A forma estrutural da despesa neste grupo perante a Lei 4.320/64 está irregular, pois não discrimina a despesa nem por função nem por órgão que seriam as duas formas possíveis de estruturação da despesa ante o mandamento legal previstos nos Anexos 11 e 13. Além disso, todas as contas analíticas possuem o mesmo código máscara 112.02.01, não sendo respeitada a hierarquia das contas.

Na verdade, há uma tímida tentativa de discriminar a despesa por órgão, já que apresenta as contas “Funcionam. e Manut. da Secretaria”, não sendo possível identificar a qual secretaria se refere.

Acreditamos tratar-se de um subterfúgio da empresa fornecedora do programa de informática, para que referido elenco de contas se adapte a qualquer entidade sem que seja necessária alterações nas contas das secretarias. Caso constasse o nome dos órgãos que integram a Administração Pública, a empresa estaria obrigada a alterar o elenco de contas neste grupo toda vez que instalasse o programa em uma nova Unidade, pois certamente a denominação das Secretarias variam de uma Prefeitura para outra, o que exigiria adaptações. Isto tanto é verdade que os únicos dois órgãos identificados são “Manutenção da Câmara Municipal” e “Funcionam. e Manut. do Gab. do Prefeito”, pois

tratam-se de órgãos comuns a todas as Prefeituras, não havendo necessidade de alterações posteriores à instalação.

Ressalta-se que a empresa, ao recorrer a uma forma de transpor um problema (o da denominação das secretarias), optou por sacrificar a forma estrutural prevista na lei 4.320/64 artigo 13 e, ao não identificar as secretarias corretamente, não permitiu que fossem transparentes as informações contidas no referido grupo, pois pelo Plano de Contas não é possível visualizar a distribuição dos créditos orçamentários entre as secretarias.

Por outro lado, estão as Prefeituras no papel de consumidoras do produto, que não cobram da empresa um elenco de contas dentro dos ditames legais e adaptados à sua estrutura. A estas é que cabe o cumprimento do previsto na lei 4.320/64 não à empresa que fornece o programa, a esta compete apenas atender o solicitado pelas Prefeituras no tocante a adequação dos programas de contabilidade às suas realidades, mas o que se verifica é que aparentemente as unidades não se preocuparam com tais modificações.

4.1.4. GRUPO DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR E EXECUÇÃO DA DESPESA

Estes dois grupos já foram objeto de análise em capítulo anterior e verificou-se em ambos que a despesa sequer está discriminada. Compõem-se de apenas duas contas sendo o primeiro grupo com o nome “Despesa Empenhada a Liquidar” uma sintética e outra analítica e o segundo das contas “Execução da Despesa” e “Execução da Despesa no Exercício” sendo sintética e analítica, respectivamente. Evidentemente, tais grupos ao não discriminar a despesa do ponto de vista legal, também não atenderam ao previsto quanto à classificação da despesa na Lei 4.320/64.

4.2. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA FINANCEIRO

4.2.1. ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro registra a conta “Suprimentos” – sintética e “Câmara Municipal Conta Suprimentos” – analítica dentro do grupo Realizável. Esta classificação dentro do grupo Ativo Financeiro, está tecnicamente incorreta, já que contas desta natureza

devem ser classificadas no grupo Contas de Interferências “Transferências Financeiras”, dentro da conta que não consta no Plano Municipal – Cota de Despesa Concedida – pelo repasse da Prefeitura à Câmara (órgão de destino) e na Câmara contabilizado como cota de Despesa Recebida (órgão de origem), pelo recebimento do suprimento ou ainda utilizar a conta Transferências de Fundos. Ao final do exercício, estas contas são confrontadas e o saldo remanescente da Câmara (se houver) deve retornar aos cofres da Prefeitura.

Outro problema encontrado perante à legislação foi na classificação das contas Aplicações Financeiras com o código 213, que foi considerado como mais um grupo de contas, já que o código 2.1 é Ativo Financeiro; 211 Disponível; 212 – Vinculado em Conta Corrente Bancária; **213 – Aplicações Financeiras** e 214 – Realizável. Entretanto, no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, não existe o grupo Aplicações Financeiras, pois trata-se, como já foi exposto em capítulo anterior, de uma conta pertencente ou ao grupo Disponível ou ao Grupo Realizável, dependendo do grau de liquidez da aplicação financeira. A forma como foi classificada não existe perante a contabilidade pública.

4.2.2. PASSIVO FINANCEIRO

Neste grupo de contas a única ressalva cabível é com relação a classificação do grupo “Despesa Empenhada a Pagar” (Folha de pagamento e encargos previdenciários), dentro do Passivo Financeiro, tendo em vista que as despesas empenhadas a pagar são contas de resultados movimentadas durante o exercício e ao final são debitadas contra crédito na conta de Restos a Pagar, ficando com saldo zero. Ressalta-se que esta conta, apesar de constar no grupo Passivo Financeiro, não deve figurar no Balanço Financeiro.

4.2.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO GRUPO CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária apresenta-se com apenas esta conta sintética, as demais contas são analíticas e não divide-se em Categorias Econômicas, Fontes, Sub-fontes e Rubricas, estando classificada somente como Sub-rubrica, o que caracteriza o não

cumprimento do previsto no artigo 11, §4, da Lei 4.320/64, já mencionado neste capítulo, que define a forma de estruturação da receita. Além disso, conforme já foi observado anteriormente, estas contas possuem o mesmo código máscara 231.01.01, quando o correto seria haver uma seqüência numérica para cada conta. Ressalta-se, ainda, que este código empregado não é aquele padronizado no Anexo 1 e de uso obrigatório para todas as Entidades Públicas.

Constatou-se também neste grupo, o registro de contas de impostos que não são de competência Municipal e sim de competência exclusiva do Governo Federal, dos Estados e Distrito Federal. Como exemplo, Imposto sobre a importação, Imposto sobre a exportação, Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA, Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS etc. Este fato além dos problemas já mencionados em outros capítulos, caracteriza-se por não ser observado o previsto na Constituição Federal de 1988, transcrito a seguir, já que ao se elaborar o Elenco de Contas para as Prefeituras não foi levado em conta a competência dos impostos de cada esfera de governo. .

“Art. 156. () Compete aos Municípios instituir impostos sobre:*

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

Portanto, somente os Impostos previstos no artigo 156, da Constituição Federal, deveriam constar do elenco de contas Municipal e não todos os impostos de forma indiscriminada.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Neste grupo a Despesa apresenta-se desdobrada por elemento de despesa da seguinte forma:

- Pessoal
- Pessoal Civil
- Pessoal Militar
- Obrigações Patronais
- Material de Consumo
- Serviços de Terceiros e Encargos
- Remuneração de Serviços Pessoais
- Outros Serviços e Encargos
- Diversas Despesas de Custeio
- Sentenças Judiciárias
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Transferências Intragovernamentais
- Transferências Operacionais
- Subvenções Econômicas
- Contribuições Correntes
- Contribuições a Fundos
- Transferência Operacionais a Territórios
- Contribuições a Territórios
- Transferências Intergovernamentais
- Transferência à União
- Transferências a Estado e ao Distrito Federal
- Transferências a Municípios
- Transferências a Instituições Multigovernamentais
- Transferências a Instituições Privadas
- Subvenções Sociais

Subvenções Econômicas

Contribuições Correntes

Transferências ao Exterior

Transferências a Governos

Transferências a Organismos Internacionais

Contribuições a Fundos Internacionais

Transferência a Pessoas

Inativos

Pensionistas

Salário-Família

Apoio Financeiro a Estudantes

Assistência Médico-Hospitalar

Benefícios da Previdência Social

Indenizações de Acidentes de Trabalho

Outras Transferências a Pessoas

Encargos da Dívida Interna

Juros de Dívida Contratada

Outros Encargos da Dívida Controlada

Juros sobre Títulos do Tesouro

Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro

Juros de Outras Dívidas

Encargos de Outras Dívidas

Correção Monetária sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita

Encargos da Dívida Externa

Juros de Dívida Contratada

Outros Encargos de Dívida Contratada

Juros sobre Títulos do Tesouro

Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro

Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

Diversas Transferências Correntes

Sentenças Jurídicas

Despesas de Exercícios Anteriores

Obras e Instalações

Equipamentos e material Permanente

Investimentos em Regime de Execução especial

Constituição ou Aumento do Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas

Diversos Investimentos

Sentenças Jurídicas

Despesas de Exercícios Anteriores

Aquisição de Imóveis

Aquisição de Outros Bens de Capital já em Utilização

Aquisição de Bens para Revenda

Aquisição de Títulos de Crédito

Aquisição de Títulos representativos de Capital já Integralizado

Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras

Concessão de Empréstimos

Depósitos Compulsórios

Diversas Inversões Financeiras

Sentenças Judiciárias

Despesas de Exercícios Anteriores

Transferências Intragovernamentais

Auxílios para Despesas de Capital

Contribuições para Despesas de Capital

Contribuições a Fundos

Auxílios aos Territórios

Contribuições aos Territórios

Transferências Intergovernamentais

Transferências à União

Transferências a Estados e ao Distrito Federal

Transferências a Municípios

Transferências a Instituições Multigovernamentais

Transferências a Instituições Privadas
 Auxílios para Despesas de Capital
 Contribuições para Despesas de Capital
 Transferências ao Exterior
 Transferências a Governos
 Transferências a Organismos Internacionais
 Transferências a Fundos Internacionais
 Amortização da Dívida Interna
 Amortização da Dívida Contratada
 Resgate de Títulos do Tesouro
 Correções sobre Títulos do Tesouro
 Outras Amortizações
 Amortização da Dívida Externa
 Amortização da Dívida Contratada
 Amortização de Títulos do Tesouro
 Diferenças de Câmbio
 Diversas Transferências de Capital
 Sentenças judiciais
 Despesas de Exercícios Anteriores

A forma como está estruturada a despesa neste grupo está totalmente fora dos padrões legais, pois não divide-se por Categorias Econômicas. Todas as contas descritas são analíticas, quando na verdade existem contas que são sintéticas e existem as subcontas como o elemento de despesa Pessoal que consta como analítica mas é uma conta sintética e Pessoal Civil uma subconta da primeira. Outro exemplo é a conta Transferências a Pessoas que consta como analítica quando pela Lei é sintética e desdobra-se em Inativos, Pensionistas, Salário Família, Apoio Financeiro a Estudantes, Assistência Médica Hospitalar etc. e esta regra foi adotada para todas as demais contas do elenco.

Assim, somente com o auxílio do Anexo da Lei é possível distinguir as contas sintéticas das analíticas, ao passo que se fosse adotada a estrutura padrão legal, não haveria a menor dificuldade em fazer tal separação.

Para complicar ainda mais, não foi adotada a codificação padronizada e obrigatória prevista no Anexo 4 da Lei para os elementos de despesa, sendo que neste caso, conforme já foi constatado anteriormente, todas as contas apresentam o mesmo código 231.02.01 de forma totalmente ilegal e inadequada.

Além disso, existem contas neste grupo que não são de competência municipal, como é o caso das contas “auxílios para territórios; contribuições para territórios; transferência à União; transferência à Estados e ao Distrito Federal e transferências à Municípios.

4.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIMONIAL

4.3.1. ATIVO PERMANENTE

Com relação a este grupo, não se verificou divergências estruturais quando comparados os Elencos de Contas com o Elenco de Contas elaborado à luz da Lei 4.320/64.

4.3.2. PASSIVO PERMANENTE

Da mesma forma que o Ativo Permanente, neste grupo também não se constatou divergências em relação à legislação pertinente.

4.3.3. SISTEMA DE RESULTADO PATRIMONIAL

VARIAÇÕES ATIVAS RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Este grupo de contas é composto por apenas uma conta analítica denominada “Receita Realizada”, que não discrimina a receita na forma estabelecida no Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais, da Lei 4.320/64, ou seja, por Categoria econômica e por Fonte de recurso no caso das Receitas Correntes, e somente por Categoria Econômica no caso das Receitas de Capital.

Na verdade, o próprio Anexo 15 é lacônico ao classificar a receita como um todo, já que não a discrimina por subfonte. Para piorar a Receita de Capital, neste Anexo sequer teve o mesmo tratamento das Receitas Correntes, já que está classificada somente como Categoria Econômica.

Este fato prejudica em muito uma análise mais detalhada da receita com os demais fatos contábeis relacionados às Mutações Patrimoniais de Receita. De acordo com a forma como está registrada a Receita, não é possível comparar os Empréstimos Tomados que figuram em Variações Passivas Mutações Patrimoniais com o valor registrado em Receitas de Operações de Crédito na Receita de Capital. Da mesma forma, não possibilita o confronto entre a Receita da Dívida Ativa com Recebimento de Créditos no mesmo grupo de Mutações Passivas.

Evidentemente, a Administração Pública não está obrigada a desdobrar a Receita além do que estabelece o Anexo, mas a lei não a proíbe, sendo que, desta forma, seria enriquecedor para os fins a que se destina uma Demonstração, que os fatos contábeis fossem detalhados ao máximo, permitindo que fossem feitas todas as análises possíveis em um único anexo, sem precisar recorrer a outros documentos.

No caso do Elenco de contas dos Municípios, conforme já mencionado, a Receita simplesmente não foi discriminada, não sendo respeitada sequer a pífia demonstração prevista em lei.

VARIAÇÕES ATIVAS POR MUTAÇÕES PATRIMONIAIS E VARIAÇÕES ATIVAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nestes agrupamentos de contas não foram encontradas irregularidades perante a legislação em vigor.

**VARIAÇÕES PASSIVAS RESULTANTE DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

Da mesma forma que a Receita em Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária, a Despesa também não está discriminada conforme estabelece o Anexo 15. Este grupo compõe-se de apenas uma única conta analítica “Despesa Realizada”, quando o referido Anexo desdobra a Despesa nas Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de capital, e estas são subdivididas em: Despesas de Custeio e Transferências Correntes para a primeira categoria e Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital para a segunda.

Cabe também à Despesa a observação feita à Receita quanto ao desdobramento, pois seria bastante proveitoso para fins de análise, se a despesa fosse desdobrada em mais um grau.

Assim, seria possível, por exemplo, confrontar as Aquisições de Bens Móveis diretamente com a despesa realizada no elemento de despesa “Equipamentos e Material Permanente”, como forma de verificar se o que foi gasto em aquisição de bens móveis foi realmente incorporado ao patrimônio. Claro que este confronto é possível de ser realizado através de outros Anexos, mas seria muito mais fácil e rápido o controle se tal verificação ocorresse no mesmo anexo.

De qualquer forma, a despesa do Elenco de Contas Municipal não atende ao desdobramento da despesa prevista no Anexo 15, estando portanto em desconformidade com a Lei 4.320/64.

**VARIAÇÕES PASSIVAS POR MUTAÇÕES PATRIMONIAIS E
VARIAÇÕES PASSIVAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

Nestes grupos não foram encontradas divergências perante a legislação em vigor.

4.4. ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

4.4.1. ATIVO E PASSIVO COMPENSADO

Nestes grupos de compensações não foram encontradas divergências estruturais quando comparadas com o elenco de contas elaborado à luz da Lei 4.320/64.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico, em função do tema escolhido, possibilitou ao acadêmico responsável pela sua elaboração, vislumbrar as diversas etapas que constituem a elaboração de um Plano de Contas, desde a escolha das contas adequadas, até a estruturação através dos grupamentos, codificação, estudo da função e funcionamento das contas.

Todo este trabalho serviu, entre outras coisas, para mostrar que um Plano de Contas não é composto unicamente de um elenco de contas, como supõe a maioria. Na verdade, o elenco das contas é apenas uma parte desta grande peça chamada Plano de Contas.

A sua elaboração não é tarefa fácil e compete somente aos profissionais mais experientes e aptos. Exige dos mesmos profundo conhecimento da legislação e da Entidade para a constituição de um verdadeiro Plano de Contas.

O estudo mostrou também que o Plano de Contas é o guia da contabilidade de uma Entidade. Se o plano for mal planejado, mal elaborado, as conseqüências serão lançamentos errôneos, demonstrações mal estruturadas, codificação incorreta, bem como a titulação das contas.

Portanto, torna-se imprescindível para a contabilidade da Entidade que o Plano de Contas seja estruturado em observância aos princípios e técnicas contábeis e dentro do que dispõe a legislação pertinente.

No tocante à análise na estruturação dos Planos de Contas das Prefeituras selecionadas da Grande Florianópolis, pode-se considerar que os objetivos foram plenamente alcançados (pelo menos os possíveis de serem realizados).

Foi feita uma análise técnica e funcional nos Planos de Contas das Prefeituras, sendo dividida em duas etapas: uma do ponto de vista estrutural comparando-se com um plano padrão e outra do ponto de vista legal, em que foi verificado o cumprimento do disposto na legislação pertinente.

Outro objetivo alcançado, foi no que se refere à verificação dos planos, se estes foram elaborados especificamente para cada Prefeitura, chegando-se a conclusão de

que os referidos documentos eram padronizados pelo provedor do sistema de informática, caracterizando que além de não serem específicos por unidade, não levavam em consideração as peculiaridades de cada Município e tampouco a sua grandeza orçamentária, que são pontos fundamentais para a confecção do referido documento.

Realizou-se, também, um estudo sobre a forma de elaboração dos Planos de Contas antes e após a informatização do sistema expondo as vantagens e desvantagens desta mudança. A principal conclusão foi que o sistema informatizado trouxe benefícios imensuráveis para a contabilidade neste setor. No entanto, necessita de aperfeiçoamento de modo a personalizar os serviços prestados e não fornecê-los na forma de um modelo padronizado para todas as Prefeituras como é feito atualmente.

O único objetivo prejudicado na análise foi aquele em que pretendia-se realizar uma comparação entre os planos das Prefeituras em busca de convergências e divergências. Entretanto, tendo em vista que os planos eram fornecidos por apenas um provedor, praticamente não haviam divergências a serem estudadas. Desta forma, este objetivo não pôde ser alcançado.

Não obstante, o trabalho como um todo atingiu seus objetivos gerais, com exceção do objetivo mencionado. Todos os demais foram alcançados, proporcionando uma visão de como deve ser estruturado um verdadeiro Plano de Contas, e às Prefeituras aqui investigadas, vislumbrar a forma de como deveria ser estruturado o seu guia da contabilidade chamado Plano de Contas.

Este trabalho por certo, têm imperfeições e será merecedor de críticas, que servirão de base para outros trabalhos neste sentido, na direção de um plano melhor elaborado e com análises mais complexas. Também não se procurou, dirigir críticas a esta ou àquela empresa de informática, o que buscou-se de fato foi realizar algo que possa no futuro contribuir para as Entidades Públicas, para outros acadêmicos, estudiosos do tema e contribuintes em geral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- ASTI VERA, Armando. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 8. ed. São Paulo, 1989.
- BAZARIAN, Jacob. **O Problema da Verdade**. 2. ed. São Paulo: 1985.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988 10 ed. atual. e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BRASIL, **Lei 4.320/64**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 1997.
- **Diário Especial – Municípios de Santa Catarina**. Diário Catarinense. Florianópolis: 27 de dezembro de 1993.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Industrial: com apêndice de contabilidade agrícola**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, ed. Atlas, 1993.
- ____, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1987.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1992.
- NASCIMENTO, José Olavo do. **Um Plano de Contas para prefeituras**. Porto Alegre, 1979.
- SÁ, Antônio Lopes de, **Planos de Contas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- ____, **Dicionário de Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- SALOMON, Délvio Vieira. **Como Fazer Uma Monografia: Elementos de Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1974.

7. ANEXOS

ANEXO 1

PLANO DE CONTAS PADRÃO PARA EMPRESAS

Código da Conta Nível/tp/lanç descrição da conta

01	1 D N	ATIVO
01.1	2 D N	ATIVO CIRCULANTE
01.1.01	3 D N	DISPONIBILIDADE
01.1.01.01	4 D S	CAIXA
01.1.01.02	4 D N	BANCOS
01.1.01.03	4 D S	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
01.1.02	3 D N	CREDITOS
01.1.03	3 C N	OUTROS CREDITOS
01.1.04	3 D N	ESTOQUES
01.1.05	3 D N	DESPESAS DIFERIDAS
01.2	2 D N	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO
01.2.01	4 D S	CONTAS A RECEBER
01.2.02	4 D S	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
01.2.03	4 D S	IMPOSTOS A RECUPERAR
01.3	2 D N	ATIVO PERMANENTE
01.3.01	3 D N	INVESTIMENTOS
01.3.02	3 D N	ATIVO IMOBILIZADO
01.3.02.01	4 D S	BENS MOVEIS
01.3.02.02	4 D S	BENS IMOVEIS
02	1 C N	PASSIVO
02.1	2 C N	PASSIVO CIRCULANTE
02.1.01	3 C S	FORNECEDORES
02.1.03	3 C S	SALARIOS A PAGAR
02.1.04	3 C S	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER
02.1.05	3 C S	EMPRESTIMOS BANCARIOS
02.1.06	3 C S	CONTAS A PAGAR
02.2	2 C N	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO
02.2.01	3 C S	FORNECEDORES
02.3	2 C N	PATRIMONIO LIQUIDO
02.3.01	3 C N	CAPITAL
02.3.02	3 C S	RESERVAS
02.3.05	3 C S	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS
03	1 M N	CONTAS DE RESULTADO
03.1	2 C N	RECEITAS
03.1.01	3 C N	RECEITAS BRUTAS DE VENDAS
03.1.01.01	4 C S	VENDAS DE PRODUTOS
03.1.01.02	4 C S	OUTRAS RECEITAS
03.1.02	3 D N	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
03.1.02.01	4 D S	IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS
03.1.02.02	4 D S	OUTRAS DEDUÇÕES
03.1.03	3 D N	CUSTOS PROD. VENDAS
03.1.03.01	4 D S	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS
03.1.03.02	4 D S	OUTROS CMV
03.1.04	3 D N	CUSTOS DE PRODUÇÃO
03.1.04.01	4 D S	MATÉRIA PRIMA
03.1.04.02	4 D S	MAO DE OBRA DIRETA
03.1.04.03	4 D S	DEPRECIAÇÃO DE MAQUINAS
03.1.04.04	4 D S	OUTROS CUSTOS DIRETOS
03.1.04.05	4 D S	CUSTOS INDIRETOS
03.2	2 D N	DESPESAS
03.2.01	3 D S	DESPESAS OPERACIONAIS
03.2.01.01	4 D N	DESPESAS COM VENDAS
03.2.01.01.01	5 D S	DESPESAS COM PESSOAL
03.2.01.01.02	5 D S	PROPAGANDA E PUBLICIDADE
03.2.01.01.03	5 D S	DESPESAS GERAIS
03.2.01.01.04	5 D S	IMPOSTOS E TAXAS
03.2.01.01.05	5 D S	OUTRAS DESPESAS COM VENDAS

03.2.01.02	4	D	N	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
03.2.01.02.01	5	D	S	DESPESAS COM PESSOAL
03.2.01.02.02	5	D	S	DESPESAS COM ALUGUEL
03.2.01.02.03	5	D	S	DESPESAS GERAIS
03.2.01.02.04	5	D	S	IMPOSTOS E TAXAS
03.2.01.02.05	5	D	S	DEPRECIAÇÃO
03.2.01.02.06	5	D	S	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
03.2.01.02.07	5	D	S	ENCARGOS SOCIAIS
03.2.01.03	4	D	S	ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS
03.2.01.03.01	5	C	S	RECEITAS FINANCEIRAS
03.2.01.03.02	5	D	S	DESPESAS FINANCEIRAS
03.2.01.04	4	M	N	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
03.2.01.04.01	5	M	S	VENDAS DIVERSAS
03.3	2	M	N	CORREÇÃO MONETÁRIA
03.3.01	3	M	S	CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO
03.4	2	D	S	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA
03.5	2	M	N	LUCRO PREJ. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
03.5.01	3	C	S	LUCRO DO EXERCÍCIO
03.5.02	3	D	S	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Legenda: D – Débito; C – Crédito; M – Mista; S – Sim-recebe lançamentos;
N – Não – não-recebe lançamentos.

ANEXO 2

PLANO DE CONTAS MODELO (ELENCO DE CONTAS)

Extraído do livro de João Angélico “Contabilidade Pública” adaptado à Lei 4.320/64 atualizada até 1997.

1 SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**1.0 RECEITA PREVISTA**

Receitas Correntes

1.00.00 Receita Tributária

1.00.01 Receita de Contribuições

1.00.02 Receita Patrimonial

1.00.03 Receita Agropecuária

1.00.04 Receita Industrial

1.00.05 Transferências Correntes

Receitas de Capital

1.00.06 Outras Receitas Correntes

1.00.07 Operações de Crédito

1.00.08 Alienação de Bens

1.00.09 Amortização de Empréstimos

1.00.10 Transferências de Capital

1.00.11 Outras Receitas do Capital

1.01 DESPESA PREVISTA

1.01.01 Legislativa

1.01.02 Judiciária

1.01.03 Administração e Planejamento

1.01.04 Agricultura

1.01.05 Comunicações

1.01.06 Defesa Nacional e Segurança Pública

1.01.07 Desenvolvimento Regional

1.01.08	Educação e Cultura
1.01.09	Energia e Recursos Minerais
1.01.10	habitação e Urbanismo
1.01.11	indústria, Comércio e Serviços
t.01.12	Relações Exteriores
1.01.13	Saúde e Saneamento
1.01.14	Trabalho
1.01.15	Assistência e Providência
1.01.16	Transportes
1.02	Créditos ADICIONAIS
I.02.00	Créditos Suplementares
1.02.01	Créditos Especiais Anuais
1.02.02	Créditos Especiais Plurianuais
1.02.03	Créditos Extraordinários
1.03	DESPESA EMPENHADA
1.03.01	Legislativa
1.03.02	Judiciaria
1.03.03	Administração e Planejamento
1.03.04	Agricultura
1.03.05	Comunicações
1.03.06	Defesa Nacional e Segurança Pública
1.03.07	Desenvolvimento Regional
1.03.08	Educação e Cultura
1.03.09	Energia e Recursos Minerais
1.03.10	Habitação e Urbanismo
1.03.11	Indústria, Comércio e Serviços
1.03.12	Relações Exteriores
1.03.13	Saúde a Saneamento
1.03.14	Trabalho

1.03.15	Assistência e Previdência
1.03.16	Transportes
1.04	DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA
1.04.01	Legislativa
1.04.02	Judiciaria
1.04.03	Administração a Planejamento
1.04.04	Agricultura
1.04.05	Comunicações
1.04.06	Defesa Nacional a Segurança Pública
1.04.07	Desenvolvimento Regional
1.04.08	Educação a Cultura
1.04.09	Energia a Recursos Minerais
1.04.10	Habitação a Urbanismo
1.04.11	Indústria, Comércio a Serviços
1.04.12	Relações Exteriores
1.04.13	Saúde a Saneamento
1.04.14	Trabalho
1.04.15	Assistência a Previdência
1.04.16	Transportes
1.05	DESPESA SUBEMPENHADA
1.05.01	Legislativa
1.05.02	Judiciaria
1.05.03	Administração a Planejamento
1.05.04	Agricultura
1.05.05	Comunicações
1.05.06	Defesa Nacional a Segurança Pública
1.05.07	Desenvolvimento Regional
1.05.08	Educação a Cultura
1.05.09	Energia a Recursos Minerais

1.05.10	habitação e Urbanismo
1.05.11	Indústria, Comércio e Serviços
1.05.12	Relações Exteriores
1.05.13	Saúde e Saneamento
1.05.14	Trabalho
1.05.15	Assistência a Previdência
1.05.16	Transportes
1.06	RECEITA REALIZADA
	Receitas Correntes
1.06.00	Receita Tributária
1.06.01	Receita de Contribuições
1.06.02	Receita Patrimonial
1.06.03	Receita Agropecuária
1.06.04	Receita Industrial
1.06.05	Transferências Correntes
	Receitas de Capital
1.06.06	Outras Receitas Correntes
1.06.07	Operações de Crédito
1.06.08	Alienação de Bens
1.06.09	Amortização de Empréstimos
1.06.10	Transferências de Capital
1.06.11	Outras Receitas do Capital
1.07	DESPESA REALIZADA
1.07.01	Legislativa
1.07.02	Judiciária
1.07.03	Administração e Planejamento
1.07.04	Agricultura
1.07.05	Comunicações
1.07.06	Defesa Nacional e Segurança Pública

1.07.07	Desenvolvimento Regional
1.07.08	Educação a Cultura
1.07.09	Energia a Recursos Minerais
1.07.10	Habitação e Urbanismo
1.07.11	Indústria, Comércio a Serviços
1.07.12	Relações Exteriores
1.07.13	Saúde a Saneamento
1.07.14	Trabalho
1.07.15	Assistência a Previdência
1.07.16	Transportes
1.08	CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS
1.08.0	Previsão Orçamentária
1.08.01	Reduções Orçamentárias
1.08.02	Empenho da Despesa
1.08.03	Empenho da Despesa por Estimativa
2	SISTEMA FINANCEIRO
	ATIVO FINANCEIRO
2.00	Disponível
2.00.00	Caixa
2.00.01	Bancos
2.00.01.00	Banco "X"
2.00.01.01	Banco "Y"
2.00.01.02	Banco "Z"
2.00.02	Exatores
2.00.02.00	Tesouraria "X"
2.00.02.01	Tesouraria "Y"
2.00.02.02	Tesouraria "Z"

2.01	VINCULADO EM C/C BANCARIA
2.01.00	Fundo de Participação
2.02	REALIZÁVEL
2.02.00	Prefeitura municipal
2.02.01	Entidades Autárquicas
2.02.01.-	... (Individuação)
2.02.02	Devedores
2.02.02.-	... (Individuação)
2.02.03	Responsabilidades Financeiras
2.02.03.-	... (Individuação)
2.03	CONTAS PENDENTES
2.03.00	Responsabilidades Abonadas, a Regularizar
2.03.00.-	... (Individuação)
2.03.01	Pagamentos a Regularizar
2.03.01.-	... (Individuação)
2.03.02	Outras Contas Pendentes
2.03.02.-	... (individuação)
	PASSIVO FINANCEIRO
2.04	RESTOS A PAGAR
2.04.7x	Restos a Pagar de 199x
2.04.7y	Restos a Pagar de 199y
2.04.7z	Restos a Pagar de 199z
2.04.7w	Restos a Pagar do 199w
2.05	RESTITUIÇÕES A PAGAR
2.05.7x	... (INDIVIDUAÇÃO por exercício)
2.06	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR
2.06.-	... (Individuação)

2.07	DEPÓSITOS
2.07.00	INPS
2.07.01	Associação dos Servidores "X"
2.07.02	Companhia de Seguros em Grupo "V."
2.07.03	Cota de Previdência
2.07.04	Retenção do Imposto de Renda
2.07.05	Retenção de Previdência Social
2.07.06	Depósitos de Diversas Origens
2.07.07	Salários não Reclamados
2.07.08	Pensão Alimentícia
2.07.09	Cauções
2.07.-	... etc.
2.08	Débitos DE Tesouraria
2.08.00	Títulos a Pagar
2.09	CREDORES
2.09.-	... (individualização)
2.10	CONTAS PENDENTES
2.10.-	... (Individualização)
2.11	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
2.11.00	Despesa Orçamentaria do Exercício a Pagar
	CONTAS DE RESULTADO
2.15	RECEITAS
	Receitas Correntes
2.15.00	Receita Tributária
2.15.01	Receita de Contribuições
2.15.02	Receita Patrimonial

2.15.03	Receita Agropecuária
2.15.04	Receita Industrial
2.15.05	Transferencias Correntes
2.15.06	Outras Receitas Correntes
	Receitas de Capital
2.15.07	Operações de Crédito
2.15.08	Alienação de Bens
2.15.09	Amortização de Empréstimos
2.15.10	Transferências de Capital
2.15.11	Outras Receitas do Capital
2.16	DESPESAS
2.16.01	Legislativa
2.16.02	Judiciaria
2.16.03	Administração e Planejamento
2.16.04	Agricultura
2.16.05	Comunicações
2.16.06	Defesa Nacional e Segurança Publica
2.16.07	Desenvolvimento Regional
2.16.08	Educação e Cultura
2.16.09	Energia e Recursos Minerais
2.16.11	Indústria, Comércio e Serviços
2.16.12	Relações Exteriores
2.16.13	Saúde e Saneamento
2.16.14	Trabalho
2.16.15	Assistência e Previdência
2.16.16	Transportes
2.17	CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS
2.17.00	Transferencias Financeiras

2.17.01	Transferencia de Fundos
2	SISTEMA PATRIMONIAL
	ATIVO PERMANENTE
3.00	BENS MOVEIS
3.00.00	Móveis e Utensílios
3.00.01	Almoxarifado
3.00.02	Maquinismos e Acessórios
3.00.03	Ferramentas
3.00.04	Veículos
3.00.05	Semoventes
3.00.06	Instrumentos Diversos
3.00.07	Bibliotecas
3.00.08	Museus
3.00.09	Objetos de Arte
3.00.10	Instalações Diversas
3.00.11	Embarcações e Acessórios
3.00.12	Armas e Munições
3.00.13	Materiais Diversos
3.00.14	Reavaliação de Bens Móveis
3.01	BENS IMÓVEIS
3.01.00	Terras
3.01.01	Edificações
3.01.02	Obras em Andamento
3.01.03	Fazendas
3.01.03.00	Terras
3.01.03.01	Benfeitorias
3.01.03.02	Plantações Permanentes
3.01.03.03	Obras em Andamento
3.01.04	Terrenos Urbanos

3.01.05	Reavaliação de Bens Imóveis
3.02	BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL
3.02.00	Terras
3.02.01	Terrenos Urbanos
3.02.02	Edificações
3.02.03	Obra em Andamento
3.02.04	Fazendas
3.02.05	Benfeitorias
3.02.06	Plantações Permanentes
3.02.07	Móveis e utensílios
3.02.08	Máquinas e Acessórios
3.02.09	Ferramentas
3.02.10	Veículos
3.02.11	Semoventes
3.02.12	Instrumentos Diversos
3.02.13	Biblioteca
3.02.14	Museus
3.02.15	Objeto. de Arte
3.02.16	Instalações Diversas
3.02.17	Culturas
3.02.18	Criações
3.02.19	Produto. Diversos
3.02.20	Embarcações e Acessórios
3.02.21	Armas e Munições
3.02.22	Materiais Diversos
3.02.23	Produtos Manufaturados
3.02.24	Produtos em Elaboração
3.02.25	Redes de Esgoto
3.02.26	Redes de Energia Elétrica
3.02.27	Redes de Água

3.02.28	Linhas Férreas
3.02.29	Linhas de Navegação
3.02.30	Partos
3.02.31	Aeroportos
3.02.32	Heliportos
3.02.33	Almoxarifado
3.02.34	Reavaliação de Bens de Natureza Industrial
3.03	CRÉDITOS
3.03.00	Créditos Fiscais inscritos
3.03.01	Créditos Diversos Inscritos
3.03.02	Créditos Junto a Órgãos Públicos
3.03.02.-	... (Individuação do Órgão)
3.03.03	Créditos por Fornecimentos e Serviços
3.03.03.00	Créditos do Exercício
3.03.03.01	Créditos de Exercícios Anteriores
3.03.03.02	Cobrança Transferida
3.03.04	Créditos por Responsabilidades impostas
3.04	VALORES
3.04.00	Ações de Companhias
3.04.01	Títulos da Dívida Pública
3.04.02	Jóias, Moedas, Objetos e Documentos
3.05	DIVERSOS
3.05.00	Entidades Autárquicas c/ Ativo
3.05.01	Ações integralizadas Não Recolhidas à Caixa de Valores
3.06	SALDO PATRIMONIAL
3.06.0	Passivo Real Descoberto

PASSIVO PERMANENTE**3.07 DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

3.07.00 Caixa Econômica do Estado

3.07.01 Banco Nacional de Habitação

3.08 DIVIDA FUNDADA EXTERNA

3.08.- ... (Individuação)

3.09 DIVERSOS

3.09.00 Entidades Autárquicas c/ Passivo

3.09.01 Outras Obrigações da Entidade

3.10 SALDO PATRIMONIAL

3.10.00 Ativo Real Líquido

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**3.15 VARIAÇÕES ATIVAS****RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Receitas Correntes

3.15.00 Receita Tributária

3.15.01 Receita de Contribuições

3.15.02 Receita Patrimonial

3.15.03 Receita Agropecuária

3.15.04 Receita Industrial

3.15.05 Transferências Correntes

3.15.06 Outras Receitas Correntes

Receitas de Capital

3.15.07 Operações de Crédito

3.15.08 Alienação de Bens

3.15.09 Amortização de Empréstimos

- 3.15.10 Transferências de Capital
- 3.15.11 Outras Receitas do Capital

**3.16 VARIAÇÕES ATIVAS
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS**

- 3.16.00 Aquisição de Bens Móveis
- 3.16.01 Construção e Aquisição de Bens Imóveis
- 3.16.02 Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial
- 3.16.03 Aquisição de Títulos e Valores
- 3.16.04 Empréstimos Concedidos
- 3.16.05 Apropriações de Despesas
- 3.16.06 Outras Mutações

**3.17 VARIAÇÕES ATIVAS
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

- 3.17.00 Inscrição da Dívida Ativa Tributária
- 3.17.01 Inscrição de Dívida Ativa, não Tributária
- 3.17.02 Incorporações de Bens
- 3.17.03 Cancelamento de Dívidas Passivas
- 3.17.04 Superveniências Ativas
- 3.17.05 Insubsistências Passivas
- 3.17.06 Reavaliação de Bens

**3.18 VARIAÇÕES PASSIVAS RESULTANTES DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

- Despesas Correntes
- 3.18.00 Despesas da Custeio
- 3.18.01 Transferências Correntes
- Despesas de Capital

- 3.18.02 Investimentos
- 3.18.03 Inversões Financeiras
- 3.18.04 Transferências de Capital

3.19 VARIAÇÕES PASSIVAS

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

- 3.19.00 Cobrança de Dívida Ativa
- 3.19.01. Alienação de Bens Móveis
- 3.19.02 Alienação de Bens imóveis
- 3.19.03 Alienação de Bens de Natureza industrial
- 3.19.04 Alienação de Títulos e Valores
- 3.19.05 Empréstimos Tomados
- 3.19.06 Recebimentos de Créditos
- 3.19.07 Outras Mutações

3.20 VARIAÇÕES PASSIVAS

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

- 3.20.00 Cancelamento de Dívida Ativa
- 3.20.01 Encampação da Dívidas Passivas
- 3.20.02 Superveniências Passivas
- 3.20.03 Insubstituições Ativas
- 3.20.03.00 Baixa por Consumo
- 3.20.03.01 Baixa por Morte
- 3.20.03.02 Baixa por Inservível
- 3.20.03.03 Baixa por Permuta
- 3.20.03.04 Baixa por Doação
- 3.20.03.05 Baixa por Desvalorização
- 3.20.03.00 Baixa por Derrubada do Cultura Permanente.
- 1.20.03.08 Baixa por Incineração

- 1.20.03.09 Baixa por Furto ou Roubo
- 1.20.03.10 Outras Baixas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- 3.21 VARIAÇÕES ATIVAS
 - 3.21.00 Resultantes da Execução Orçamentária
 - 3.21.01 Mutações Patrimoniais
 - 3.21.02 Independentes da Execução Orçamentária
- 3.22 VARIAÇÕES PASSIVAS
 - 3.22.00 Resultantes da Execução Orçamentária
 - 3.22.01 Mutações Patrimoniais
 - 3.22.02 Independentes do Execução orçamentária

RESULTADO PATRIMONIAL

- 3.25 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO
 - 3.25.00 Resultado do Administração Direta
 - 3.25.01 resultado do Administração Indireta

- 3.26 CONTAS DE TRANSFERENCIAS
 - 3.26.00 Transferências Patrimoniais

4. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO ATIVO COMPENSADO

- 4.00 VALORES EM PODER DE TERCEIROS
 - 4.00.00 Devedores por Títulos em caução
 - 4.00.01 Devedores por Títulos em Custódia
 - 4.00.02 Devedores per título em Cobrança

- 4.01 VALORES DE TERCEIROS
 - 4.01.00 Caixa de Depósitos
 - 4.01.01 Caixa de Cauções

4.01.02 Caixa de Fianças

4.02 VALORES. NOMINAIS EMITIDOS

4.02.00 Caixa de Títulos

4.02.01 Cartões para Carga Mecânica

4.02.02 Cautelas

4.03 RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS

4.03.00 Garantias Prestadas ao Poder Público

4.03.01 Responsáveis por Adiantamentos

4.03.02 Direitos Contratuais

4.03.03 Devedores por Antecipação de Custas

4.03.04 Bens Públicos Cedidos em Comodato

4.03.05 Bens Públicos sob Administração de Terceiros

4.03.06 Responsáveis Diversos

4.04 CONTROLES DE NATUREZA ATIVA

4.04.00 Empréstimo de Materiais

4.04.01 Impressos per Emissão de Valores

4.05 CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS

4.05.00 Contrapartida de Responsabilidades do Poder Publico

4.05.01 Contrapartida de Controles de Natureza Passiva

PASSIVO COMPENSADO

4.06 CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS

4.06.00 Contra partida de Valores em Poder de Terceiros

4.06.01 Contrapartida de Valores de Terceiros

4.06.02 Contrapartida de valores Nominiais Emitidos

4.06.03 Contrapartida de Responsabilidades de Terceiros

4.06.04 Contra partida de Controles de Natureza Ativa

4.07 RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

4.07.00 Bens Recebidos em Comodato

4.07.01 Bens Recebidos a Título precário

4.07.02 Bens Recebidos a Título de Empréstimo

4.07.03 Bens sob Administração do Poder publico

4.07.04 Obrigações Contratuais

4.07.05 Diversas Garantias Prestadas pelo Poder Público

4.07.06 Restos a Pagar com Prescrição interrompida

4.06 CONTROLES DE NATUREZA PASSIVA

4.06.00 Ações a Integralizar

4.06.01 Empréstimo de Materiais

**QUADRO DAS FUNÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DAS CONTAS.
INSTRUÇÕES E FLUXOGRAMAS**

1. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

Função: as contas deste sistema registram a previsão e a execução orçamentárias, as alterações da previsão e o empenhamento da despesa.

Funcionamento: utiliza contas de compensação agrupadas em sistema estanque, fazendo partidas e contrapartidas entre si, encerrando-se todas no final do exercício. Os lançamentos de previsão - abertura do Sistema - são efetuados no início do ano à vista do orçamento aprovado para o exercício: a execução orçamentária, as alterações da previsão e o empenhamento da despesa são escriturados à vista do Diário da Receita Orçamentária e do Diário da Despesa Prevista. Empenhada e Realizada. O Balanço

Orçamentário e seus Demonstrativos são elaborados seguindo os padrões legais instituídos pelos Anexos nºs 1,6,7,8,9,10,11 e 12 da Lei nº 4.320, à vista do Razão Geral e dos Diários mencionados.

100 RECEITA PREVISTA

Função: grupo que representa a soma da receita orçada para o exercício vigente; a receita é desdobrada em contas de primeiro grau segundo as categorias econômicas. As fontes, subfontes e rubricas de receitas são registradas somente no Diário da Receita Orçamentária.

Funcionamento: veja o funcionamento das contas de primeiro grau relacionadas em seguida.

	Receitas Correntes
1.00.00	Receita Tributária
1.00.12	Receita de Contribuições
1.00.13	Receita Patrimonial
1.00.14	Receita Agropecuária
1.00.15	Receita Industrial
1.00.16	Transferências Correntes
1.00.17	Outras Receitas Correntes
	Receitas de Capital
1.00.18	Operações de Crédito
1.00.19	Alienação de Bens
1.00.20	Amortização de Empréstimos
1.00.21	Transferências de Capital
1.00.22	Outras Receitas do Capital

Função: as contas acima relacionadas representam, cada qual, segundo sua própria denominação, uma fonte de receita orçada para o exercício vigente.

Funcionamento: 1 - debitam-se as contas supra, no início do exercício, em contrapartida com a conta 1.08.00 Previsão Orçamentária, pelos valores que lhes corresponderem no orçamento em vigor; 2 - creditam-se, no final do exercício em contrapartida com suas semelhantes do grupo 1.06. RECEITA REALIZADA, pelos saldos

destas. Após este lançamento os saldos poderão continuar devedores. O que significará que a receita realizada não atingiu a orçada; ou os saldos passarão a ser credores, significando excesso de arrecadação: 3 - debitar ou creditar cada conta. conforme. a natureza do seu saldo e pelo valor dele. em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução Orçamentária. encerrando-se. O saldo da conta. durante o exercício, é de natureza devedora.

1.01 DESPESA PREVISTA

Função: grupo que representa a soma da despesa fixada para o exercício vigente; a despesa é desdobrada em contas de primeiro grau, segundo o anexo n.º 5 da Lei Federal n. 4320/64. Analisada em classificação orçamentária, de conformidade com o Anexo n. 4 da referida Lei. somente no Diário da Despesa Prevista, Empenhada a Realizada.

- 1.01.01 Legislativa
- a
- 1.01.16 Transportes

Função: as contas acima relacionadas representam, cada qual, segundo sua própria denominação, a despesa fixada para cada uma das funções públicas durante o exercício vigente.

Funcionamento: 1 - creditam-se as contas supra, no início do exercício, em contrapartida com a conta 1.08.00 Previsão Orçamentária, pelos valores que lhes corresponderem no orçamento em vigor; 2 -. creditam-se ou debitam-se em contrapartidas entre si, durante o exercício, pelas transposições de dotações dentro dos limites já autorizados na lei orçamentaria; 3 - creditam-se, durante o exercício, pelos valores dos créditos adicionais abertos autorizados por Lei, em contrapartida com as contas correspondentes, em cada caso, do grupo 1.02 CRÉDITOS ADICIONAIS; 4 - debitam-se pelas reduções orçamentarias autorizadas por lei, em contrapartida com a conta 1.08.01 Reduções Orçamentárias; 5 - debitam-se. no final do exercício, em contrapartida com suas semelhantes do grupo 1.07 DESPESA REALIZADA pelos saldos destas; após este

lançamento os saldos poderão continuar credores, significando economias orçamentárias, isto é, realização de despesas inferiores às dotações; poderão as contas ficar sem saldos, o que significará aplicação total dos créditos concedidos; o que não poderá acontecer é ficarem estas contas com saldos devedores após os lançamentos indicados em 5, pois isso significará a existência de despesas sem cobertura orçamentária; 6 - debitam-se as contas que permaneceram com saldos credores, em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução orçamentária, encerrando-se. O saldo de cada conta, durante o exercício, é de natureza credora.

1.02 CRÉDITOS ADICIONAIS

Função: grupo de contas representativas dos créditos concedidos após aprovação do orçamento e independentes da autorização já concedida na lei orçamentária para abertura de créditos suplementares. Contas de primeiro grau, adiante relacionadas, analisam as espécies de créditos adicionais.

Funcionamento: veja na conta 1.02.03 o funcionamento das quatro contas de primeiro grau arroladas em seguida.

1.02.00 CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Função: representa o valor dos créditos suplementares, destinados a reforço de dotações existentes, autorizados por Lei, após a aprovação do orçamento. Ver funcionamento na conta 1.02.03.

1.02.01 CRÉDITOS ESPECIAIS ANUAIS

Função: representa o valor dos créditos especiais concedidos após a aprovação do orçamento e antes dos últimos quatro meses do exercício, destinados ao atendimento de encargos novos não previstos no orçamento em vigor; vigência até a final do exercício em que foi concedido. Ver funcionamento na conta 1.02.03.

1.02.02 CRÉDITOS ESPECIAIS PLURIANUAIS

Função: representa o valor dos créditos especiais concedidos nos últimos quatro meses do exercício vigente, destinados ao atendimento de encargos não incluídos no orçamento em vigor; sua vigência pode estender-se até o final do exercício seguinte àquele em que foi autorizado. Ver funcionamento na conta

1.02.03. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Função: representa a valor dos CRÉDITOS extraordinários abertos pelo Poder Executivo com base no § 2.º do artigo 61 da Constituição Federal, combinado com o item III do artigo 41 da Lei Federal n.º 4320/64.

Funcionamento: (das quatro contas anteriores): 1 - debitam-se pelo valor do crédito autorizado e aberto durante o exercício, em contrapartida com a conta a que corresponde no grupo 1.01 DESPESA PREVISTA. Nota: se o recurso oferecido foi o de redução de dotações movimentar-se-á concomitantemente, a conta 1.06.01 Reduções Orçamentárias; 2 - creditam-se, no final do exercício, pelos saldos, em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução Orçamentária, encerrando-se. Saldos devedores durante a exercício.

1.03 DESPESA EMPENHADA

Função: grupo que representa o total da despesa empenhada; desdobrada em contas de primeiro grau que indicam a despesa empenhada em cada função do governo; incluem-se nestes totais os empenhos ordinários, os globais e os empenhos por estimativa. o registro analítico dos empenhos, por classificação orçamentária, é efetuado no Diário de Despesa Prevista, Empenhada e Realizada. As contas de primeiro grau deste grupo são as seguintes:

- 1.03.01 Legislativo
- a ...
- 1.03.16 Transportes

Funcionamento: 1 - estas contas são debitadas, durante o exercício,

pelo empenhamento de despesa, em contrapartida com a conta 1.08.02 Empenho da Despesa; 2 - são creditadas, pelas anulações de empenho, com a mesma contrapartida; 3 - no final do exercício, pelos seus saldos que só podem ser devedores ou nulos, são creditadas em contrapartida com a mesma conta 1.08.02, encerrando-se. Saldos devedores durante o exercício.

1.04 DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA

Função: constitui este grupo de contas um controle autônomo dos empenhos-estimativas; é desdobrado em contas de primeiro grau que indicam o montante de despesa empenhada por estimativa em cada função de Governo.

Nota Importante: trata-se de registrar, em grupo especial de contas, os empenhos emitidos por estimativa que já foram contabilizados pelas contas do grupo 1.03 DESPESA EMPENHADA.

As contas de primeiro grau deste grupo são as seguintes:

1.04.01	Legislativa
a	...
1.04.16	Transportes

Funcionamento: 1 - debitam-se, em contrapartida com a conta 1.08.03 Empenho da Despesa por Estimativa, pelos empenhos-estimativas emitidos e registrados no grupo 1.03 DESPESA EMPENHADA; 2 - creditam-se, com a mesma contrapartida, pelas anulações de empenhos-estimativas; 3 - creditam-se, pelo subempenhos emitidos a conta de cada empenho-estimativa, em contrapartida com as conta de intitulações semelhantes pertencentes ao grupo 1.05 DESPESA SUBEMPENHADA; 4 - creditam-se, em contrapartida com a mesma conta 1.08.03, no final do exercício, pelo valor dos saldos dos empenhos-estimativas, encerrando-se.

Nota: no final do exercício, Os saldos dos empenhos-estimativas reverterão a dotação orçamentária onerada. Saldos devedores durante o exercício.

1.05 DESPESA SUBEMPENHADA

Função: grupo autônomo de contas que se destinam a controlar os subempenhos emitidos à conta de cada empenho-estimativa; é desdobrado nas seguintes contas de primeiro grau:

- 1.05.01 Legislativo
- a ...
- 1.05.16 Transportes

Funcionamento: 1 - debitam-se, durante o exercício, pelos Subempenhos emitidos, em contrapartida com contas semelhante pertencentes ao grupo 1.04 DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA; 2 - creditam-se, pelas anulações de subempenho, em contrapartida com as mesmas contas do já referido grupo 1.04; 3 - no final do exercício creditam-se, pelos saldos devedores existentes, em contrapartida com contas do grupo 1.08.03 Empenho da Despesa por Estimativa encerrando-se. Saldos devedores durante o exercício.

1.06 RECEITA REALIZADA

Função: grupo que representa a soma da receita realizada durante o exercício. é desdobrado por contas de primeiro grau que representam as categorias econômicas. A realização por fontes, subfontes e rubricas de receitas é analisada somente no Diário da Receita orçamentária. As referidas contas de primeiro grau são as seguintes:

- Receitas Correntes
- 1.06.00 Receita Tributária
- 1.06.01 Receita de Contribuições
- 1.06.02 Receita Patrimonial
- 1.06.03 Receita Agropecuária
- 1.06.04 Receita Industrial
- 1.06.05 Transferências Correntes
- Receitas de Capital
- 1.06.06 Outras Receitas Correntes
- 1.06.07 Operações de Crédito
- 1.06.08 Alienação de Bens
- 1.06.09 Amortização de Empréstimos
- 1.06.10 Transferências de Capital
- 1.06.11 Outras Receitas de Capital

Funcionamento: 1 - creditam-se, durante o exercício, pela realização da receita, em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução Orçamentária; 2 - debitam-se, em contrapartida com a mesma conta, pelas anulações de receitas; 3 - debitam-se no final do exercício, pelos seus saldos, em contrapartida com contas semelhantes do grupo 1.00 RECEITA PREVISTA, encerrando-se. Saldos credores durante o exercício.

1.07 DESPESA REALIZADA

Função: grupo que representa a soma da despesa realizada durante o exercício; a despesa realizada é demonstrada através de contas de primeiro grau, abaixo relacionadas, em conformidade com o padrão legal instituído pelo Anexo nº 5 da Lei Federal nº 4.320/64. Somente no Diário da Despesa Prevista, Empenhada e Realizada a despesa é analisada em classificação orçamentária em conformidade com o Anexo nº 4 da referida lei.

1.07.01	Legislativa
a	...
1.07.16	Transportes

Funcionamento: 1 - debitam-se pela realização da despesa, em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução Orçamentária; 2 - creditam-se em contrapartida com a mesma conta 1.08.04 pelas anulações de pagamento; 3 - creditam-se, no final do exercício, pelos seus saldos, em contrapartidas com contas semelhantes do grupo 1.01 DESPESA PREVISTA, encerrando-se. Saldos devedores durante o exercício.

1.08 CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS

Função: são contas de primeiro grau que fazem contrapartidas sintéticas com os lançamentos de previsão e execução orçamentárias e empenhamento da despesa.

Funcionamento: ver, em seguida, o funcionamento de cada conta sintética.

1.08.00 Previsão Orçamentária

Função: representa as receitas e as despesas previstas no orçamento vigente; sendo. credor, seu saldo Indica a previsão de um superávit; se devedor, significará um déficit previsto; nulo, o saldo representa um orçamento equilibrado.

Funcionamento: 1 - credita-se no Início do exercício. em contrapartida com as contas do grupo 1.00 RECEITA. PREVISTA; 2 - debita-se no Início do exercício, em contrapartida com contas do grupo 1.01 DESPESA PREVISTA; 3 - no final do exercício seu saldo será transferido para a conta 1.08.04 Execução orçamentária, encerrando-se. O saldo durante o exercício poderá ser nulo, credor ou devedor.

1 08.01 Reduções orçamentarias

Função: representa o valor das reduções de dotações orçamentarias autorizadas por lei durante o exercício. Funcionamento: 1 - credita-se, durante' o exercício, pelo valor das reduções orçamentarias, em contrapartida com contas do grupo 1.01 DESPESA .PREVISTA; 2 – debita-se, no final do exercício, pelo seu saldo, em contrapartida com a conta 1.08.04 Execução Orçamentária, encerrando-se. Saldo credor durante o exercício.

1.08.02 Empenho da Despesa

Função: representa o valor global .dos empenhos ordinários, global e por estimativa.

Funcionamento: 1 - credita-se em contrapartida com contas do grupo 1.03 DESPESA EMPENHADA; 2 - debita-se, em contrapartida com as mesmas contas, pelas anulações do empenho; 3 - no final do exercício seu saldo é encerrado em contrapartida com as contas do mesmo .grupo 1.03. Saldo credor durante o exercício.

1.08.03 Empenho da Despesa por Estimativa

Função: representa um controle independente dos empenhos estimativas emitidos e já escriturados nas contas próprias do grupo 1.03 DESPESA EMPENHADA.

Funcionamento: 1 - credita-se, em contrapartida com contas do grupo 1.04 DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA pelos empenhos-estimativas emitidos; 2- debita-se com a mesma contrapartida, pelas anulações de empenhos-estimativas; 3 - debita-se, em contrapartida com contas do grupo 1.04, no final do exercício, pelos valores dos saldos empenhos-estimativas, encerrando essas contas. Saldo .credor durante o exercício.

1.08.04 Execução orçamentária

Função: representa as receitas e as despesas realizadas; sendo credor, seu saldo, no final do exercício, Indicará que o resultado orçamentário foi deficitário; ao contrário, indica resultado superavitário; e, se nulo Indica resultado compensado, ou seja: foram iguais os valores das receitas e das despesas orçamentárias realizadas.

Funcionamento: 1 - debita-se, pela realização da receita, como contrapartida das contas do grupo 1.06 RECEITA REALIZADA; 2 - credita-se pelas anulações de receita; 3- credita-se, pela realização da despesa, como contrapartida das contas do grupo 1.07 DESPESA REALIZADA; 4 - debita-se pelas anulações de pagamento. 5. - no final do exercício, debita-se ou credita-se em contrapartida com os saldos das contas dos grupos 1.06; 1.07; 1.02 e 1.08.01 encerrando-se. Seu saldo durante o exercício poderá ser nulo, credor ou devedor.

2. SISTEMA FINANCEIRO

Função: as contas deste sistema registram todo movimento de numerário através de Caixa, de Bancos ou de Exatores; registram os débitos e créditos financeiros; mostram a situação financeira, da entidade.

funcionamento: através das contas Caixa, Tesouraria, Bancos ou Exatores são registradas as receitas e despesas realizadas, sejam elas orçamentárias ou extra-orçamentárias. No final do exercício permanecem abertas por representarem componentes do patrimônio público; somente as contas de resultado são encerradas. O Balanço Financeiro é organizado segundo o padrão-legal Instituído pelo Anexo nº 13 da Lei Federal nº 4320/64. A análise das contas de resultado é feita pelos livros Diário da Receita Orçamentaria e Diário da Despesa Prevista, Empenhada e Realizada.

ATIVO FINANCEIRO

O ativo financeiro representa as disponibilidades, os créditos valores e pendências realizáveis em valores numerários.

2.0 Disponível

Este grupo representa a soma dos valores numerários em Caixa, em poder de Bancos e de Exatores, analisados em contas de primeiro e segundo graus.

2.00.00 Caixa

Função: representa Os bens numerários em poder da tesouraria da entidade. Funcionamento: 1 - debita-se pelas entradas de dinheiro em contrapartida com contas de receita orçamentaria ou extra-orçamentárias; 2 - credita-se pelos saldos de dinheiro em contrapartida com contas de despesa orçamentaria ou extraorçamentária; 3 - debita-se ou credita-se, em contrapartida com a conta 2.00.01 Bancos. respectivamente, pelos cheques emitidos e depósitos efetuados. Saldo devedor.

2.00.01 Bancos

Função: representa Os bens numerários em poder de bancos e caixas econômicas, referentes a depósitos a vista.

Funcionamento: 1 - debita-se pelos depósitos em contrapartida com a conta 2.00.00 Caixa; 2 - credita-se pelos cheques emitidos em contrapartida com a mesma conta

2.00.00; 3 – debita-se ou credita-se com contas financeiras adequadas, à vista dos avisos de lançamentos a crédito ou a débito efetuados pelos bancos. Os bancos ou caixas econômicas são representados por contas de segundo grau. Saldo devedor.

2.00.02 Exatores

Função: representa o numerário fora da tesouraria, em poder de outros órgãos recebedores e pagadores tais como exatorias pagadoras, tesourarias e delegacias.

Funcionamento: 1 - debita-se e credita-se, pela movimentação de numerário, em contrapartida com contas adequadas do Sistema Financeiro. Cada um desses órgãos externos será representado por uma conta de segundo grau. Saldo devedor.

2.01 VINCULADO. EM C/C BANCÁRIA

Função: representa valores numerários depositados em contas bancárias, cuja movimentação obedece a disposições legais, regulamentares ou contratuais.

Funcionamento: 1 - debita-se e credita-se pelos depósitos e saques, em contrapartida com contas adequadas do Sistema Financeiro. Cada conta vinculada é representada por uma conta especial de primeiro grau. Saldo devedor.

2.02 REALIZÁVEL

Função: este grupo de contas representa a soma de créditos financeiros da entidade junto a diversas pessoas. Cada espécie de devedor é agrupada em contas de primeiro grau que, por sua vez, individualizam os devedores através do contas de segundo grau.

Funcionamento: as contas são debitadas pelas inscrições dos créditos e creditadas pelas liquidações; a contrapartida desses lançamentos poderá ser qualquer conta do sistema Financeiro. Saldos devedores.

2.03 CONTAS PENDENTES

Função: neste grupo reúnem-se os pagamentos relativos a despesas diferidas, despesas a regularizar, responsabilidades abonadas, despesas a apropriar e outras assemelhadas. O grupo é composto de contas genéricas de primeiro grau e cada caso concreto é representado por uma conta específica de segundo grau. Cada caso será objeto de um protocolado que tramita pela entidade com o objetivo de resolver o problema e encerrar a conta.

Funcionamento: debita-se pela inscrição e credita-se pela regularização: a contrapartida poderá ser qualquer conta do Sistema Financeiro. Saldos devedores.

PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro compreende as contas representativas da dívida flutuante.

2.04 RESTOS A PAGAR

Função: representa a soma da despesa regularmente empenhada e não paga até o último dia de exercícios anteriores; este grupo reúne restos a pagar durante cinco anos no máximo; cada ano transfere para receitas diversas o valor do exercício que iniciará o Sexto ano. Os pagamentos efetuados relativos a restos a pagar são classificados como despesas extra-orçamentárias. Os restos a pagar de cada exercício são representados por contas específicas do primeiro grau, cuja codificação numérica leva, no final, dois algarismos que identificam o exercício a que pertencem.

Funcionamento: 1 - credita-se no final do exercício, em contrapartida com contas do grupo 2.16 DESPESAS pelo valor das despesas empenhadas e não pagas até o último dia do exercício, ou com a conta 2.11.00 Despesa Orçamentária do Exercício, a Pagar; 2 - debita-se, durante o exercício, pelos valores pagos, em contrapartida com uma das contas pertencentes ao grupo 2.00 DISPONÍVEL; 3 - debita-se, vencida a prescrição quinquenal, em contrapartida com a conta 2.15.04. Receitas Diversas, encerrando-se. Saldo credor.

Nota: no Balanço Patrimonial (Anexo nº 14 da Lei nº 4320/64) estas contas figuram pelos seus saldos; no Balanço Financeiro, entretanto (Anexo nº 13) Os pagamentos efetuados durante o figuram na despesa extra-orçamentária e o valor da inscrição em Restos a Pagar figura, como contrapartida, na Receita extra-orçamentária.

2.05 RESTITUIÇÕES A PAGAR

Função: representa as restituições de tributos, relativas ao exercício, com autorização concedida para sua restituição, mas que não foram devolvidas aos seus legítimos credores até a ultimo dia do exercício a que se referem. Contas de primeiro grau com final do código numérico representando o exercício a que pertencem; prescrevem após cinco anos, devendo ser transferidas para receitas diversas.

Funcionamento: 1 credita-se no final do exercício, em contrapartida com contas do grupo 2.15 RECEITAS, pelos valores das restituições já autorizadas relativas a tributos do exercício recolhidos indevidamente ou a maior: 2 - debita-se pelos pagamentos e, decorrida a prescrição quinquenal, debita-se em contrapartida com a conta 2.15.04 Receitas Diversas, encerrando-se. Saldo credor.

Nota: Os saldos destas contas aparecem no Balanço Patrimonial, enquanto que os movimentos a débito e a crédito figuram na despesa e na receita extra-orçamentárias, no Balanço Financeiro.

2.06 SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Função: representa os restos a resgatar da juros, prêmios e títulos da dívida fundada, desdobrada em contas de primeiro grau que Identificam as dividas.

Funcionamento: 1 - credita-se, pelo processamento de despesa, em contrapartida com contas apropriadas do grupo 2.16 DESPESAS; 2 - debita-se pela liquidação. Saldo credor.

Nota: no Balanço Patrimonial (Anexa nº 14) figura o saldo desta conta enquanto que o Balanço Financeiro (Anexo nº 13) os movimentos a débito e a crédito figuram separadamente na Receita e na despesa extra-orçamentárias.

2.07 DEPÓSITOS

Função: representa o débito da entidade relativo a recebimentos feitos a título de depósitos, consignações em folhas de pagamentos. contribuições, contagem de Juros sobre depósitos, pensões alimentícias, fianças, cauções. retenções de fonte pagadora etc. Contas de primeiro grau representarão espécies de débitos ou os próprios credores.

Funcionamento: 1 - credita-se pelos recebimentos . debita-se pela entrega dos valores aos seus legítimos titulares; 2 - credita-se por contagem de juros, quando for o caso, em contrapartida com contas do grupo 2.16 DESPESA; 3 - debita-se em contrapartida com a conta 2.15.04, na eventual cobrança da taxa de serviços dos consignatários. Saldo credor.

2.08 DÉBITOS DE TESOURARIA

Função: representa Os compromissos financeiros assumidos pela entidade, relativos a operações de crédito a curto prazo. Desdobrada em contas de primeiro grau Identificativas dos compromissos.

Funcionamento: credita-se pelos compromissos assumidos e debita-se pela liquidação, em contrapartida com conta. do grupo 2.00 Disponível. Saldo credor.

2.09 CREDITORES

Função: este grupo de contas compreende os débitos da entidade relativos a fundos recebidos ou a serviços prestados: subvenções devidas pela entidade e outras pessoas de direito publico ou privado. Desdobrada em contas de primeiro grau identificando os credores.

Funcionamento: 1. - credita-se, em contrapartida com conta do grupo 2.00 DISPONÍVEL ou do grupo 2.16 DESPESA, na ocorrência do fato gerador do débito da entidade; 2 - debita-se pela liquidação ou compensação. Saldo credor.

2.10 CONTAS PENDENTES

Função: reúne valores que representam o passivo transitório ou nominal.

Funcionamento: credita-se pela inscrição de valores recebidos e debita-se pela sua apropriação. Saldo credor.

2.11 DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO

2.11.00 Despesa Orçamentaria do Exercício; a Pagar

Função: esta conta representa o total da despesa orçamentária do exercício, empenhada, liquidada e não paga. Não tem desdobramento. Seu saldo Indica o valor da despesa liquidada e não paga e, no final do exercício, representa os Restos a pagar.

Funcionamento: 1 - credita-se pela liquidação da despesa, em contrapartida com contas do grupo 2.16 DESPESA; 2 - debita-se pelos pagamentos em contrapartida com a conta 2.00.00 Caixa; 3 - debita-se, no final do exercício, pelo seu saldo, em contrapartida com conta própria do grupo 2.04 RESTOS A PAGAR, encerrando-se. Saldo credor. Seu uso. depende da organização da entidade.

CONTAS DE RESULTADO

Divididas em dois grupos RECEITAS e DESPESAS - representam a realização das receitas e das despesas orçamentarias.

2.15 RECEITAS

Função: representa a soma das receitas orçamentárias realizadas durante o exercício; desdobrada em contas de primeiro grau segundo as categorias econômicas.

	Receitas Correntes
2.15.00	Receita Tributária
2.15.12	Receita de Contribuições
2.15.13	Receita Patrimonial
2.15.14	Receita Agropecuária
2.15.15	Receita Industrial
2.15.16	Transferências Correntes
2.15.17	Outras Receitas Correntes
	Receitas de Capital
2.15.18	Operações de Crédito
2.15.19	Alienação de Bens
2.15.20	Amortização de Empréstimos
2.15.21	Transferências de Capital
2.15.22	Outras Receitas do Capital

Funcionamento: 1 - creditam-se em contrapartida com a conta 2.00.00 Caixa, pelos recebimentos; excepcionalmente a contrapartida poderá ser outra conta do Sistema Financeiro; 2 – debitam-se nos casos de anulação de receitas; 3 – debitam-se no final do exercício, em contrapartida com a conta 2.17.00 Transferências Financeiras, encerrando-se. Saldos credores.

2.16 DESPESAS

Função: representa a Soma das despesas orçamentárias realizadas durante o exercício; desdobrada em contas de primeiro grau, segundo as funções de despesa:

2.16.01	Legislativa
a	...
2.16.16	Transportes

Funcionamento: 1 - debitam-se pelo pagamento. após o regular processamento da despesa, em contrapartida com a conta 2.00.00 Caixa ou com a conta

2.11.00 Despesa Orçamentaria do Exercício, a Pagar; 2 - creditam-se nos casos de anulações de pagamentos com as mesmas contrapartidas; 3 - no final do exercício. creditam-se pelos seus saldos, em contrapartida com a conta 2.17.00 Transferências Financeiras, encerrando-se. Saldos devedores.

2.17 CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS

Grupo que reúne contas de primeiro. grau cujos saldos indicam transferências de bens numerários.

2.17.00 Transferências Financeiras

Função: representa:

1. Saldos financeiros credores e devedores transferidos do conjunto de contas patrimoniais da entidade para a constituição do Sistema Financeiro. Seu saldo estabelece a equação entre as chamadas contas financeiras, isoladas dos restantes componentes patrimoniais;

2. a diferença positiva ou negativa das receitas e despesas orçamentárias realizadas durante o exercício.

Funcionamento: 1 - debita-se na organização do Sistema Financeiro, em contrapartida com contas do passivo financeiro; 2 - credita-se, na mesma ocasião, em contrapartida com contas do ativo financeiro; 3 - debita-se, no final de cada exercício, em contrapartida com contas do grupo 2.16 DESPESAS; 4 - credita-se, no final de cada exercício, em contrapartida com contas do grupo 2.15 RECEITAS. Saldo credor se o ativo financeiro superar o passivo. Saldo devedor se o passivo financeiro superar o ativo. Saldo de valor absoluto igual mas de sinal oposto ao da conta 3.26.00 Transferências Patrimoniais. Esta conta aparece nos balancetes de verificação mas não figura no balanço.

2.17.01 Transferências de Fundos

Função: representa valores numerários e contábeis transferidos entre exatores, bancos, tesourarias e outros órgãos situados fora da sede da entidade.

Funcionamento: debita-se e credita-se consigo mesma usando, obrigatoriamente, contas de segundo grau Identificando a unidade remetente e a destinatária. Saldo zero.

3 SISTEMA PATRIMONIAL

ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependam de autorização legislativa.

3.00 BENS MOVEIS

Função: este grupo representa todos os bens móveis, de utilização geral, pertencentes a entidade, com exclusão dos bens numerários que são registrados no Sistema Financeiro. Cada espécie de bem é representada por uma conta de primeiro grau que poderá ser desdobrada em graus mais analíticos sempre que houver interesse da administração. As espécies previstas neste plano de contas, a título do exemplo, são as seguintes:

3.00.00	Móveis e Utensílios
3.00.01	Almoxarifado
3.00.02	Maquinismo e Acessórios
3.00.03	Ferramentas
3.00.04	Veículos
3.00.05	Semoventes
3.00.06	Instrumentos Diversos
3.00.07	Bibliotecas
3.00.08	Museus
3.00.09	Objetos de Arte
3.00.10	Instalações Diversas
3.00.11	Embarcações e Acessórios
3.00.12	Armas e Munições
3.00.13	Materiais Diversos
3.00.14	Reavaliação de Bens Móveis

Funcionamento: 1 - debita-se pela incorporação do um bem no ativo

permanente, em contrapartida com conta adequada do grupo 3.16 VARIAÇÕES ATIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ou do grupo 3.17 VARIAÇÕES ATIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA; 2 - credita-se pela desincorporação de um bem do ativo permanente, em contrapartida com conta adequada do grupo 3.19 VARIAÇÕES PASSIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, ou do grupo 3.20 VARIAÇÕES PASSIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA:

3 - debitam-se ou creditam-se as referidas contas, em contrapartida com contas adequadas dos mesmos grupos mencionados em 1 e 2, nos casos de reavaliações, valorizações, desvalorizações ou depreciações. Saldos devedores.

3.01 BENS IMÓVEIS

Função: representa este grupo a soma dos Bens Imóveis pertencentes à entidade. Os bens Imóveis são classificados em contas específicas de primeiro e segundo graus e poderão sofrer desdobramentos mais analíticos conforme o interesse da administração. As espécies previstas neste plano de contas a título exemplificativo, são as seguintes:

- 3.01.00 Terras
- 3.01.01 Edificações
- 3.01.02 Obras em Andamento
- 3.01.03 Fazendas
- 3.01.0300 Terras
- 3.01.03.01 Benfeitorias
- 3.01.03.02 Plantações Permanentes
- 3.01.03.03 Obras em Andamento
- 3.01.04 Terrenos Urbanos
- 3.01.05 Reavaliação de Bens Imóveis

Funcionamento: 1 - debita-se pela Incorporação do um bem no ativo permanente, em contrapartida com conta adequada do grupo 3.16 VARIAÇÕES ATIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, ou do grupo 3.17 VARIAÇÕES ATIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA; 2 - credita-se pela desincorporação de um bem do ativo permanente, em contrapartida com conta adequada do grupo 3.19 VARIAÇÕES PASSIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, ou do grupo 3.20 VARIAÇÕES PASSIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA; 3

- debitam-se ou creditam-se as referidas contas, em contrapartida com contas adequadas dos mesmos grupos Mencionados em 1 e 2, nos casos de reavaliações, valorizações, desvalorizações ou depreciações. Saldos devedores.

3.02 BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL

Função: representa a soma do bens Móveis e Imóveis do uso exclusivamente Industrial. aplicados em atividades produtivas (industrial, agrícola e pecuária). A especificação desses bens, através das contas de primeiro grau. pode ser, a título do exemplo, a que constou neste plano do contas.

3.02.00	Terras
3.02.01	Terrenos urbanos
3.02.02	Edificações
3.02.03	Obras em Andamento
3.02.04	Fazendas
3.02.05	Benfeitorias
3.02.06	Plantações Permanentes
3.02.07	Móveis e Utensílios
3.02.08	Maquinismos e Acessórios
3.02.09	Ferramentas
3.02.10	Veículos
3.02.11	Semoventes
3.02.12	Instrumentos Diversos
3.02.13	Bibliotecas
3.02.14	Museus
3.02.15	Objetos de Arte
3.02.16	Instalações Diversas
3.02.17	Culturas
3.02.18	Criações
3.02.19	Produtos Diversos
3.02.20	Embarcações e Acessórios
3.02.21	Armas e Munições
3.02.22	Materiais Diversos
3.02.23	Produtos Menu faturados
3.02.24	Produtos em Elaboração
3.02.25	Redes Sanitárias Gerais
3.02.26	Redes de Energia Elétrica
3.02.27	Redes de Água
3.02.28	Linhas Férreas
3.02.29	Linhas de Navegações
3.02.30	Portos

- 3.02.31 Aeroportos
- 3.02.32 Heliportos
- 3.02.33 Almoxarifado
- 3.02.34 Reavaliações de Bens de Natureza Industrial

Funcionamento: 1 - debita-se pela Incorporação de um bem no ativo permanente, em contrapartida com a conta adequada do grupo 3.16 VARIAÇÕES ATIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, ou do grupo 3.17 VARIAÇÕES ATIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA; 2 - credita-se pela desincorporação de um bem do ativo permanente, em contrapartida com conta adequada do grupo 3.19 VARIAÇÕES PASSIVAS - MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, ou do grupo 3.20 VARIAÇÕES PASSIVAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA; 3 - debitam-se ou creditam-se as referidas contas, em contrapartida com contas adequadas dos mesmos grupos mencionados em 1 e 2, nos casos de reavaliações, valorizações, desvalorizações ou depreciações. Saldos devedores.

3.03 CRÉDITOS

Valor total dos créditos da entidade. Contas de primeiro grau identificam as espécies de créditos.

303.00 Créditos Fiscais Inscritos

Função: representa créditos oriundos de impostos, taxas, contribuições e multas lançados e não arrecadados, inscritos no Livro próprio para cobrança executiva, na forma disposta pelo Decreto-lei Federal nº 960/38 e artigo 39 da Lei Federal nº 4320/64.

Funcionamento: 1 - debita-se pela inscrição da dívida em livro próprio, criado pelo Decreto-lei Federal nº 960/38, em contrapartida com a Conta 3.17.00 inscrição da Dívida Ativa; 2 - credita-se, pelas baixas, em contrapartida com a conta 3.19.00 Cobrança da Dívida Ativa ou com a conta 3.20.00 Cancelamento da Dívida Ativa. Saldo devedor.

3.03.01 Créditos Diversos Inscritos

Função: representa créditos oriundos de foros, laudêmios, alugueres, contratos e quaisquer outros créditos não fiscais, registrados ou não noutras contas e que sejam inscritos no livro criado pelo Decreto-lei Federal nº 960/38 para cobrança executiva.

Funcionamento: 1 - debita-se pela inscrição de dívida em livro próprio, criado pelo Decreto-lei Federal nº 960/38, em contrapartida com a conta 3.17.01 Inscrição de Outros Créditos; 2 - credita-se, pelas baixas, em contrapartida com a conta 3.20.03.07 Baixa por cancelamento de Créditos ou com a conta 3.19.06 Recebimento de créditos. Saldo devedor.

3.03.02 Créditos Junto a Órgãos Públicos

Função: representa os créditos junto a Órgãos públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos. Contas de segundo grau identificam a entidade devedora.

Funcionamento: 1 - debita-se pela inscrição de crédito, em contrapartida com a conta 3.16.04 Empréstimos Concedidos ou com a conta 3.17.04 Superveniências Ativas; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com a conta 3.19.06 Recebimento de Créditos ou com a conta 3.20.03.07 Baixa por Cancelamento de Créditos. Saldo devedor.

3.03.03 Créditos por Fornecimentos e Serviços

Função: representa o montante dos créditos da entidade oriundos de fornecimento de materiais, produtos ou prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas.

Funcionamento: 1 - debita-se pelo registro do crédito, em contrapartida com uma das seguintes contas: 3.17.04 Superveniências Ativas; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com uma das seguintes contas: 3.19.07 Outras Mutações; 3.20.03.07 Baixa por Cancelamento de Créditos ou 3.20.03.10 Outras Baixas. Saldo devedor.

3.03.04 Créditos por Responsabilidades Impostas

Função: representa o valor das responsabilidades não financeiras impostas a servidores da entidade por motivo de extravio, danificação, furto ou roubo de valores, materiais permanentes ou de consumo. Contas de segundo grau Individualizam o responsável.

Funcionamento: 1 - debita-se em contrapartida com a conta 3.17.04 Superveniências Ativas; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com a conta 3.20.03.07 Baixa por Cancelamento de Créditos, ou com a conta 3.19.06 Recebimento de Créditos. Saldo devedor.

3.04 VALORES

Representa o total dos valores em ações, debêntures Títulos da Dívida Pública, títulos de crédito, documentos representando valores, jóias, moedas e outros objetos pertencentes à entidade e recolhidos a Caixa de Valores. Contas de primeiro grau especificam os grupos de valores.

3.04.00 Ações de Companhias

Função: representa o valor das ações integralizadas com que a entidade participa como acionista majoritário ou não, nos capitais de sociedades anônimas. Contas de segundo grau individualizam as companhias.

Nota: ver as contas 3.05.01 Ações Integralizadas não Recolhidas a Caixa de Valores e 4.08.00 Ações a Integralizar.

Notas: 1. O total das ações subscritas será a soma dos saldos das contas:

3.04.00 - 3.05.01 - 4.08.00;

2. O total das ações integralizadas será a soma dos saldos das contas: 3.04.00 - 3.05.01;

3. O total das ações a Integralizar é representado pelo

saldo da conta 4.08.00:

Funcionamento: 1 - debita-se pelas entradas de ações, títulos múltiplos ou cautelas na Caixa de Valores em contrapartida com a conta 3.05.01 Ações integralizadas não Recolhidas a Caixa de Valores; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com a conta 3.19.04 Alienação de Títulos e Valores ou com a conta 3.20.03.10 Outras Baixas. Saldo devedor.

3.04.01 Títulos da Dívida Pública

Função: representa Títulos da Dívida Pública adquiridos ou havidos por reversão de cauções garantidoras de operações com terceiros.

Funcionamento: 1 - debita-se pelas entradas de títulos na Caixa de Valores em contrapartida com a conta 3.16.03 Aquisição de Títulos e Valores ou com a conta 3.17.04 Superveniências Ativas; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com a conta 3.19.04 Alienação de Títulos e Valores ou com a conta 3.20.03.10 Outras Baixas. Saldo devedor.

3.04.02 Jóias, Moedas, Objetos e documentos

Função: representa o total dos valores em Jóias, moedas e outros objetos recolhidos a Caixa de Valores.

Funcionamento: 1 - debita-se pelas entradas no Caixa de Valores em contrapartida com a conta 3.16.03 Aquisição de Títulos e Valores ou com a conta 3.17.04 Superveniências Ativas; 2 - credita-se pela baixa em contrapartida com a conta 3.19.04

Alienação de Títulos e Valores, ou com a conta 3.20.03.10 Outras Baixas. Saldo devedor.

3.05 DIVERSOS

Este grupo representa diversos valores ativos que não se classificam

adequadamente nos grupos anteriores.

3.05.00 Entidades Autárquicas C/Ativo

Função: representa o ativo das autarquias e Órgãos estatais tutelados pela entidade. Contas de segundo grau identificarão as repartições.

Funcionamento: 1 - debita-se pela incorporação dos componentes patrimoniais ativos das autarquias, a vista dos seus balanços anuais e correspondentes demonstrações das variações patrimoniais. em contrapartida com as contas do grupo 3.21 VARIAÇÕES ATIVAS; 2 - credita-se pela redução de componentes ativos, em contrapartida com as mesmas contas do grupo 3.21; 3 - credita-se, ainda, na extinção da autarquia, pela incorporação ao ativo da entidade, em contrapartida com contas próprias dos diversos grupos do ativo permanente de entidade. Saldo devedor.

3.05.01 Ações Integralizadas não recolhidas à Caixa de Valores

Função: representa o montante das ações de sociedades anónimas subscritas e integralizadas pela entidade, mas cujos títulos múltiplos, ou cautelas representativas ainda não deram entrada na Caixa de Valores. Contas de segundo grau Identificam as sociedades.

Nota: ver as contas 3.04.00 Ações de Companhias e 4.08.00 Ações a Integralizar

- Notas:**
1. O total das ações subscritas será a soma dos saldos das contas: 3.04.00 - 3.05.01. - 4.08.00;
 2. O total das ações integralizadas será a soma dos saldos das contas: 3.04.00 - 3.05.01;
 3. O total das ações a Integralizar é representado pelo saldo da conta: 4.08.00;

Funcionamento: 1 - debita-se, pela Integralização, em contrapartida com a conta 3.16.03 Aquisição de Títulos e Valores, ou com a conta 3.17.04 Superveniências Ativas. Nota: concomitantemente dá-se a baixa correspondente na conta 4.08.00 Ações a Integralizar; 2 - credita-se pelas alienações em contrapartida com a conta 3.19.04 Alienação de Títulos e Valores, ou com a conta 3.20.03.10 Outras Baixas. 3 - credita-se pela transferencia a conta 3.04.00 Ações de Companhias. Saldo devedor.

3.06 SALDO PATRIMONIAL

Representa a diferença entre os componentes patrimoniais ativos e passivos. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável, superavitária, e é classificado na conta de 3.10.00 Ativo Real Líquido pertencente ao Passivo Permanente. já o saldo negativo representa Uma situação patrimonial desfavorável, deficitária, e é classificado na conta 3.06.00 Passivo Real Descoberto, no Ativo Permanente.

Nota: pode ocorrer que o resultado econômico de um exercício seja de tal natureza e de tal valor que inverta a posição patrimonial. que de superavitária passe a deficitária ou vice-versa.

3.06.00 Passivo Real a Descoberto

Função: representa o valor da situação líquida deficitária do patrimônio da entidade.

Funcionamento: 1 - debita-se, pela apuração da situação líquida patrimonial deficitária, por transferencia dos saldos das contas do grupo 3.25 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO e da conta 3.10.00 Ativo Real Líquido: 2 - Invertendo-se a situação líquida, isto é passando a ser ela superavitária credita-se esta conta em contrapartida com a 3.10.00 Ativo Real Líquido.

Saldo devedor no caso 1.

Saldo zero no caso 2.

PASSIVO PERMANENTE

O passivo permanente compreende as dividas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa; tanto para sua constituição quanto para seu resgate.

3.07 DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Função: grupo que representa o total das dividas consolidadas da entidade, contraídas dentro do território nacional. Desdobradas em contas de primeiro grau que individualizam as dívidas contraídas.

Funcionamento: 1 - credita-se pela constituição de dividas, em contrapartida com a conta 3.19.05 Empréstimos Tomados ou 3.20.01 Encampação de Dividas Passivas, ou 3.20.02 Superveniências Passivas; 2 - debita-se pelas amortizações ou baixas em contrapartida com uma das seguintes contas: 3.16.06 Outras Mutações, 3.17.03 Cancelamento de Dividas Passivas, ou 3.17.05 Insubsistências Passivas. Saldo credor.

3.08 DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Função: grupo que representa o total das dividas consolidadas da entidade, controladas fora do território nacional. Desdobrada em contas de primeiro grau que Identificam as dívidas contraídas.

Funcionamento: 1 - credita-se pela constituição de dividas, em contrapartida com a conta 3.19.05 Empréstimos Tomados ou 3.20.01 Encampação de Dívidas passivas, ou 3.20.02 Superveniências passivas; 2 - debita-se pelas amortizações ou baixas em contrapartidas com uma das seguintes contas: 3.16.06 Outras Mutações, 3.17.03 Cancelamento de Dividas Passivas, ou 3.17.05 insubsistências Passivas. Saldo credor.

3.09 DIVERSOS

Este grupo representa diversos valores passivos que não se classificam adequadamente nos grupos anteriores.

3.09.00 Entidades Autárquicas C/Passivo

Função: Representa o passivo das autarquias e órgãos estatais tuteladas pela entidade. Contas do primeiro grau identificarão as autarquias.

Funcionamento: 1 - credita-se pela Incorporação dos componentes patrimoniais passivos das autarquias, à vista dos seus balanços anuais, e correspondentes demonstrações das variações patrimoniais, em contrapartidas com as contas do grupo 3.22 VARIAÇÕES PASSIVAS; 2 - debita-se pela redução do componentes passivos, em contrapartida com as mesmas contas do grupo 3.22; 3 - debita-se ainda, na extinção da autarquia, pela incorporação ao passivo da entidade, em contrapartida com contas próprias dos diversos grupos do passivo permanente da entidade. Saldo credor.

3.09.01 Outras Obrigações da Entidade

Função: Representa obrigações da entidade não classificáveis nas contas anteriores.

Funcionamento: credita-se pelas obrigações contraídas, em contrapartida com a conta 3.20.02 Superveniências Passivas. Debita-se pela baixa, em contrapartida com a conta 3.20.03.10 Outras Baixas. Saldo credor.

3.10 SALDO PATRIMONIAL

Representa a diferença entre os componentes patrimoniais ativos e passivos. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável, superavitária, e é classificado na conta 3.10.00 Ativo Real líquido pertencente ao Passivo Permanente. Já o saldo negativo representa uma situação patrimonial desfavorável, deficitária, e é classificada na conta 3.06.00 Passivo Real a Descoberto, no Ativo Permanente.

Nota: pode ocorrer que o resultado econômico de um exercício seja de tal natureza e de tal valor que Inverta a posição patrimonial, que de superavitária passe a deficitária ou vice-versa.

3.10.00 Ativo Real Liquido

Função: Representa o valor da situação líquida superavitária do patrimônio da entidade.

Funcionamento: 1 - credita-se pela apuração da situação líquida patrimonial superavitária, por transferência dos saldos das contas do grupo 3.25 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO e da conta 3.06.00 Passivo Real Descoberto; 2 - invertendo-se a situação líquida, isto é, passando a ser ela deficitária. debita-se esta conta em contrapartida com a 3.06.00 Passivo Real Descoberto.

Saldo credor no caso 1.

Saldo zero no caso 2.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Sob esta intitulação reúnem-se grupos de contas que têm por objeto a identificação das causas que produzam variações no patrimônio; elas funcionam como contrapartidas das contas patrimoniais que sofrem variações. Há dois agrupamentos de contas: um, que reúne as contas que Identificam as causas das variações ativas: outro, que reúne as contas identificadoras das variações passivas. Cada um desses agrupamentos é dividido em três espécies de variações: a) as resultantes da execução orçamentaria; b) as mutações patrimoniais; e c) as independentes da execução orçamentaria. Essa estrutura da contas obedece ao padrão legal instituído pelo Anexo nº 15. da Lei Federal nº 4.320. de 17 de março de 1964.

3.15 VARIAÇÕES ATIVAS RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Função: grupo do contas que indicam as variações aumentativas Introduzidas no patrimônio em virtude da arrecadação da Receita orçamentaria; composto de contas de primeiro grau que representam as receitas orçamentárias classificadas por categorias econômicas:

Receitas Correntes	
3.15.00	Receita Tributária
3.15.12	Receita de Contribuições
3.15.13	Receita Patrimonial
3.15.14	Receita Agropecuária
3.15.15	Receita Industrial
3.15.16	Transferencias Correntes
3.15.17	Outras Receitas Correntes
Receitas de Capital	
3.15.18	Operações de Crédito
3.15.19	Alienação de Bens
3.15.20	Amortização de Empréstimos
3.15.21	Transferências de Capital
3.15.22	Outras Receitas do Capital

Funcionamento: 1 - creditam-se no final do exercício, pela Receita realizada, em contrapartida com a conta 3.26.00 Transferências Patrimoniais; 2 - debitam-se, no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da Administração Direta, encerrando-se. Saldo zero.

3.16 VARIAÇÕES ATIVAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

Função: grupo do contas que Indicam as variações ativas Introduzidas no Patrimônio em virtude da incorporação de bens, títulos, valores e créditos adquiridos. e de passividades reduzidas em razão das despesas de capital registradas nas contas 3.18.02 Investimentos, 3.18.03 Inversões Financeiras e 3.18.04 Transferências de capital. As causas que originaram o enriquecimento do patrimônio são identificadas pelas seguintes contas de primeiro grau:

3.16.00	Aquisição de Bens Móveis
3.16.01	Construção e aquisição de Bens Imóveis
3.16.02	Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial

- 3.16.03 Aquisição de Títulos e Valores
- 3.16.04 Empréstimos Concedidos
- 3.16.05 Apropriações de Despesas
- 3.16.06 Outras mutações

Funcionamento: 1 - creditam-se durante o exercício, em contrapartida com contas representativas de bens, títulos, valores e créditos incorporados e de obrigações baixadas; 2 - debitam-se, no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da Administração Direta, encerrando-se. Saldos credores.

3.17 VARIAÇÕES ATIVAS

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Função: grupo do contas que indicam as razões das variações aumentativas do patrimônio, não resultantes da execução orçamentária, isto é, incorporações do componentes ativos ou desincorporações de componentes passivos, independentemente do recebimento ou descaixe de numerário. Exemplificando, citamos alguns casos: incorporação de bens recebidos em doação, valorização ou reavaliação de bens, mudança de categoria de animais, bens supervenientes, ações recebidas como bonificações, cancelamentos de passividades, passivos Insustentáveis etc. As contas que identificam essas operações são as seguintes:

- 3.17.00 Inscrição da Dívida Ativa
- 3.17.01 Inscrição de Outros Créditos
- 3.17.02 Incorporações de Bens
- 3.17.03 Cancelamento de Dívidas Passivas
- 3.17.04 Superveniências Ativas
- 3.17.05 Insustentáveis Passivas
- 3.17.06 Reavaliação de Bens

Funcionamento: 1 - creditam-se durante o exercício pelos aumentos dos componentes ativos ou pelas diminuições dos componentes passivos, em contrapartida com as contas patrimoniais alteradas do ativo ou do passivo permanente; 2 - debitam-se, no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da administração Direta,

encerrando-se. Saldos credores.

3.18 VARIAÇÕES PASSIVAS

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Função: grupo de contas que indicam as variações diminutivas Introduzidas no patrimônio em virtude da realização de despesas orçamentárias; o grupo é composto de contas de primeiro grau que representam as despesas orçamentárias classificadas por categorias econômicas:

3.18.00	Despesas de Custeio
3.18.01	Transferências Correntes
3.18.02	Investimentos
3.18.03	Inversões Financeiras
3.18.04	Transferências de Capital

Funcionamento: 1 - debitam-se; no final do exercício, pela despesa realizada, em contrapartida com a conta 3.26.00 Transferências Patrimoniais; 2 - creditam-se, no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da Administração Direta, encerrando-se. Saldo zero.

3.19 VARIAÇÕES PASSIVAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

Função: grupo de contas que indicam as variações passivas introduzidas no patrimônio em virtude da desincorporação de bens. títulos, valores alienados, créditos recebidos e constituição de dívidas, em razão das receitas de capital registradas nas contas 3.15. As Operações de Crédito, 3.15.06 Alienação de Bens Móveis e Imóveis, 3.15.07 Amortização de Empréstimos Concedidos e 3.15.09 Outras Receitas da Capital; as causas que originaram o empobrecimento do patrimônio são identificadas pelas seguintes contas de primeiro grau:

3.19.00	Cobrança da Dívida Ativa
3.19.01	Alienação de Bens Móveis
3.19.02	Alienação de Bens Imóveis
3.19.03	Alienação de Bens de Natureza Industrial
3.19.04	Alienação de Títulos e Valores
3.19.05	Empréstimos tomados
3.19.06	Recebimentos de Créditos
3.19.07	Outras Mutações

Funcionamento: 1 - debitam-se, durante o exercício, em contrapartida com contas representativas de bens, títulos, valores e créditos desincorporados e de obrigações baixadas: 2 - creditam-se, no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da Administração Direta, encerrando-se. Saldos devedores.

3.20 VARIAÇÕES PASSIVAS

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Função: grupo de contas que indicam as razões das variações diminutivas do patrimônio, não resultantes da execução orçamentária, isto é, desincorporações de componentes ativos ou incorporações de componentes passivos, independentemente de movimentação de numerário.- Exemplificando, mencionamos alguns casos: desincorporação de bens cedidos em doação, desvalorização ou depreciação de bens, perdas de plantações permanentes, morte de animais, passividades supervenientes, baixa na cotação de ações, cancelamentos de créditos, ativos insubsistentes etc. As contas que identificam essas operações são as seguintes:

3.20.00	Cancelamento da Dívida Ativa
3.20.01	Encampação de Dívidas Passivas
3.20.02	Superveniências Passivas
3.20.03	Insustentâncias Ativas

Esta última conta é analisada com maior profundidade através de contas de segundo grau que esclarecem melhor a razão das baixas de bens. É norma geral especificar o mais claramente possível as baixas dos componentes patrimoniais, é mais importante explicar as baixas do que as incorporações.

Funcionamento: 1 - debitam-se, durante o exercício. pelas diminuições dos componentes ativos ou pelos aumentos dos componentes passivos, em contrapartida com as contas patrimoniais alteradas; 2 - creditam-se, no final do exercício. em contrapartida com a conta 3.25.00 Resultado da Administração Direta, encerrando-se. Saldos devedores.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Este grupo registra, de forma sintética, as variações ativas e passivas ocorridas durante o exercício nos órgãos da administração Indireta a fim de incorporar o resultado econômico dessas repartições tuteladas, no balanço geral da entidade.

3.21 VARIAÇÕES ATIVAS

Função: grupo de contas que registram as três espécies de variações patrimoniais ativas.

Funcionamento: 1 - creditam-se no final do exercício, à vista da demonstração das variações patrimoniais das autarquias e órgãos oficiais, em contrapartida com a conta 3.05.00 Entidades Autárquicas c/ Ativo; 2 - debitam-se no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.01 Resultado de Administração Indireta, encerrando-se. Saldo zero.

3.22 VARIAÇÕES PASSIVAS

Função: grupo de contas que registram as três espécies de variações patrimoniais passivas.

Funcionamento: 1 - debitam-se, no final do exercício, à vista da demonstração das variações patrimoniais das autarquias e órgãos oficiais, em contrapartida com a conta 3.09.00 Entidade Autárquica c/ Passivo; 2 - creditam-se no final do exercício, em contrapartida com a conta 3.25.01 Resultado da Administração Indireta, encerrando-se. Saldo zero.

RESULTADO PATRIMONIAL

3.25 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

Este grupo de contas representa a diferença entre as variações ativas e as variações passivas ocorridas durante o ano, ou seja, o saldo mostra o resultado econômico do exercício. É composto de duas contas do primeiro grau a fim de indicar, separadamente, os resultados da administração direta e da administração indireta.

3.25.00 Resultado da Administração Direta

Função: representa, no final do exercício, o resultado econômico alcançado pela administração direta.

Funcionamento: 1 - credita-se, no final do exercício, em contrapartida com as contas dos grupos: 3.15 Variações Ativas - Resultantes da Execução Orçamentária, 3.16 Variações Ativas - Mutações Patrimoniais 03.17 Variações Ativas - Independentes da Execução Orçamentária; 2 - debita-se, no final do exercício, em contrapartida com as contas 3.18 Variações Passivas - Resultantes da Execução orçamentária, 3.19 Variações Passivas - Mutações Patrimoniais e 3.20 variações Passivas - independentes da Execução Orçamentária; 3 - debita-se ou credita-se conforme a natureza de seu saldo após os lançamentos Indicados em 1e 2, em contrapartida com a conta 3.06.00 Passivo Real Descoberto ou com a conta 3.10.00 Ativo Real Liquido, conforme for a natureza da situação líquida do patrimônio na ocasião. Saldo zero.

3.25.01 Resultado da Administração Indireta

Função: Representa, no final do exercício, o resultado econômico alcançado pelas entidades que constituem a administração Indireta.

Funcionamento: 1 - credita-se no final do exercício, em contrapartida com as contas do grupo 3.21 variações Ativas; 2 - debita-se no final do exercício, em contrapartida com as do grupo 3.22 Variações Passivas; 3 - debita-se ou credita-se, conforme a natureza de seu saldo, em contrapartida com a conta 3.06.00 Passivo Real Descoberto ou com a conta 3.10.00 Ativo Real líquido, conforme for a natureza do situação líquida do patrimônio na ocasião. Saldo zero.

3.26 CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS

Grupo que reúne contas de primeiro grau cujos saldos indicam transferências de bens numerários.

3.26.00 Transferências Patrimoniais

Função: Esta conta representa:

1. Saldo de valores financeiros passivos e negativos transferidos do conjunto de contas patrimoniais para a constituição do Sistema Financeiro. Seu saldo estabelece a equação entre as contas patrimoniais que restaram, após a retirada das chamadas contas financeiras.

2. A diferença positiva ou negativa, decorrente das receitas e despesas orçamentárias realizadas durante o exercício.

Funcionamento: 1 - debita-se, na organização do sistema Patrimonial, em contrapartida com as contas patrimoniais positivas; 2 - credita-se na mesma ocasião, em contrapartida com as contas patrimoniais ativas; 3 - debita-se, no final de cada exercício, em contrapartida com contas do grupo 3.15 Variações Ativas - resultantes da Execução Orçamentária; 4 - credita-se, no final de cada exercício, em contrapartida com contas do grupo 3.18 Variações Passivas - Resultantes da Execução Orçamentária.

Saldo devedor se o passivo permanente superar o ativo. Saldo credor se o ativo permanente superar o passivo. Saldo de valor absoluto Igual, mas de sinal oposto ao da conta 2. 17.00 Transferências Financeiras.

Esta conta aparece nos balancetes de verificação, mas não figura no balanço.

4. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

ATIVO COMPENSADO

4.00 VALORES EM PODER DE TERCEIROS

Função: Representa o total de apólices, ações, títulos e outros documentos, entregues a terceiros, a título de caução, custódia ou cobrança. Cada espécie de remessa é representada por uma conta de primeiro grau.

4.00.00	Devedores por Títulos em Caução
4.00.01	Devedores por Títulos em Custódia
4.00.02	Devedores por Títulos em Cobrança

Funcionamento: 1 - debitam-se essas contas pela entrega dos mencionados documentos, em contrapartida com a conta sintética 4.06.00 Contrapartida de Valores em Poder de Terceiros; 2 - creditam-se, pela baixa do registro Inicial, com a mesma contrapartida. Saldos devedores.

4.01 VALORES DE TERCEIROS

Função: Representa o valor de apólices da dívida pública ou de seguro-fidelidade, documentos caucionados, ações, títulos e outros documentos recebidos Pela entidade para guarda. Cada espécie de valor é escriturada em conta própria de primeiro grau.

4.01.00	Caixa de Depósitos
4.01.01	Caixa de Cauções
4.01.02	Caixa de Fianças

Funcionamento: 1 - debitam-se estas contas, pelo recebimento de valores, em contrapartida com a conta 4.06.01 Contrapartida de valores de Terceiros; 2 creditam-se, pela baixa do registro Inicial, com a mesma contrapartida. Saldos devedores.

Nota: A colocação correta deste grupo seria no Passivo Permanente, pois representa obrigações do Poder Público para com terceiros; o "cochilo" não foi nosso e, sim, da Lei Federal n.º 4.320/64, que estabeleceu o padrão legal das contas de compensação, em seu Anexo nº 14.

4.02 VALORES NOMINAIS EMITIDOS

Função: Representa o montante de Impressos de apólices em branco da DFI, estampilhas emitidas, cartões para carga mecânica, cautelas de bônus ou de ações. Desdobrado em contas de primeiro grau.

Funcionamento: Debita-se e credita-se, respectivamente, pelas entradas e saídas desses valores, em contrapartida com a conta 4.06.02 Contrapartida de Valores Nominais Emitidos. Saldos devedores.

4.03 RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS

Função: Representa as responsabilidades de terceiros para com a entidade. Tais responsabilidades são de diversas espécies, portanto, para cada uma há uma conta do primeiro grau cuja intitulação deverá identificar claramente sua função. Neste plano-modelo damos alguns exemplos, mencionando os grupos mais usuais em qualquer entidade. Contas do segundo grau deverão individualizar os casos concretos.

4.03.00	Garantias Prestadas ao Poder Público
4.93.01	Responsáveis por Adiantamentos
4.03.02	Direitos Contratuais
4.03.03	Devedores por Antecipação de Custas
4.03.04	Bens Públicos Cedidos em Comodato
4.03.05	Bens Públicos sob Administração de Terceiros
4.03.06	Responsáveis Diversos

Funcionamento: Debitam-se e creditam-se pelas inscrições e baixas, respectivamente, em contrapartida com a conta 4.06.03 Contrapartida de Responsabilidades de Terceiros. Saldos devedores.

4.04 CONTROLES DE NATUREZA ATIVA

Função: Reúne contas do primeiro grau que podem ser desdobradas e destina-se a organizar controles especiais de qualquer natureza. Damos, a título de exemplo, as contas:

- 4.04.00 Empréstimos de Materiais
- 4.04.01 Impressos para Emissão de Valores

Funcionamento: Debitam-se e creditam-se, pela inscrição de valores e pelas baixas, em contrapartida com a conta 4.06.04 Contrapartida de Controles de Natureza Ativa. Saldos devedores.

4.05 CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS

Função: As contas deste grupo destinam-se simplesmente a contrapartirem com as contas analíticas do passivo compensado. Não há desdobramentos além do primeiro grau. Suas Intitulações são necessariamente assemelhadas às contas ou grupos de contas com às quais fazem contrapartida, portanto, é fácil reconhecer pela simples leitura de uma contrapartida, quais as contas com as quais ela se relaciona. Saldos devedores.

PASSIVO COMPENSADO

4.05 CONTRAPARTIDAS SINTÉTICAS

Função: As contas deste grupo destinam-se simplesmente a contrapartirem com as contas analíticas do ativo compensado. Não há desdobramento além do primeiro grau. Suas intitulações são necessariamente assemelhadas às contas ou grupos de contas, com as quais fazem contrapartida; portanto, é fácil reconhecer, pela simples leitura de uma

contrapartida, quais as contas com as quais ela se relaciona. Saldos credores.

4.07 RESPONSABILIDADES DO PODER PUBLICO

Função: Representa as responsabilidades da entidade para com terceiros. Tais responsabilidades são de diversas espécies; portanto, para cada uma há uma conta de primeiro grau cuja intitulação deverá Identificar claramente sua função. Neste plano-modelo damos alguns exemplos, mencionando os grupos mais usuais em qualquer entidade. Contas de segundo grau deverão Individualizar os casos concretos.

4.07.00	Bens Recebidos em Comodato
4.07.01	Bens Recebidos a Titulo precário
4.07.02	Bens Recebidos a Titulo de Empréstimo
4.07.03	Bens sob Administração do Poder Publico
4.07.04	Obrigações Contratuais
4.07.05	Diversas Garantias Prestadas pelo Poder Público
4.07.06	Restos a Pagar com prescrição Interrompida

Funcionamento: Creditam-se e debitam-se pelas Inscrições e baixas respectivamente com a conta 4.05.00 Contrapartida de Responsabilidades do Poder Publico. Saldos credores.

4.08 CONTROLES DE NATUREZA PASSIVA

Função: Reúne contas de primeiro grau que podem ser desdobradas e destina-se a organizar controles especiais de qualquer natureza. Damos, a titulo de exemplo, as contas:

4.08.00	Ações a Integralizar
4.08.01	Empréstimo de materiais

Funcionamento: Creditam-se e debitam-se pela inscrição de valores e pelas baixas, respectivamente, em contrapartida com a conta 4.05.01 Contrapartida de Controle de Natureza Passiva. Saldos credores.

FLUXOGRAMA DE CONTAS DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO		1.00	1.01	1.02	1.03	1.04	1.05	1.06	1.07	1.08
Grupos de Contas		Rec./Prev.	Des./Prev.	Créd./Adic.	Desp./Emp.	Des./Emp-Es.	Des./Subem.	Rec./Real.	Des./Real.	Contrapart.
Operações										
ABERTURA DO EXERCÍCIO										
a —	Previsão da receita	D								C
b —	Fixação da despesa		C							D
c —	Saldo de Créditos transferidos		C	D						
GESTÃO										
d —	Abertura de Créditos Adicionais		C	D						
e —	Transposições de dotações		DC							
f —	Reduções de dotações		D							C
g —	Empenho da despesa				D					C
h —	Anulação de empenho				C					D
i —	Realização da receita							C		D
j —	Realização da despesa								D	C
CONTROLE DE EMPENHO-ESTIMATIVA										
k —	Pela emissão de empenho-estimativa (após lançamento "g")					D				C
l —	Emissão de subempenhos					C	D			
m —	Anulação de subempenhos					D	C			
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO										
n —	Reversão de saldos de empenhos-estimativas (em seguida fazer o lançamento "h")					C				D
o —	Saldo de créditos plurianuais transferidos para o exercício seguinte		D	C						
p —	Encerramento das contas de créditos adicionais			C						D
q —	Registro da despesa empenhada e não realizada (Restos a Pagar)								D	C
r —	Comparação entre a receita orçada e a realizada (encerramento das contas de receita realizada)	C						D		
s —	Comparação entre a despesa fixada e a realizada (encerramento das contas de despesa realizada)		D							C
t —	Encerramento das contas de empenho				C					D
u —	Encerramento das contas de receita prevista e despesa fixada com saldos credores	D	D							C
v —	Encerramento das contas de receita prevista com saldos devedores	C								D
NATUREZA DOS SALDOS DURANTE O EXERCÍCIO		D	C	D	D	D	D	C	D	C

Fonte: extraído do livro de João Angélico Contabilidade Pública, 6 ed. junho, 1986, São Paulo, p. 323

Figura 1. Fluxograma do Sistema Orçamentário

ANEXO 3

PLANO DE CONTAS

DE PREFEITURA

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAD
1/9	S	1	SISTEMA ORCAMENTARIO		1	
2/7	S	11	RECEITA E DESPESA		2	
3/5	S	111	RECEITA		3	
4/3	S	111.01	RECEITA ORCADA		4	
5/1	A	111.01.01	RECEITA ORCADA P/ O EXERCICIO	-15.000.000,00	5	
6/0	S	111.02	PREVISAO DA RECEITA		4	
7/8	A	111.02.01	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	0,00	5	
8/6	A	111.02.01	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	0,00	5	
9/4	A	111.02.01	IMPOSTO SOBRE A PROPRIED.RURAL E TERRITO	0,00	5	
10/8	A	111.02.01	IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL E TERRIT.URBANA	999.186,23	5	
11/6	A	111.02.01	PESSOAS FISICAS	0,00	5	
12/4	A	111.02.01	PESSOAS JURIDICAS	0,00	5	
13/2	A	111.02.01	RETIDO NAS FONTES	0,00	5	
14/0	A	111.02.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDAPESSOAS FISICA	0,00	5	
15/9	A	111.02.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDAPESSOAS JURIDI	0,00	5	
16/7	A	111.02.01	IMPOSTO SOBRE PROPRIED.DE VEIC.AUTOMOTOR	0,00	5	
17/5	A	111.02.01	IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS	0,00	5	
18/3	A	111.02.01	IMP.S/TRANS.CAUSA MORTIS,DOACAO BENS DIR	0,00	5	
19/1	A	111.02.01	IMP.S/TRANS.INTER VIVOS,BENS IMOVEIS	220.515,22	5	
20/5	A	111.02.01	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	0,00	5	
21/3	A	111.02.01	IMP.OP.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.-ICMS	0,00	5	
22/1	A	111.02.01	IMP.S/OPER.CREDITO,CAMBIO E SEGURO	0,00	5	
23/0	A	111.02.01	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	540.117,88	5	
24/8	A	111.02.01	IMP.S/VENDAS A VAREJO,COMBUST.LIQ.E GAS.	0,00	5	
25/6	A	111.02.01	IMPOSTOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5	
26/4	A	111.02.01	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0,00	5	
27/2	A	111.02.01	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	5	
28/0	A	111.02.01	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	5	
29/9	A	111.02.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	5	
30/2	A	111.02.01	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	5	
31/0	A	111.02.01	RECEITAS IMOBILIARIAS	783,44	5	
32/9	A	111.02.01	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	5	
33/7	A	111.02.01	RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	0,00	5	
34/5	A	111.02.01	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	5	
35/3	A	111.02.01	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	0,00	5	
36/1	A	111.02.01	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	5	
37/0	A	111.02.01	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	5	
38/8	A	111.02.01	RECEITA DA INDUST. EXTRATIVA MINERAL	0,00	5	
39/6	A	111.02.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	5	
40/0	A	111.02.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	0,00	5	
41/8	A	111.02.01	RECEITA DE SERV.INDUST.DE UTILID.PUBLICA	0,00	5	
42/6	A	111.02.01	RECEITAS DE SERVICOS	0,00	5	
43/4	A	111.02.01	TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
44/2	A	111.02.01	TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	0,00	5	
45/0	A	111.02.01	TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
46/9	A	111.02.01	COTA-PARTE FUNDO PART.DOS ESTADOS E DF	0,00	5	
47/7	A	111.02.01	COTA-PARTE FUNDO DE PARTIC. MUNICIPIOS	4.685.000,00	5	
48/5	A	111.02.01	TRANSF.IRRF (ART.157,158 DA CONST.FED.)	29.927,50	5	
49/3	A	111.02.01	COTA-PARTE IMP.S/PROPR.TERRITORIAL RURAL	30.000,00	5	
50/7	A	111.02.01	COTA-PARTE IPI E IR - PROG.FINANC.S/PROD	0,00	5	
51/5	A	111.02.01	COTA-PARTE IPI - EST.EXPORT.DE PROD.IND.	0,00	5	
52/3	A	111.02.01	COTA-PARTE DA CONTRIB. SALARIO-EDUCACAO	0,00	5	
53/1	A	111.02.01	COTA-PARTE VALOR DO PETR.BRUTO PROD.NAC.	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
54/0	A	111.02.01	COTA-PARTE IDC,CAMB.SEG, COMERC.OURD	0,00	5	
55/8	A	111.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
56/6	A	111.02.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	5	
57/4	A	111.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
58/2	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
59/0	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	5	
60/4	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	5	
61/2	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0,00	5	
62/0	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	5	
63/9	A	111.02.01	MULTAS E JUROS DE MORA	297.905,50	5	
64/7	A	111.02.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	5	
65/5	A	111.02.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	685.313,10	5	
66/3	A	111.02.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	0,00	5	
67/1	A	111.02.01	RECEITAS DIVERSAS	93.324,83	5	
68/0	A	111.02.01	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	200.000,00	5	
69/8	A	111.02.01	OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	5	
70/1	A	111.02.01	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	1.700,00	5	
71/0	A	111.02.01	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	5	
72/8	A	111.02.01	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	5	
73/6	A	111.02.01	TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
74/4	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
75/2	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
76/0	A	111.02.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	0,00	5	
77/9	A	111.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	5	
78/7	A	111.02.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	5	
79/5	A	111.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
80/9	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
81/7	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	5	
82/5	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	5	
83/3	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0,00	5	
84/1	A	111.02.01	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	5	
85/0	A	111.02.01	INDENIZACAO P/EXTRA.DO PETR.XISTO E GAS	0,00	5	
86/8	A	111.02.01	INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	5	
87/6	A	111.02.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	5	
88/4	A	111.02.01	CONVENIO COM O SUDS	0,00	5	
89/2	A	111.02.01	OUTROS CONVENIOS	0,00	5	
90/6	A	111.02.01	IMP.OP.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.-ICMS	1.892.217,20	5	
91/4	A	111.02.01	IMPOSTO S/PROPR. VEICULOS AUTOMOT.- IPVA	545.844,98	5	
92/2	A	111.02.01	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	132.315,73	5	
93/0	A	111.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
94/9	A	111.02.01	TARIFA DE CONSUMO DE AGUA	0,00	5	
95/7	A	111.02.01	TARIFA DE AGUA RESIDENCIAL	0,00	5	
96/5	A	111.02.01	TARIFA DE AGUA COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
97/3	A	111.02.01	TARIFA DE AGUA PODERES PUBLICAS	0,00	5	
98/1	A	111.02.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
99/0	A	111.02.01	TARIFA DE COLETA DE ESGOTOS	0,00	5	
100/7	A	111.02.01	TARIFA DE ESGOTO RESIDENCIAL	0,00	5	
101/5	A	111.02.01	TARIFA DE ESGOTO COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
102/3	A	111.02.01	TARIFA DE ESGOTO PODERES PUBLICOS	0,00	5	
103/1	A	111.02.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
104/0	A	111.02.01	OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	5	
105/8	A	111.02.01	LIGACAO	0,00	5	
106/6	A	111.02.01	DESLIGACAO	0,00	5	
344/1	A	111.02.01	RELIGACAO	0,00	5	
345/0	A	111.02.01	EXPEDIENTE	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAD
346/8	A	111.02.01	AFERICAÇÃO DE HIDROMETRO	0,00	5	
347/6	A	111.02.01	CONSERVAÇÃO	0,00	5	
348/4	A	111.02.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	5	
707/2	A	111.02.01	Convenio c/Minist.da Educacao-MEC/FAE	600.000,00	5	
710/2	A	111.02.01	Convenio c/Minist.do Bem Estar Soc/CBIA	0,00	5	
718/8	A	111.02.01	CONVENIO C/SECRET.EDUCACAO CULT.EDESP.	0,00	5	
721/8	A	111.02.01	CONVENIO C/SECRET.EDUCACAO CULT.E DESP.	0,00	5	
742/0	A	111.02.01	Convenio c/a Secretaria da Agric.e Abast	0,00	5	
747/1	A	111.02.01	Convenio c/SANTUR	0,00	5	
752/8	A	111.02.01	Taxa de Licenca P/Localizacao e Func.	284.706,64	5	
755/2	A	111.02.01	Taxa de Licenca Para Obras	49.021,44	5	
758/7	A	111.02.01	Taxa de Outras Licencas	0,00	5	
761/7	A	111.02.01	Taxa de Coleta de Lixo	499.308,10	5	
764/1	A	111.02.01	Taxa de Expediente	208.908,46	5	
767/6	A	111.02.01	Taxa de Iluminacao Publica	802.234,79	5	
770/6	A	111.02.01	Taxa de Servicos Diversos	0,00	5	
773/0	A	111.02.01	Rendimento de Aplicacoes	55.000,00	5	
776/5	A	111.02.01	Convenio c/a Secretaria da Familia	0,00	5	
779/0	A	111.02.01	Convenio c/a Sec.da Agric.e Abast.	0,00	5	
782/0	A	111.02.01	Convenio c/a Secretaria da Fazenda	27.000,00	5	
785/4	A	111.02.01	Convenio c/a Secret.Seguranca Publica	176.068,69	5	
788/9	A	111.02.01	Convenio c/o Cons.Est.da Crianca	0,00	5	
791/9	A	111.02.01	Conv.c/o Minist. do Bem Estar Social	0,00	5	
794/3	A	111.02.01	Conv.c/o Minist.da Integracao Social	0,00	5	
797/8	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio da Saude	0,00	5	
800/1	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio da Agricultura	0,00	5	
803/6	A	111.02.01	Convenio c/o Minist.da Educ.e Desportos	50.000,00	5	
806/0	A	111.02.01	Convenio c/Secretaria da Saude	0,00	5	
713/7	A	111.02.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
691/2	A	111.02.01	CONVENIO C/A SECRETARIA DA SAUDE	0,00	5	
694/7	A	111.02.01	CONVENIO C/A SECRETARIA DA AGRIC.E ABAST	0,00	5	
697/1	A	111.02.01	CONVENIO C/A SEC.DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	5	
654/8	A	111.02.01	CONV/C/SECRETARIA DES.SOCIAL DA FAMILIA	0,00	5	
689/0	A	111.02.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
686/6	A	111.02.01	Convenio c/BESC	0,00	5	
683/1	A	111.02.01	CONVENIO C/O MINISTERIO DA SAUDE	0,00	5	
659/9	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao FNDE	-50.536,00	5	
662/9	A	111.02.01	Convenio c/a Secret.de Seguranca Publica	-1.332,94	5	
665/3	A	111.02.01	Convenio c/Conselho Estadual da Crianca	0,00	5	
668/8	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao FNDE	0,00	5	
671/8	A	111.02.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	0,00	5	
674/2	A	111.02.01	Convenio c/Secret.Agric.e Abast.	0,00	5	
677/7	A	111.02.01	Convenio c/Secret.da Faz.e Planejamento	0,00	5	
680/7	A	111.02.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	0,00	5	
657/2	A	111.02.01	Convenio c/Secretaria da Familia	0,00	5	
809/5	A	111.02.01	Cota-Parte do ICMS-Exportacao	55.000,00	5	
511/8	A	111.02.01	Convenio c/Secret.da Faz. e Planejamento	0,00	5	
520/7	A	111.02.01	Convenio c/SUS	0,00	5	
811/7	A	111.02.01	Convenio c/Sec.Desen.Soc.Familia	0,00	5	
648/3	A	111.02.01	Cota Parte do FUNDEFUAM	1.506.325,97	5	
645/9	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio do Meio Ambiente	0,00	5	
642/4	A	111.02.01	Convenio c/o Ministerio dos Transportes	0,00	5	
639/4	A	111.02.01	Convenio c/o DETER	0,00	5	
617/3	A	111.02.01	CONVENIO C/O MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	0,00	5	
636/0	A	111.02.01	CONVEIO C/SEDUMA	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
633/5	A	111.02.01	CONVENIO C/MINIST.DE PLANEJ.E ORCAMENTO	0,00	5	
505/9	A	111.02.01	CONVENIO C/MINISTERIO DA EDUCACAO/FNDE	0,00	5	
508/3	A	111.02.01	COMP.FIN.EXT.DE OLEO BRUTO,XISTO E GAS	4.500,00	5	
107/4	S	111.03	RECEITA LANCADA		4	
108/2	A	111.03.01	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	0,00	5	
109/0	A	111.03.01	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	0,00	5	
110/4	A	111.03.01	IMPOSTO SOBRE A PROPRIED.RURAL E TERRITO	0,00	5	
111/2	A	111.03.01	IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL E TERRIT.URBANA	0,00	5	
112/0	A	111.03.01	PESSOAS FISICAS	0,00	5	
113/9	A	111.03.01	PESSOAS JURIDICAS	0,00	5	
114/7	A	111.03.01	RETIDO NAS FONTES	0,00	5	
115/5	A	111.03.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDA-PESSOAS FISICA	0,00	5	
116/3	A	111.03.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDA-PESSOAS JURIDI	0,00	5	
117/1	A	111.03.01	IMPOSTO SOBRE PROPRIED.DE VEIC.AUTOMOTOR	0,00	5	
118/0	A	111.03.01	IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS	0,00	5	
119/8	A	111.03.01	IMP.S/TRANS.CAUSA MORTIS,DOACAO BENS DIR	0,00	5	
120/1	A	111.03.01	IMP.S/TRANS.INTER VIVOS,BENS IMOVEIS	0,00	5	
121/0	A	111.03.01	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	0,00	5	
122/8	A	111.03.01	IMP.QP.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANS.-ICMS	0,00	5	
123/6	A	111.03.01	IMP.S/OPER.CREDITO,CAMBIO E SEGURO	0,00	5	
124/4	A	111.03.01	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	5	
125/2	A	111.03.01	IMP.S/VENDAS A VAREJO,COMBUST.LIQ.E GAS.	0,00	5	
126/0	A	111.03.01	IMPOSTOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5	
127/9	A	111.03.01	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0,00	5	
128/7	A	111.03.01	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	5	
129/5	A	111.03.01	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	0,00	5	
130/9	A	111.03.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	5	
131/7	A	111.03.01	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	5	
132/5	A	111.03.01	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	5	
133/3	A	111.03.01	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	5	
134/1	A	111.03.01	RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	0,00	5	
135/0	A	111.03.01	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	5	
136/8	A	111.03.01	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	0,00	5	
137/6	A	111.03.01	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	5	
138/4	A	111.03.01	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	5	
139/2	A	111.03.01	RECEITA DA INDUST. EXTRATIVA MINERAL	0,00	5	
140/6	A	111.03.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	5	
141/4	A	111.03.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	0,00	5	
142/2	A	111.03.01	RECEITA DE SERV.INDUST.DE UTILID.PUBLICA	0,00	5	
143/0	A	111.03.01	RECEITAS DE SERVICOS	0,00	5	
144/9	A	111.03.01	TARIFA DE CONSUMO DE AGUA	0,00	5	
145/7	A	111.03.01	TARIFA DE AGUA RESIDENCIAL	0,00	5	
146/5	A	111.03.01	TARIFA DE AGUA COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
147/3	A	111.03.01	TARIFA DE AGUA PODERES PUBLICOS	0,00	5	
148/1	A	111.03.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
149/0	A	111.03.01	TARIFA DE COLETA DE ESGOTOS	0,00	5	
150/3	A	111.03.01	TARIFA DE ESGOTO RESIDENCIAL	0,00	5	
151/1	A	111.03.01	TARIFA DE ESGOTO COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
152/0	A	111.03.01	TARIFA DE ESGOTO PODERES PUBLICOS	0,00	5	
153/8	A	111.03.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
154/6	A	111.03.01	OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	5	
155/4	A	111.03.01	LIGACAO	0,00	5	
156/2	A	111.03.01	DESLIGACAO	0,00	5	
157/0	A	111.03.01	RELIGACAO	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
158/9	A	111.03.01	EXPEDIENTE	0,00	5	
159/7	A	111.03.01	AFERICAO DE HIDROMETRO	0,00	5	
160/0	A	111.03.01	CONSERVACAO	0,00	5	
161/9	A	111.03.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	5	
708/0	A	111.03.01	Convenio c/Minist.da Educacao-MEC/FAE	0,00	5	
711/0	A	111.03.01	Convenio c/Minist.do Bem Estar Soc/CBIA	0,00	5	
719/6	A	111.03.01	CONV.C/SECRET.DE EDUCACAO CULT.E DESP.	0,00	5	
722/6	A	111.03.01	CONVENIO C/SECRET.EDUCACAO CULT.E DESP.	0,00	5	
743/9	A	111.03.01	Convenio c/a Secretaria da Agric.e Abast	0,00	5	
748/0	A	111.03.01	Convenio c/a SANTUR	0,00	5	
753/6	A	111.03.01	Taxa de Licenca P/Localizacao e Func.	0,00	5	
756/0	A	111.03.01	Taxa de Licenca Para Obras	0,00	5	
759/5	A	111.03.01	Taxa de Outras Licencas	0,00	5	
762/5	A	111.03.01	Taxa de Coleta de Lixo	0,00	5	
765/0	A	111.03.01	Taxa de Expediente	0,00	5	
768/4	A	111.03.01	Taxa de Iluminacao Publica	0,00	5	
771/4	A	111.03.01	Taxa de Servicos Diversos	0,00	5	
774/9	A	111.03.01	Rendimento de Aplicacoes	0,00	5	
777/3	A	111.03.01	Convenio c/a Secretaria da Familia	0,00	5	
780/3	A	111.03.01	Convenio c/a Secret.da Agric.e Abast.	0,00	5	
783/8	A	111.03.01	Convenio c/a Secretaria da Fazenda	0,00	5	
786/2	A	111.03.01	Convenio c/a Secret.Seguranca Publica	0,00	5	
789/7	A	111.03.01	Convenio c/o Cons.Est.da Crianca	0,00	5	
792/7	A	111.03.01	Conv.c/o Minist.do Bem Estar Social	0,00	5	
795/1	A	111.03.01	Conv.c/o Minist.da Integracao Social	0,00	5	
798/6	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio da Saude	0,00	5	
801/0	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio da Agricultura	0,00	5	
804/4	A	111.03.01	Convenio c/o Minist.da Educ.e Desportos	0,00	5	
807/9	A	111.03.01	Convenio c/Secretaria da Saude	0,00	5	
714/5	A	111.03.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
692/0	A	111.03.01	CONVENIO C/A SECRETARIA DA SAUDE	0,00	5	
695/5	A	111.03.01	CONVENIO C/A SECRETARIA DA AGRIC.E ABAST	0,00	5	
698/0	A	111.03.01	CONVENIO C/A SEC.DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	5	
653/0	A	111.03.01	CON/C/SECRETARIA DES.SOCIAL DA FAMILIA	0,00	5	
699/8	A	111.03.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
687/4	A	111.03.01	Convenio c/BESC	0,00	5	
684/0	A	111.03.01	CONVENIO C/MINISTERIO DA SAUDE	0,00	5	
660/2	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao FNDE	0,00	5	
663/7	A	111.03.01	Convenio c/a Secret.de Segurnaca Publica	0,00	5	
666/1	A	111.03.01	Convenio c/Conselho Estadual da Crianca	0,00	5	
669/6	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao FNDE	0,00	5	
672/6	A	111.03.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	0,00	5	
675/0	A	111.03.01	Convenio c/Secret.Agric.e Abast.	0,00	5	
678/5	A	111.03.01	Convenio c/Secret.da Faz.e Planejamento	0,00	5	
681/5	A	111.03.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	0,00	5	
655/6	A	111.03.01	Convenio c/Secretaria da Familia	0,00	5	
810/9	A	111.03.01	Cota-Parte do ICMS-Exportacao	0,00	5	
518/5	A	111.03.01	Convenio c/Secret.da Faz. e Planejamento	0,00	5	
521/5	A	111.03.01	Convenio c/SUS	0,00	5	
812/5	A	111.03.01	Convenio c/Sec.Desen.Soc.Familia	0,00	5	
649/1	A	111.03.01	Cota Parte do FUNDEFUVAH	0,00	5	
644/0	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio do Meio Ambiente	0,00	5	
641/6	A	111.03.01	Convenio c/o Ministerio dos Transportes	0,00	5	
638/6	A	111.03.01	Convenio c/o DETER	0,00	5	
618/1	A	111.03.01	CONVENIO C/O MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
651/3	A	111.03.01	CONVENIO C/SEDUMA	0,00	5	
634/3	A	111.03.01	CONVENIO C/MINIST.DE PLANEJ.E ORCAMENTO	0,00	5	
506/7	A	111.03.01	CONVENIO C/MINISTERIO DA EDUCACAO/FNDE	0,00	5	
509/1	A	111.03.01	COMP.FIN.EXT.DE OLEO BRUTO,XISTO E GAS	0,00	5	
208/9	S	111.04	EXECUCAO DA RECEITA		4	
209/7	A	111.04.01	EXECUCAO DA RECEITA NO EXERCICIO	279.643,24	5	
220/8	S	112	DESPESA		3	
221/6	S	112.01	DESPESA FIXADA		4	
222/4	A	112.01.01	CREDITOS ORDINARIOS ORCAMENTARIOS	15.000.000,00	5	
223/2	A	112.01.02	CREDITOS ORDINARIOS SUPLEMENTARES	0,00	5	
224/0	A	112.01.03	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	5	
225/9	A	112.01.04	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5	
230/5	S	112.02	CREDITOS DISPONIVEIS		4	
000/2	A	112.02.01	Func.e Manut.da Camara de Vereadores	-758.000,00	5	
001/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Camara de Vereadores	-35.000,00	5	
002/9	A	112.02.01	Func.e Manut.da Camara de Vereadores	-90.000,00	5	
003/7	A	112.02.01	Func,e Manut.da Camara de Vereadores	-1.000,00	5	
004/5	A	112.02.01	Func.e Manut.da Camara de Vereadores	-8.000,00	5	
005/3	A	112.02.01	Func.e Manut.da Camara de Vereadores	-20.000,00	5	
006/1	A	112.02.01	Func.e Mnut.do Gabinete do Prefeito	-64.000,00	5	
007/0	A	112.02.01	Func.e Mnut.do Gabinete do Prefeito	-6.780,75	5	
008/8	A	112.02.01	Func.e Mnut.do Gabinete do Prefeito	-7.535,39	5	
009/6	A	112.02.01	Func.e Mnut.do Gabinete do Prefeito	-1.000,00	5	
010/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-630.000,00	5	
011/8	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-17.756,22	5	
012/6	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-224.974,66	5	
013/4	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-97.596,51	5	
014/2	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-455.000,00	5	
015/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-1.000,00	5	
016/9	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-20.000,00	5	
017/7	A	112.02.01	Func.e Manut.da Secret.da Aministracao	-2.000,00	5	
018/5	A	112.02.01	Aquisicao de Acoes	-1.000,00	5	
019/3	A	112.02.01	Aquisicao de Veiculos e Motos	-23.000,00	5	
020/7	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Faz.e Planej.	-355.000,00	5	
021/5	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Faz.e Planej.	-1.859,30	5	
022/3	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Faz.e Planej.	-287.100,00	5	
023/1	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Faz.e Planej.	-10.000,00	5	
024/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Assuntos Pol.e Adm.	-58.950,50	5	
025/8	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Assuntos Pol.e Adm.	-500,00	5	
026/6	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Assuntos Pol.e Adm.	-2.500,00	5	
027/4	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Assuntos Pol.e Adm.	-1.000,00	5	
028/2	A	112.02.01	Construcao de Um Portal Turistico	-20.000,00	5	
029/0	A	112.02.01	Promocao do Esporte Amador	-1.000,00	5	
030/4	A	112.02.01	Promocao do Esporte Amador	-17.944,78	5	
031/2	A	112.02.01	Promocao do Esporte Amador	-5.000,00	5	
032/0	A	112.02.01	Promocao do Esporte Amador	-1.500,00	5	
033/9	A	112.02.01	Promocao do Esporte Amador	-1.500,00	5	
034/7	A	112.02.01	Incentivo a Cultura	-5.000,00	5	
035/5	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Cult.Desp.e Turismo	-78.000,00	5	
036/3	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Cult.Desp.e Turismo	-2.468,30	5	
037/1	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Cult.Desp.e Turismo	-16.000,00	5	
038/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Cult.Desp.e Turismo	-4.000,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
039/8	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Cult.Desp.e Turismo	-2.000,00	5	
040/1	A	112.02.01	Promocao do Turismo	-7.905,00	5	
041/0	A	112.02.01	Promocao de Turismo	-4.000,00	5	
042/8	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-136.000,00	5	
043/6	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-6.391,35	5	
044/4	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-12.065,00	5	
045/2	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-3.000,00	5	
046/0	A	112.02.01	Construcao e Ampliacao de Escola	-10.000,00	5	
047/9	A	112.02.01	Construcao e Ampliacao de Escola	-189.600,00	5	
048/7	A	112.02.01	Aquisicao de Veiculos	-50.000,00	5	
049/5	A	112.02.01	Aquisicao de Veiculos	-100.000,00	5	
050/9	A	112.02.01	Manutencao de Creches	-220.000,00	5	
051/7	A	112.02.01	Manutencao de Creches	-10.000,00	5	
052/5	A	112.02.01	Manutencao de Creches	-152.593,78	5	
053/3	A	112.02.01	Manutencao de Creches	-360.000,00	5	
054/1	A	112.02.01	Manutencao de Creches	-4.000,00	5	
055/0	A	112.02.01	Manutencao do Ensino Pre-Escolar	-100.000,00	5	
056/8	A	112.02.01	Manutencao do Ensino Pre-Escolar	-5.000,00	5	
057/6	A	112.02.01	Manutencao do Ensino Pre-Escolar	-31.201,67	5	
058/4	A	112.02.01	Manutencao do Ensino Pre-Escolar	-4.500,00	5	
059/2	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-450.754,63	5	
060/6	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-910.803,35	5	
061/4	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-4.723,80	5	
062/2	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-37.432,27	5	
063/0	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-2.745,90	5	
064/9	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-107.627,50	5	
065/7	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-5.000,00	5	
066/5	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-1.012.083,18	5	
067/3	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-10.000,00	5	
068/1	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-12.600,00	5	
069/0	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-17.400,00	5	
070/3	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-7.010,00	5	
071/1	A	112.02.01	Func.e Manut.de Ensino Regular	-15.000,00	5	
072/0	A	112.02.01	Func.e Manut.do Transporte Escolar	-30.000,00	5	
073/8	A	112.02.01	Func.e Manut.do Transporte Escolar	-2.000,00	5	
074/6	A	112.02.01	Func.e Manut.do Transporte Escolar	-87.000,00	5	
075/4	A	112.02.01	Func.e Manut.do Transporte Escolar	-5.000,00	5	
076/2	A	112.02.01	Func.e Manut.do Transporte Escolar	-40.000,00	5	
077/0	A	112.02.01	Merenda Escolar	-576.951,70	5	
078/9	A	112.02.01	Func.e Manut.da Biblioteca Publica	-40.000,00	5	
079/7	A	112.02.01	Func.e Manut.da Biblioteca Publica	-1.000,00	5	
080/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Biblioteca Publica	-1.500,00	5	
081/9	A	112.02.01	Func.e Manut.da Biblioteca Publica	-3.000,00	5	
082/7	A	112.02.01	Func.e Manut.da Biblioteca Publica	-2.500,00	5	
083/5	A	112.02.01	Auxilio a APAE	0,00	5	
084/3	A	112.02.01	Protecao da Crianca e Adolescente	-3.000,00	5	
085/1	A	112.02.01	Protecao da Crianca e Adolescente	-29.746,40	5	
086/0	A	112.02.01	Protecao da Crianca e Adolescente	-87.459,61	5	
087/8	A	112.02.01	Protecao da Crianca e Adolescente	-20.000,00	5	
088/6	A	112.02.01	Contrib.ao Fdo Munic.de Assist.Social	0,00	5	
089/4	A	112.02.01	Contrib.ao Fdo Municipal de Saude	0,00	5	
090/8	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Ind. e Comercio	-30.000,00	5	
091/6	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Ind. e Comercio	-3.000,00	5	
092/4	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Ind. e Comercio	-5.000,00	5	
093/2	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Ind. e Comercio	-15.000,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
094/0	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.Ind. e Comercio	-160.000,00	5	
095/9	A	112.02.01	Aquisicao de Eqtos e Imp.Agricola	-70.000,00	5	
096/7	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Agric.e Pesca	-62.000,00	5	
097/5	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Agric.e Pesca	-49.201,85	5	
098/3	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Agric.e Pesca	-12.972,40	5	
099/1	A	112.02.01	Func.e Manu.da Secret.da Agric.e Pesca	-12.000,00	5	
100/9	A	112.02.01	Func.e Manut.da Sec.da Agric.e Pesca	-15.000,00	5	
101/7	A	112.02.01	Construcao de Secretaria	-20.000,00	5	
102/5	A	112.02.01	Ampliacao do Cemiterio Publico	-15.000,00	5	
103/3	A	112.02.01	Construcao de Pracas e Passeio Publico	-7.000,00	5	
104/1	A	112.02.01	Construcao de Rede de Esgoto Pluviais	-30.000,00	5	
105/0	A	112.02.01	Construcao de uma Garagem	-20.000,00	5	
106/8	A	112.02.01	Construcao de Pontes e Bueiros	-30.000,00	5	
107/6	A	112.02.01	Aquisicao de Eqtos Rodoviaris	-130.000,00	5	
108/4	A	112.02.01	Construcao de Abrigos	-10.000,00	5	
109/2	A	112.02.01	Asfaltamento de Ruas	-40.000,00	5	
110/6	A	112.02.01	Pavimentacao de Ruas	-154.500,00	5	
111/4	A	112.02.01	Abertura de Ruas	-30.000,00	5	
112/2	A	112.02.01	Conservacao e Manutencao do Cemiterio	-2.500,00	5	
113/0	A	112.02.01	Conservacao e Manutencao do Cemiterio	-2.347,42	5	
114/9	A	112.02.01	Manutencao da Iluminacao Publica	-6.000,00	5	
115/7	A	112.02.01	Manutencao da Iluminacao Publica	-890.000,00	5	
116/5	A	112.02.01	Recuperacao de Redes de Esgoto Pluviais	-20.000,00	5	
117/3	A	112.02.01	Recuperacao de Redes de Esgoto Pluviais	-7.000,00	5	
118/1	A	112.02.01	Funcionamento e Manutencao do DMER	-1.050.000,00	5	
119/0	A	112.02.01	Funcionamento e Manutencao do DMER	-235.785,46	5	
120/3	A	112.02.01	Funcionamento e Manutencao do DMER	-77.393,90	5	
121/1	A	112.02.01	Funcionamento e Manutencao do DMER	-5.000,00	5	
122/0	A	112.02.01	Manutencao do Trafego Urbano	-3.000,00	5	
123/8	A	112.02.01	Manutencao do Trafego Urbano	-143.823,03	5	
124/6	A	112.02.01	Manutencao do Trafego Urbano	-9.400,00	5	
125/4	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-180.000,00	5	
126/2	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-101.012,00	5	
127/0	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-88.290,00	5	
128/9	A	112.02.01	Conservacao de Vias Urbanas	-5.000,00	5	
129/7	A	112.02.01	Construcao de Casas Populares	-60.000,00	5	
130/0	A	112.02.01	Manutencao do Parque Ecologico	-6.000,00	5	
131/9	A	112.02.01	Manutencao do Parque Ecologico	-3.942,60	5	
132/7	A	112.02.01	Func.e Manut.Sec.Meio Amb.Mig.e Habit.	-43.000,00	5	
133/5	A	112.02.01	Func.e Manut.Sec.Meio Amb.Mig.e Habit.	-3.000,00	5	
134/3	A	112.02.01	Func.e Manut.Sec.Meio Amb.Mig.e Habit.	-6.000,00	5	
135/1	A	112.02.01	Func.e Manut.Sec.Meio Amb.Mig.e Habit.	-14.000,00	5	
136/0	A	112.02.01	Part.em Projetos da Reg.Metropolitana	-1.000,00	5	
137/8	A	112.02.01	Amortizacao e Encargos da Divida Interna	-386.316,44	5	
138/6	A	112.02.01	Amortizacao e Encargos da Divida Interna	-396.189,49	5	
139/4	A	112.02.01	Contribuicao a Assoc.dos Municipios	0,00	5	
140/8	A	112.02.01	Contribuicao Previdenciaria	-77.610,33	5	
141/6	A	112.02.01	Cont.p/Form.do Serv.Publico-PASEP	-147.500,00	5	
142/4	A	112.02.01	Reserva de Contingencia	-234.525,00	5	
340/9	S	112.03	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR		4	
341/7	A	112.03.01	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	-1.550.539,48	5	
342/5	S	112.04	EXECUCAO DA DESPESA		4	
343/3	A	112.04.01	EXECUCAO DA DESPESA NO EXERCICIO	-59.589,05	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIÃO
000/0	S	113	CONVERSÃO MONETARIA		3	
001/8	S	113.01	CONVERSÃO MONETARIA		4	
002/6	A	113.01.01	CONVERSÃO MONETARIA	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
496/0	S	2	SISTEMA FINANCEIRO		1	
497/9	S	21	ATIVO FINANCEIRO		2	
498/7	S	211	DISPONIVEL		3	
499/5	S	211.01	CAIXA		4	1.111110000
500/2	A	211.01.01	TESOURARIA GERAL	0,00	5	
515/0	S	211.02	BANCO C/ MOVIMENTO		4	1.111129999
501/0	A	211.02.01	BESC S/A C/MOVIMENTO 000391-8	286,90	5	
502/9	A	211.02.01	BESC S/A C/DIVIDA ATIVA 001036-1	721,66	5	
503/7	A	211.02.01	BESC S/A C/CME 008.379-2	0,00	5	
504/5	A	211.02.01	BCO MERID.DO BRASIL S/A C/MOVT0 00356-9	1.614,84	5	
505/3	A	211.02.01	BRADESCO S/A C/MOVIMENTO 370-0	1.684,90	5	
506/1	A	211.02.01	BCO DO BRASIL S/A C/MOVIMENTO 300.141-5	1.990,51	5	
508/8	A	211.02.01	CX ECO.FEDERAL S/A C/MOVIMENTO 002-2	6.073,28	5	
512/6	A	211.02.01	BESC S/A C/CONTRIB.DE MELHORIA C/9357-7	0,00	5	
523/1	A	211.02.01	BESC S/A C/COBRA.DIVIDA ATIVA C/19.160.9	14.429,36	5	
619/0	A	211.02.01	BESC S/A CONTA LEILAO N.020.178-7	17.300,00	5	
530/4	S	212	VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA		3	
531/2	S	212.01	BANCOS C/ VINCULADA		4	2.112519900
509/6	A	212.01.01	BESC S/A C/PROURB REC.REEMB. 005.788-0	0,00	5	
510/0	A	212.01.01	CX ECO.FED.S/A C/FPM 01-4	0,00	5	
513/4	A	212.01.01	BESC S/A C/FPM-7.964-7	0,00	5	
514/2	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A C/LBA 004.128-9	0,00	5	
516/9	A	212.01.01	BESC S/A C/CONV. SANTUR/009.134-5	0,00	5	
517/7	A	212.01.01	BESC S/A C/SEC.EST.SAUDE 002.773-6	0,00	5	
532/0	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A C/FPM 300.145-8	11.113,90	5	
533/9	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A C/PBN 302.363-X	0,00	5	
534/7	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A C/SUS 002.102-4	0,00	5	
536/3	A	212.01.01	BESC S/A C/CONVENIO SSP 003.547-0	5.645,65	5	
537/1	A	212.01.01	BESC S/A C/CONVENIO M.T.P.M 005.486-5	194,17	5	
538/0	A	212.01.01	BESC S/A C/MULTA-TPC 005.487-3	19.824,96	5	
539/8	A	212.01.01	BESC S/A C/CONV.MULTA TRANS. 005.488-1	14.796,74	5	
540/1	A	212.01.01	BESC S/A C/LBA 001.821-4	0,00	5	
541/0	A	212.01.01	BESC S/A C/AUX.DO GOVERNO 000.110-9	0,00	5	
542/8	A	212.01.01	BESC S/A C/SEC.DA EDUCACAO 002.778-7	0,00	5	
543/6	A	212.01.01	BESC S/A C/PROURB REC.PROP.MUN.005.790-2	0,00	5	
544/4	A	212.01.01	BESC S/A C/PROURB REC.NAO REEMB.005789-9	0,00	5	
548/7	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A CTA FNDE 4132-7	0,00	5	
549/5	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A CTA FNDE 4.133-5	0,00	5	
550/9	A	212.01.01	CX ECON FED SC/CTA 3.0/PRODURB/PROBAS	0,00	5	
551/7	A	212.01.01	BESC S/A CONVENIO SEDEC/C N/7.011-9	0,00	5	
552/5	A	212.01.01	B. DO BRASIL S/A-CONV. SEDEC.-CN4992-1	0,00	5	
553/3	A	212.01.01	CAIXA ECON.FED.SC. C/AREA IND.C/N 5/7	0,00	5	
554/1	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A C/COMP.FIN.EXP.REC.MIN	0,00	5	
555/0	A	212.01.01	BESC S/A COV.SEC.AGR.E ABAS.C/011.719-0	0,00	5	
556/8	A	212.01.01	BANCO DO BRASIL S/A C/FIA N 5.777-0	23,29	5	
557/6	A	212.01.01	BESC S/A C/FIA C/N 11.529-5	0,00	5	
558/4	A	212.01.01	CX.ECON.FED.DE SC C/EMPRESTIMO-007/3	0,00	5	
559/2	A	212.01.01	BCO BRASIL CTA CONV. NRO 5.994-3	0,00	5	
573/8	A	212.01.01	BESC S/A C/CONV.SEC.SAUDE C/C. 000109-5	0,00	5	
574/6	A	212.01.01	BESC S/A C/CONVENIO SEC.EDUC.C/12.580-0	0,00	5	
578/9	A	212.01.01	BESC S/A CONV.SECRET.DA FAMIL.C/16514-4	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIÃO
579/7	A	212.01.01	BESC SA C/SEC.JUST.CONT.I.R.C/N 11.528-7	0,00	5	
580/0	A	212.01.01	B.DO BRASIL S/A C/CONV.CBIA C/N 6.468-8	0,00	5	
581/9	A	212.01.01	B.DO BRASIL S/A C/F.N.D.E. C/ N 6.220-0	0,00	5	
582/7	A	212.01.01	BANCO DO BRASIL S/A CONV/FAE 6523-4	0,00	5	
572/0	A	212.01.01	BESC S/A C/CONV.SEC. E AGR.C/N 12.427-8	0,00	5	
583/5	A	212.01.01	BESC S/A CTA CONV.EDUCACAO C/014.731-6	0,00	5	
584/3	A	212.01.01	BESC S/A C/CONV.PROG.N.TRANSP.C/015469-0	0,00	5	
591/6	A	212.01.01	BESC S/A CONV/CESTA BASICA C/N 015.468-1	0,00	5	
592/4	A	212.01.01	BESC S/A-CONVENIO DETER C/15.717-6	0,00	5	
593/2	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A CONV/INAN LEITE-6105-0	0,00	5	
594/0	A	212.01.01	BESC S/A C/FUNDO MUNI.HABIT.C/016.352-4	0,00	5	
595/9	A	212.01.01	BESC S/A C/SEF.SEC.DA FAZE .C/N 16.832-1	0,00	5	
596/7	A	212.01.01	BESC S/A C/SEC.DES.SIC.FAMIL.C/016.826-7	0,00	5	
597/5	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A-ICMS EXPORT.283.141-4	7.101,78	5	
598/3	A	212.01.01	BESC S/A C/N 17.897-1	0,00	5	
599/1	A	212.01.01	B.BRASIL C/D.N.PROD.MINERAL C/N 7.742-9	0,00	5	
535/5	A	212.01.01	B.DO BRASIL C/N.58.021-X-F.D.E.F.V.MAGIS	84.569,94	5	
637/8	A	212.01.01	CX.ECONOMICA FED.DE SC-C/C 0060-3	0,00	5	
522/3	A	212.01.01	B.DO BRASIL C/FUN.NAC.DES.EDUC.C/7.722-4	0,00	5	
524/0	A	212.01.01	B.DO.BRASIL C/SEC.REC.HIDRICOS C/7.870-0	124.316,58	5	
526/6	A	212.01.01	B.BRASIL C/MER.ESC.FNDE MEC C/ 50.001-1	202.064,70	5	
527/4	A	212.01.01	BCO DO BRASIL CONV/MEC/FAE-58.040-6	0,00	5	
525/8	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A-FNDE C/C 001.217-3	7.386,97	5	
528/2	A	212.01.01	CX.ECON.FED.STA CAT.CONV/MIN.PLANEJ.ORG.	0,00	5	
620/3	A	212.01.01	BCO DO BRASIL CONV/FNDE C/005.122-5	51.507,80	5	
621/1	A	212.01.01	BANCO DE BRASIL S/A/FNDE C/C 5.108-X	1.442,79	5	
622/0	A	212.01.01	BANCO DO BRASIL S/A C/ABRIGO C/5048-2	0,00	5	
623/8	A	212.01.01	BCO DO BRASIL S/A-FNDE C/5.287-6	2.486,90	5	
624/6	A	212.01.01	BANCO DO BRASIL S/A CTA 5.312-0	0,08	5	
545/2	S	213	APLICACOES FINANCEIRAS		3	1.112199900
546/0	S	213.01	APLICACOES NO MERCADO ABERTO		4	
560/6	S	214	REALIZAVEL		3	1.112199900
561/4	S	214.01	PAGAMENTOS ANTECIPADOS		4	
562/2	A	214.01.01	ANTECIPACOES I.A.P.A.S.	0,00	5	
563/0	A	214.01.02	ANTECIPACOES IPESC	0,00	5	
564/9	A	214.01.03	ANTECIPACOES PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	5	
565/7	A	214.01.04	SALARIO FAMILIA-I.A.P.A.S.	0,00	5	
566/5	A	214.01.05	SALARIO MATERNIDADE - I.A.P.A.S.	0,00	5	
567/3	A	214.01.06	ANTECIPACOES SEGURO	4.610,76	5	
568/1	A	214.01.07	NIRDA IRENE MARTINS	0,00	5	
569/0	A	214.01.08	SANTINO JOAO BOTELHO	0,00	5	
570/3	A	214.01.09	MOISES MAURILO MAZZOLA	0,00	5	
571/1	A	214.01.10	ESTEFANO H.BROERING NETO	0,00	5	
612/2	A	214.01.11	ANTECIPACOES DE VALE REFEICIQUE	0,00	5	
613/0	A	214.01.13	ANTECIPACOES SINDICATO	0,00	5	
614/9	A	214.01.14	ANTECIP. AO HIPER CHEQUE FARMACIA	0,00	5	
615/7	A	214.01.15	ANTECIPAC. AO SUPERMERCADO ROSA	0,00	5	
575/4	S	214.02	DEVEDORES DIVERSOS		4	
576/2	A	214.02.01	DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	5	
577/0	A	214.02.02	CELESC C/ TIP	177.040,46	5	
585/1	S	214.03	RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS		4	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIÃO
586/0	A	214.03.01	ADIANTAMENTOS NAO COMPROVADOS	0,00	5	
587/8	A	214.03.02	DESVIOS, DESFALQUES E FALTAS	0,00	5	
588/6	A	214.03.03	PAGAMENTOS INDEVIDOS	0,00	5	
589/4	A	214.03.04	DESPESAS IRREGULARES	0,00	5	
590/8	A	214.03.05	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	5	
600/9	S	214.04	OUTRAS OPERACOES		4	
601/7	A	214.04.01	ADQUIRINTE DE BENS PATRIMONIAIS	0,00	5	
602/5	A	214.04.02	FORNECEDORES C/ DEVOLUCAO DE COMPRAS	0,00	5	
603/3	A	214.04.03	CHEQUES A RECEBER	0,00	5	
604/1	A	214.04.04	FORNECEDORES C/ ADIANTAMENTO	0,00	5	
605/0	A	214.04.05	CREDITOS DE RECEBIMENTOS INCERTOS	0,00	5	
606/8	A	214.04.06	CONTRIBUICAO P/ I.A.P.A.S. - 13o SALARIO	0,00	5	
607/6	A	214.04.07	AUTARQUIAS	0,00	5	
608/4	A	214.04.08	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	0,00	5	
609/2	A	214.04.09	EMPRESAS PUBLICAS	0,00	5	
610/6	A	214.04.10	FUNDACOES	0,00	5	
611/4	A	214.04.11	CONSORCIOS	0,00	5	
630/0	S	214.05	SUPRIMENTOS		4	
631/9	A	214.05.01	CAMARA MUNICIPAL C/ SUPRIMENTOS	0,00	5	
650/5	S	214.06	APLICACOES A PRAZO FIXO		4	
700/5	S	22	PASSIVO FINANCEIRO		2	
701/3	S	221	EXIGIVEL		3	
702/1	S	221.01	RESTOS A PAGAR		4	4.212160102
703/0	A	221.01.01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 1997	0,00	5	
813/3	A	221.01.01	RESTOS A PAGAR PROCESSADO 1998	0,00	5	
814/1	A	221.01.01	RESTOS A PAGA NAO PROCESSADOS 1998	157.906,86	5	
704/8	A	221.01.02	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 1997	-151.858,33	5	
705/6	A	221.01.03	RESIDUOS REINSCRITOS	-254.592,78	5	
715/3	S	221.02	DEBITO DA TESOUREARIA		4	
716/1	A	221.02.01	EMPRESTIMOS P/ ANTECIPACAO DA RECEITA	-140.000,00	5	4.212229900
725/0	S	221.03	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		4	
726/9	A	221.03.01	I.N.S.S.	-15.695,89	5	4.211110100
727/7	A	221.03.02	IPESC	-349.983,80	5	4.211499900
728/5	A	221.03.03	SEGUROS	-761,52	5	4.211499900
729/3	A	221.03.04	PENSOES ALIMENTICIAS	-1.461,15	5	4.211499900
730/7	A	221.03.05	ASSOCIACAO DE VEREAD.E FUNC.DA CAMARA	-1.102,37	5	4.211499900
731/5	A	221.03.06	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	-4.000,00	5	4.211499900
732/3	A	221.03.07	DEPOSITO A QUEM DE DIREITO	0,00	5	4.211499900
733/1	A	221.03.08	SINDICATO	-5.511,26	5	4.211499900
734/0	A	221.03.09	DEPOSITO ESPECIAL	0,00	5	4.211499900
735/8	A	221.03.10	VALE TRANSPORTE	0,00	5	4.211499900
736/6	A	221.03.11	VALE SUPERMERCADO	-881,61	5	4.211499900
737/4	A	221.03.12	IRRF-DOS VEREADORES E FUNC.DA CAMARA	0,00	5	4.211499900
738/2	A	221.03.13	PENSAO ALIMENTICIA- JUDICIAL	0,00	5	4.211499900
739/0	A	221.03.14	MENSALIDADE ESCOLAR	-700,00	5	4.211499900
740/4	A	221.03.15	DESCONTOS DIVERSOS	-1.192,00	5	4.211499900
741/2	A	221.03.16	CONTRIBUICAO PARTIDARIA	-488,37	5	4.211499900
745/5	A	221.03.17	JORNAL/CAMARA MUNICIPAL	0,00	5	
723/4	A	221.03.17	HOSP.REG.DE SAO JOSE	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
547/9	A	221.03.17	FINACIAMENTO RSPP	-8.392,29	5	
724/2	A	221.03.18	VALE REFEICHEQUE ADM. LTDA	0,00	5	
529/0	A	221.03.19	HIPER CHEQUE FARMACIA	-1.380,91	5	
750/1	S	221.04	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR		4	4.212219900
000/7	A	221.04.01	IMPLANTACAO DO SISTEMA	0,00	5	
002/3	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA BADESC	-3.240,66	5	
003/1	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA INSS	-0,29	5	
004/0	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA PASEP	0,00	5	
005/8	A	221.04.01	CONSORCIO RODABENS	0,00	5	
008/2	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA - FIGUERAS	0,00	5	
244/1	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA FGTS	0,00	5	
257/3	A	221.04.01	FGTS/CEF/SC	0,00	5	
263/8	A	221.04.01	INSS	0,00	5	
283/2	A	221.04.01	BESC S/A	0,00	5	
313/8	A	221.04.01	DIVIDA FDA INTERNA/CEF/SC/PRODURB/PROBAS	0,00	5	
353/7	A	221.04.01	IPESC DIVIDA CONFESSADA	0,00	5	
874/1	A	221.04.01	RODOBENS ADMINISTRACAO E PROMOCOES LTDA	0,00	5	
725/2	A	221.04.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA EBTU/SEC,TES.NAC.	0,00	5	
729/5	A	221.04.01	PASEP	0,00	5	
091/1	A	221.04.01	COMPANHIA E HABIT. DO ESTADO SC COHAB	0,00	5	
526/3	A	221.04.01	PARANA EQUIPAMENTOS S.A.	-14.703,96	5	
454/7	A	221.04.01	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E AB	-90,72	5	
999/3	A	221.04.01	BANCO DO BRASIL S/A	0,00	5	
500/8	S	221.05	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR		4	4.212219900
501/6	S	221.06	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR		4	4.212219900
502/4	A	221.06.01	(FOLHA DE PAGAMENTO)	-704.792,33	5	
503/2	A	221.06.02	(ENCARGOS PREVIDENCIARIOS)	-5.564,17	5	
550/4	S	23	CONTAS OPERACIONAIS DO EXERCICIO		2	
810/4	S	231	RECEITA E DESPESA		3	
551/2	S	231.01	RECEITA ORCAMENTARIA		4	
706/4	A	231.01.01	Convenio c/Minist.da Educacao-MEC/FAE	0,00	5	
709/9	A	231.01.01	Convenio c/Minist.do Bem Estar Soc.CBIA	0,00	5	
717/0	A	231.01.01	CONV.C/SECRET.EDUCACAO CULTURA E DESP.	0,00	5	
720/0	A	231.01.01	CONVENIO C/SECRET.EDUC.CULTURA E DESP.	0,00	5	
744/7	A	231.01.01	Convenio c/a Secretaria da Agric.e Abast	0,00	5	
746/3	A	231.01.01	Convenio c/a SANTUR	0,00	5	
751/0	A	231.01.01	Taxa de Licenca P/Localizacao e Func.	-179.453,09	5	
754/4	A	231.01.01	Taxa de Licenca Para Obras	-56.732,40	5	
757/9	A	231.01.01	Taxa de Outras Licencas	-539,42	5	
760/9	A	231.01.01	Taxa de Coleta de Lixo	-301.766,61	5	
763/3	A	231.01.01	Taxa de Expediente	-127.614,07	5	
766/8	A	231.01.01	Taxa de Iluminacao Publica	-786.919,21	5	
769/2	A	231.01.01	Taxa de Servicos Diversos	0,00	5	
772/2	A	231.01.01	Rendimento de Aplicacoes	-22.335,86	5	
775/7	A	231.01.01	Convenio c/a Secretaria da Familia	0,00	5	
778/1	A	231.01.01	Convenio c/a Sec.da Agric.e Abast.	0,00	5	
781/1	A	231.01.01	Convenio c/a Secretaria da Fazenda	0,00	5	
784/6	A	231.01.01	Convenio c/a Secret.Seguranca Publica	-4.931,31	5	
787/0	A	231.01.01	Convenio c/o Cons.Est. da Crianca	0,00	5	
790/0	A	231.01.01	Conv.c/o Minist.do Bem Estar Social	0,00	5	
793/5	A	231.01.01	Conv.c/o Minist.da Integracao Social	0,00	5	
796/0	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio da Saude	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAD
799/4	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio da Agricultura	0,00	5	
802/8	A	231.01.01	Convenio c/o Minist.da Educ.e Desportos	0,00	5	
805/2	A	231.01.01	Convenio c/Secretaria da Saude	0,00	5	
552/0	A	231.01.01	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	0,00	5	
553/9	A	231.01.01	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	0,00	5	
554/7	A	231.01.01	IMPOSTO SOBRE A PROPRIED.RURAL E TERRITO	0,00	5	
555/5	A	231.01.01	IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL E TERRIT.URBANA	-527.227,10	5	
556/3	A	231.01.01	PESSOAS FISICAS	0,00	5	
557/1	A	231.01.01	PESSOAS JURIDICAS	0,00	5	
558/0	A	231.01.01	RETIDO NAS FONTES	0,00	5	
559/8	A	231.01.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDAPESSOAS FISICA	0,00	5	
560/1	A	231.01.01	ADICIONAL IMPOSTO S/RENDAPESSOAS JURIDI	0,00	5	
561/0	A	231.01.01	IMPOSTO SOBRE PROPRIED.DE VEIC.AUTOMOTOR	0,00	5	
562/8	A	231.01.01	IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS	0,00	5	
563/6	A	231.01.01	IMP.S/TRANS.CAUSA MORTIS,DOACAO BENS DIR	0,00	5	
564/4	A	231.01.01	IMP.S/TRANS.INTER VIVOS,BENS IMOVEIS	-224.647,71	5	
565/2	A	231.01.01	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	0,00	5	
566/0	A	231.01.01	IMP.OP.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSF.-ICMS	0,00	5	
567/9	A	231.01.01	IMP.S/OPER.CREDITO,CAMBIO E SEGURO	0,00	5	
568/7	A	231.01.01	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	-539.273,50	5	
569/5	A	231.01.01	IMP.S/VENDAS A VAREJO,COMBUST.LIQ.E GAS.	0,00	5	
570/9	A	231.01.01	IMPOSTOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5	
571/7	A	231.01.01	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0,00	5	
572/5	A	231.01.01	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	5	
573/3	A	231.01.01	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	-48.037,50	5	
574/1	A	231.01.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	5	
575/0	A	231.01.01	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	5	
576/8	A	231.01.01	RECEITAS IMOBILIARIAS	-1.270,52	5	
577/6	A	231.01.01	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	-0,18	5	
578/4	A	231.01.01	RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	0,00	5	
579/2	A	231.01.01	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	5	
580/6	A	231.01.01	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	0,00	5	
581/4	A	231.01.01	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	5	
582/2	A	231.01.01	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	5	
583/0	A	231.01.01	RECEITA DA INDUSTR. EXTRATIVA MINERAL	0,00	5	
584/9	A	231.01.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	5	
585/7	A	231.01.01	RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	0,00	5	
586/5	A	231.01.01	RECEITA DE SERV.INDUST.DE UTILID.PUBLICA	0,00	5	
587/3	A	231.01.01	RECEITAS DE SERVICOS	0,00	5	
588/1	A	231.01.01	TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
589/0	A	231.01.01	TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	0,00	5	
590/3	A	231.01.01	TRANSFERENCIA DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
591/1	A	231.01.01	COTA-PARTE FUNDO PART.DOS ESTADOS E DF	0,00	5	
592/0	A	231.01.01	COTA-PARTE FUNDO DE PARTIC. MUNICIPIOS	-4.433.383,49	5	
593/8	A	231.01.01	TRANSF.IRRF (ART.157,158 DA CONST.FED.)	-34.319,20	5	
594/6	A	231.01.01	COTA-PARTE IMP.S/PROPR.TERRITORIAL RURAL	-8.868,50	5	
595/4	A	231.01.01	COTA-PARTE IPI E IR - PROD.FINANC.S/PROD	0,00	5	
596/2	A	231.01.01	COTA-PARTE IPI - EST.EXPORT.DE PROD.IND.	0,00	5	
597/0	A	231.01.01	COTA-PARTE DA CONTRIB. SALARIO-EDUCACAO	0,00	5	
598/9	A	231.01.01	COTA-PARTE VALOR DO PETR.BRUTO PROD.NAC.	0,00	5	
599/7	A	231.01.01	COTA-PARTE IOC,CAMB.SEG, COMERC.OURD	0,00	5	
600/4	A	231.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
601/2	A	231.01.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	5	
602/0	A	231.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
603/9	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
604/7	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	5	
605/5	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	5	
606/3	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0,00	5	
607/1	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	5	
608/0	A	231.01.01	MULTAS E JUROS DE MORA	-290.467,59	5	
609/8	A	231.01.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	-521,99	5	
610/1	A	231.01.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	-432.493,33	5	
611/0	A	231.01.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	0,00	5	
612/8	A	231.01.01	RECEITAS DIVERSAS	-361.203,46	5	
613/6	A	231.01.01	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	5	
614/4	A	231.01.01	OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	5	
615/2	A	231.01.01	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	-17.300,00	5	
616/0	A	231.01.01	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	5	
617/9	A	231.01.01	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	5	
618/7	A	231.01.01	TRANSFERENCIA DA UNIAO	0,00	5	
619/5	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
620/9	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
621/7	A	231.01.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	0,00	5	
622/5	A	231.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	5	
623/3	A	231.01.01	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	5	
624/1	A	231.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
625/0	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	0,00	5	
626/8	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	5	
627/6	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	5	
628/4	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0,00	5	
629/2	A	231.01.01	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	5	
630/6	A	231.01.01	INDENIZACAO P/EXTRA.DO PETR.XISTO E GAS	-6.286,03	5	
631/4	A	231.01.01	INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	5	
632/2	A	231.01.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	5	
633/0	A	231.01.01	CONVENIO CON O SUDS	0,00	5	
634/9	A	231.01.01	OUTROS CONVENIOS	0,00	5	
635/7	A	231.01.01	IMP.OP.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.-ICMS	-1.666.208,20	5	
636/5	A	231.01.01	IMPOSTO S/PROPR.VEICULOS AUTOMOT.- IPVA	-614.137,93	5	
637/3	A	231.01.01	COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	-129.930,77	5	
638/1	A	231.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	5	
639/0	A	231.01.01	TARIFA DE CONSUMO DE AGUA	0,00	5	
640/3	A	231.01.01	TARIFA DE AGUA RESIDENCIAL	0,00	5	
641/1	A	231.01.01	TARIFA DE AGUA COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
642/0	A	231.01.01	TARIFA DE AGUA PODERES PUBLICOS	0,00	5	
643/8	A	231.01.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
644/6	A	231.01.01	TARIFA DE COLETA DE ESGOTOS	0,00	5	
645/4	A	231.01.01	TARIFA DE ESGOTO RESIDENCIAL	0,00	5	
646/2	A	231.01.01	TARIFA DE ESGOTO COMERCIAL/INDUSTRIAL	0,00	5	
647/0	A	231.01.01	TARIFA DE ESGOTO PODERES PUBLICOS	0,00	5	
648/9	A	231.01.01	OUTRAS TARIFAS	0,00	5	
649/7	A	231.01.01	OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	5	
617/1	A	231.01.01	LIGACAO	0,00	5	
618/0	A	231.01.01	DESLIGACAO	0,00	5	
619/8	A	231.01.01	RELIGACAO	0,00	5	
620/1	A	231.01.01	EXPEDIENTE	0,00	5	
621/0	A	231.01.01	AFERICAO DE HIDROMETRO	0,00	5	
622/8	A	231.01.01	CONSERVACAO	0,00	5	
623/6	A	231.01.01	OUTRAS RECEITAS	0,00	5	
712/9	A	231.01.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
690/4	A	231.01.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA SAUDE	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIÃO
693/9	A	231.01.01	CONVENIO C/A SECRETARIA DA AGRIC.E ABAST	0,00	5	
696/3	A	231.01.01	CONVENIO C/A SECR.DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	5	
652/1	A	231.01.01	CONV/C/SECRETARIA DES.SOCIAL DA FAMILIA	0,00	5	
688/2	A	231.01.01	CONVENIO C/SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5	
685/8	A	231.01.01	Convenio c/BESC	0,00	5	
682/3	A	231.01.01	CONVENIO C/MINISTERIO DA SAUDE	0,00	5	
658/0	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao/FNDE	-886.378,80	5	
661/0	A	231.01.01	Convenio c/a Secret.de Seguranca Publica	-180.114,18	5	
664/5	A	231.01.01	Convenio c/Conselho Estadual da Crianca	0,00	5	
667/0	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio da Educacao FNDE	-50.000,00	5	
670/0	A	231.01.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	0,00	5	
673/4	A	231.01.01	Convenio c/Secret.da Agric.e Abast.	0,00	5	
676/9	A	231.01.01	Convenio c/Secret.da Faz.e Planejamento	0,00	5	
679/3	A	231.01.01	Convenio c/Secret.da Educacao e Cultura	-1.750,00	5	
656/4	A	231.01.01	Convenio c/Secretaria da Familia	0,00	5	
808/7	A	231.01.01	Cota-Parte do ICMS-Exportacao	-89.381,04	5	
507/0	A	231.01.01	Convenio c/Secret.da Faz. e Planejamento	-20.892,34	5	
519/3	A	231.01.01	Convenio c/SUS	0,00	5	
749/8	A	231.01.01	Convenio c/Sec.Desen.Soc.Familia	-5.050,00	5	
647/5	A	231.01.01	Cota.Parte do FUNDEFUVAN	-1.511.764,86	5	
646/7	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio do Meio Ambiente	0,00	5	
643/2	A	231.01.01	Convenio c/o Ministerio dos Transportes	0,00	5	
640/8	A	231.01.01	Convenio c/o DETER	0,00	5	
616/5	A	231.01.01	CONVENIO C/O MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	-475.000,00	5	
635/1	A	231.01.01	CONVENIO C/SEDUMA	-2.001,08	5	
632/7	A	231.01.01	CONVENIO C/MINIST.DE PLANEJ.E ORCAMENTO	-60.000,00	5	
504/0	A	231.01.01	CONVENIO C/MINSITERIO DA EDUCACAO/FNDE	0,00	5	
507/5	A	231.01.01	COMP.FIN.EXT.DE OLEO BRUTO,XISTO E GAS	0,00	5	
650/0	S	231.02	DESPESA ORCAMENTARIA		4	
651/9	A	231.02.01	PESSOAL	5.233.151,70	5	
652/7	A	231.02.01	PESSOAL CIVIL	0,00	5	
653/5	A	231.02.01	PESSOAL MILITAR	0,00	5	
654/3	A	231.02.01	OBRIGACOES PATRIMONIAIS	0,00	5	
655/1	A	231.02.01	MATERIAL DE CONSUMO	545.326,33	5	
656/0	A	231.02.01	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	3.727.086,45	5	
657/8	A	231.02.01	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	5	
658/6	A	231.02.01	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	5	
659/4	A	231.02.01	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	59.584,49	5	
660/8	A	231.02.01	SETENCAS JUDICIARIAS	0,00	5	
661/6	A	231.02.01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
662/4	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.630.451,10	5	
663/2	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	0,00	5	
664/0	A	231.02.01	SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00	5	
665/9	A	231.02.01	CONTRIBUICOES CORRENTES	0,00	5	
666/7	A	231.02.01	CONTRIBUICOES A FUNDOS	0,00	5	
667/5	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS A TERRITORIO	0,00	5	
668/3	A	231.02.01	CONTRIBUICOES A TERRITORIOS	0,00	5	
669/1	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	926.593,36	5	
670/5	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS A UNIAO	0,00	5	
671/3	A	231.02.01	TRANSFER.A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	5	
672/1	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS MUNICIPAIS	0,00	5	
673/0	A	231.02.01	TRANSF.A INSTIT. MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	5	
674/8	A	231.02.01	TRANSFER. A INSTITUICOES PRIVADAS	411.616,71	5	
675/6	A	231.02.01	SUBVENCOES SOCIAIS	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
1676/4	A	231.02.01	SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00	5	
1677/2	A	231.02.01	CONTRIBUICOES CORRENTES	0,00	5	
1678/0	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00	5	
1679/9	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS A GOVERNOS	0,00	5	
1680/2	A	231.02.01	TRANSF. A ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,00	5	
1681/0	A	231.02.01	CONTRIBUICOES A FUNDOS INTERNACIONAIS	0,00	5	
1682/9	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	448.381,48	5	
1683/7	A	231.02.01	INATIVOS	0,00	5	
1684/5	A	231.02.01	PENSIONISTAS	0,00	5	
1685/3	A	231.02.01	SALARIO-FAMILIA	0,00	5	
1686/1	A	231.02.01	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	5	
1687/0	A	231.02.01	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	0,00	5	
1688/8	A	231.02.01	BENEFICIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	5	
1689/6	A	231.02.01	INDENIZACOES DE ACIDENTES DE TRABALHO	0,00	5	
1690/0	A	231.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	0,00	5	
1691/8	A	231.02.01	ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA	559.547,19	5	
1692/6	A	231.02.01	JUROS DE DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
1693/4	A	231.02.01	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
1694/2	A	231.02.01	JUROS SOBRE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
1695/0	A	231.02.01	DESCONTOS E COMIS.S/TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
1696/9	A	231.02.01	JUROS DE OUTRAS DIVIDAS	0,00	5	
1697/7	A	231.02.01	ENCARGOS DE OUTRAS DIVIDAS	0,00	5	
1698/5	A	231.02.01	CORR.MONET.S/OPER.DE CRED.P/ANTEC.RECEIT	0,00	5	
1699/3	A	231.02.01	ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA	0,00	5	
1700/0	A	231.02.01	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
1701/9	A	231.02.01	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
1702/7	A	231.02.01	JUROS SOBRE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
1703/5	A	231.02.01	DESC. E COMISSOES S/ TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
1704/3	A	231.02.01	CONTRIB.P/FORMACAO PATR.SERV.PUBL.-PASEP	117.870,69	5	
1705/1	A	231.02.01	DIVERSAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.454,54	5	
1706/0	A	231.02.01	SENTENCAS JUDICIARIAS	0,00	5	
1707/8	A	231.02.01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
1708/6	A	231.02.01	OBRAS E INSTALACOES	295.002,24	5	
1709/4	A	231.02.01	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	355.681,67	5	
1710/8	A	231.02.01	INVEST.EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL	484.825,01	5	
1711/6	A	231.02.01	CONST.OU AUMENTO CAP.EMPR.INDUS.AGRICOLA	0,00	5	
1712/4	A	231.02.01	DIVERSOS INVESTIMENTOS	0,00	5	
1713/2	A	231.02.01	SENTENCAS JUDICIARIAS	0,00	5	
1714/0	A	231.02.01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
1715/9	A	231.02.01	AQUISICAO DE IMOVEIS	43.000,00	5	
1716/7	A	231.02.01	AQUIS.OUTROS BENS DE CAP.JA EM UTILIZACA	0,00	5	
1717/5	A	231.02.01	AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	0,00	5	
1718/3	A	231.02.01	AQUISICAO DE TITULOS DE CREDITO	0,00	5	
1719/1	A	231.02.01	AQUIS.DE TITULOS REPR.DE CAP.JA INTEGRAL	0,00	5	
1720/5	A	231.02.01	CONST.OU AUMET.DE CAP.DE EMPR.COM.FINANC	0,00	5	
1721/3	A	231.02.01	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS	0,00	5	
1722/1	A	231.02.01	DEPOSITOS COMPULSORIOS	0,00	5	
1723/0	A	231.02.01	DIVERSAS INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	5	
1724/8	A	231.02.01	SENTENCAS JUDICIARIAS	0,00	5	
1725/6	A	231.02.01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
1726/4	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	12.917,31	5	
1727/2	A	231.02.01	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5	
1728/0	A	231.02.01	CONTRIBUICOES PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5	
1729/9	A	231.02.01	CONTRIBUICOES A FUNDOS	0,00	5	
1730/2	A	231.02.01	AUXILIOS PARA TERRITORIOS	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
731/0	A	231.02.01	CONTRIBUICOES AOS TERRITORIOS	0,00	5	
732/9	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	5	
733/7	A	231.02.01	TRANSFERENCIA A UNIAO	0,00	5	
734/5	A	231.02.01	TRANSF.A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	5	
735/3	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	0,00	5	
736/1	A	231.02.01	TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	5	
737/0	A	231.02.01	TRANSF. A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	5	
738/8	A	231.02.01	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5	
739/6	A	231.02.01	CONTRIBUICOES P/ DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5	
740/0	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00	5	
741/8	A	231.02.01	TRANSFERENCIAS A GOVERNOS	0,00	5	
742/6	A	231.02.01	TRANSFERENC.A ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,00	5	
743/4	A	231.02.01	TRANSFERENC. A FUNDOS INTERNACIONAIS	0,00	5	
744/2	A	231.02.01	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	539.739,40	5	
745/0	A	231.02.01	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
746/9	A	231.02.01	RESGATE DE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
747/7	A	231.02.01	CORRECOES SOBRE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
748/5	A	231.02.01	OUTRAS AMORTIZACOES	0,00	5	
749/3	A	231.02.01	AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA	0,00	5	
750/7	A	231.02.01	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	0,00	5	
751/5	A	231.02.01	RESGATE DE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
752/3	A	231.02.01	CORRECOES SOBRE TITULOS DO TESOURO	0,00	5	
753/1	A	231.02.01	DIFERENCAS DE CAMBIO	0,00	5	
754/0	A	231.02.01	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	5	
755/8	A	231.02.01	SENTENCAS JUDICIARIAS	0,00	5	
756/6	A	231.02.01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
757/4	A	231.02.01	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	5	
800/7	S	24	CONTAS DE INTERFERENCIA		2	
811/2	S	241	CONTAS DE INTERFERENCIA		3	
801/5	S	241.01	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		4	
802/3	A	241.01.01	RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCICIO	0,00	5	
003/4	A	241.01.01	CONVERSAO MONETARIA	0,00	5	
815/5	S	241.02	RECEITAS A CLASSIFICAR		4	
816/3	A	241.02.01	RECEITAS A CLASSIFICAR NO EXERCICIO	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAD
000/1	S	3	SISTEMA PATRIMONIAL		1	
001/0	S	31	ATIVO PERMANENTE		2	
002/8	S	311	BENS MOVEIS		3	2.142129900
003/6	S	311.01	MOVEIS		4	
004/4	A	311.01.01	VEICULOS E ACESSORIOS	610.508,91	5	
005/2	A	311.01.02	MAQUINAS, MOTORES E APARELHOS	114.942,34	5	
006/0	A	311.01.03	MAQUINAS DE ESCRITORIO	120.808,56	5	
007/9	A	311.01.04	MOBILIARIO EM GERAL	249.355,00	5	
008/7	A	311.01.05	INSTRUMENTOS E UTENSILIOS	23.195,83	5	
009/5	A	311.01.06	ACERVO BIBLIOGRAFICO	7.921,64	5	
020/6	S	312	BENS IMOVEIS		3	2.142119900
021/4	S	312.01	IMOVEIS		4	
022/2	A	312.01.01	TERRENOS	111,83	5	
023/0	A	312.01.02	EDIFICACOES	0,00	5	
024/9	A	312.01.03	INSTALACOES PERMANENTES	0,00	5	
025/7	A	312.01.04	FAZENDAS	0,00	5	
026/5	A	312.01.05	OBRAS EM ANDAMENTO	92.219,43	5	
040/0	S	313	BENS DA NATUREZA INDUSTRIAL		3	2.142122800
041/9	S	313.01	BENS MOVEIS DE NATUREZA INDUSTRIAL		4	
042/7	A	313.01.01	MOVEIS PARA FINS INDUSTRIAIS	0,00	5	
055/9	S	313.02	BENS IMOVEIS DE NATUREZA INDUSTRIAL		4	
056/7	A	313.02.01	IMOVEIS PARA FINS INDUSTRIAIS	117.000,22	5	
057/5	A	313.02.02	CAPTACAO E ELEVATORIA DE AGUA	0,00	5	
058/3	A	313.02.03	ADUTORA	0,00	5	
059/1	A	313.02.04	ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA	0,00	5	
060/5	A	313.02.05	RESERVATORIO DE AGUA	0,00	5	
061/3	A	313.02.06	REDES E RAMAIS DE AGUA	0,00	5	
062/1	A	313.02.07	CHAFARIZES,LAVANDERIAS,BANHEIROS PUBL.	0,00	5	
063/0	A	313.02.08	ELEVATORIAS DE ESGOTO	0,00	5	
064/8	A	313.02.09	UNIDADE DE TRATAMENTO DE ESGOTO	0,00	5	
065/6	A	313.02.10	COLETORES,RAMAIS,INTERCEP.E EMISSARIOS	0,00	5	
066/4	A	313.02.11	OBRAS A RECEBER	0,00	5	
070/2	S	314	CREDITOS		3	
071/0	S	314.01	DIVIDA ATIVA		4	2.122110000
072/9	A	314.01.01	TRIBUTARIA	5.304.048,85	5	
073/7	A	314.01.02	NAD TRIBUTARIA	0,00	5	
085/0	S	314.02	DEVEDORES		4	
086/9	A	314.02.01	POR PAVIMENTACAO DE RUAS	0,00	5	
087/7	A	314.02.02	POR EMPRESTIMOS	0,00	5	
088/5	A	314.02.03	POR DANOS MATERIAIS	0,00	5	
100/8	S	315	VALORES		3	
101/6	S	315.01	PARTICIPACOES SOCIETARIAS		4	2.122510000
102/4	A	315.01.01	CELESC	0,00	5	
103/2	A	315.01.02	PETROBRAS	0,00	5	
104/0	A	315.01.03	TELEBRAS	4.372,68	5	
105/9	A	315.01.04	PARTICIPACOES SOCIETARIAS	51.697,11	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
120/2	S	316	DIVERSOS		3	
121/0	S	316.01	ALMOXARIFADO		4	2.113110100
122/9	A	316.01.01	ESTOQUES OFICINA	0,00	5	
123/7	A	316.01.02	ESTOQUES OBRAS	0,00	5	
124/5	A	316.01.03	ESTOQUE ADMINISTRACAO	0,00	5	
140/7	S	316.02	BENS OBSOLETOS		4	2.142129900
141/5	A	316.02.01	BENS MOVEIS	0,00	5	
142/3	A	316.02.02	BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00	5	
143/1	A	316.02.03	ESTOQUES	0,00	5	
160/1	S	316.03	BENS EM PROCESSO DE COMPRA		4	2.122900000
161/0	A	316.03.01	BENS MOVEIS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00	5	
162/8	A	316.03.02	BENS IMOVEIS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00	5	
200/4	S	32	PASSIVO PERMANENTE		2	
201/2	S	321	DIVIDA FUNDADA		3	5.222120000
202/0	S	321.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA		4	
002/2	A	321.01.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA BADESC	-4.603,12	5	
008/1	A	321.01.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA - FIGUERAS	0,00	5	
244/0	A	321.01.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA FGTS	0,00	5	
257/2	A	321.01.01	FGTS/CEF/SC	0,00	5	
263/7	A	321.01.01	INSS	0,00	5	
313/7	A	321.01.01	DIVIDA FDA INTERNA/CEF/SC/PRODURB/PROBAS	348,29	5	
874/0	A	321.01.01	RODOBENS ADMINISTRACAO E PROMOCOES LTDA	0,00	5	
725/1	A	321.01.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA EBTU/SEC,TES.NAC.	0,00	5	
002/6	A	321.01.01	DIVIDA FUNDADA INTERNA BADESC	0,00	5	
091/0	A	321.01.01	COMPANHIA DE HABIT.DO ESTADO SC COHAB	-211.690,91	5	
291/3	A	321.01.01	ANA CLAUDIA DE MORAES	0,00	5	
526/2	A	321.01.01	PARANA EQUIPAMENTOS S.A.	-70.000,00	5	
353/6	A	321.01.01	IPESC DIVIDA CONFESSADA	0,00	5	
999/2	A	321.01.01	BANCO DO BRASIL S/A	0,00	5	
003/0	A	321.01.02	DIVIDA FUNDADA INTERNA INSS	0,00	5	
004/9	A	321.01.03	DIVIDA FUNDADA INTERNA PASEP	0,00	5	
005/7	A	321.01.04	CONSORCIO RODABENS	0,00	5	
215/2	S	321.02	DIVIDA FUNDADA EXTERNA		4	
230/6	S	322	DIVERSOS		3	
231/4	S	322.01	DEBITOS CONSOLIDADOS		4	
232/2	A	322.01.01	I.A.P.A.S. C/ DEBITOS CONSOLIDADOS	25.533,01	5	5.222390000
233/0	A	322.01.02	FGTS C/ DEBITOS CONSOLIDADOS	0,00	5	5.222190000
234/9	A	322.01.03	IPESC C/ DEBITOS CONSOLIDADOS	-154.138,61	5	5.222190000
235/7	A	322.01.04	PASEP C/ DEBITOS CONSOLIDADOS	0,00	5	5.222190000
236/5	A	322.01.05	CONSORCIO AUTO-FINANCIAMENTO	0,00	5	5.222190000
237/3	A	322.01.06	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	5	5.222190000
2300/0	S	33	SALDO PATRIMONIAL		2	
2301/9	S	331	ATIVO REAL LIQUIDO		3	6.241100000
2302/7	S	331.01	SUPERAVIT PATRIMONIAL		4	
2303/5	A	331.01.01	SUPERAVIT DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
2304/3	A	331.01.02	SUPERAVIT DO EXERCICIO	-2.320.438,09	5	
2315/9	S	332	PASSIVO REAL A DESCOBERTO		3	6.241100000
2316/7	S	332.01	DEFICIT PATRIMONIAL		4	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
317/5	A	332.01.01	DEFICIT DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	5	
318/3	A	332.01.02	DEFICIT DO EXERCICIO	0,00	5	
400/7	S	34	SISTEMA DE RESULTADO PATRIMONIAL		2	
401/5	S	341	VARIACOES ATIVAS RESULT.DE EXEC.ORCAMENT		3	
402/3	S	341.01	RECEITA ORCAMENTARIA		4	
403/1	A	341.01.01	RECEITA REALIZADA	0,00	5	
415/5	S	341.02	VA-MUTACOES PATRIMONIAIS - REO		4	
416/3	A	341.02.01	AQUISICAO DE BENS MOVEIS	-355.681,67	5	1.613110201
417/1	A	341.02.02	CONSTRUCAO E AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	0,00	5	1.613110100
418/0	A	341.02.03	CONSTR.E AQUIS.DE BENS DE NATUREZA INDUS	0,00	5	1.613119900
419/8	A	341.02.04	FORMACAO DE CREDITOS DIVERSOS	0,00	5	1.613190000
420/1	A	341.02.05	AQUISICAO DE TITULOS E VALORES	0,00	5	1.613110300
421/0	A	341.02.06	AQUISICAO DE BENS DIVERSOS	0,00	5	1.613119900
422/8	A	341.02.07	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	5	1.613120100
423/6	A	341.02.08	AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	-271.461,98	5	1.613310000
424/4	A	341.02.09	AMORTIZACAO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	5	1.613119900
425/2	A	341.02.10	AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS	-268.277,42	5	1.613310000
440/6	S	342	VARIACOES ATIVAS INDEPEND.DE EXEC.ORCAME		3	
441/4	S	342.01	VA-VARIACOES PATRIMONIAIS - IEO		4	
442/2	A	342.01.01	INCORPORACAO DE BENS E VALORES	0,00	5	1.623120100
443/0	A	342.01.02	RECEBIMENTO DE BENS EM DOACAO	0,00	5	1.623120100
444/9	A	342.01.03	INCORPORACAO DE ALMOXARIFADO	0,00	5	1.623120100
445/7	A	342.01.04	REAVALIACAO DE BENS	-13.299,96	5	1.623210200
446/5	A	342.01.05	INSCRICAO DA DIVIDA ATIVA	-1.347.580,02	5	1.623170300
447/3	A	342.01.06	INSCRICAO DE OUTROS CREDITOS	0,00	5	1.623179900
448/1	A	342.01.07	CANCELAMENTOS DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	5	1.623319900
449/0	A	342.01.08	BAIXA DE PASSIV.PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	5	1.623900000
450/3	A	342.01.09	TRANSF.DE OBRAS EM ANDAM.P/CUSTO FINAL	0,00	5	1.623900000
004/2	A	342.01.99	CONVERSAD MONETARIA	0,00	5	
475/9	S	343	VARIACOES PASS.RESULT.DA EXEC.ORCAMENTAR		3	
476/7	S	343.01	DESPESAS ORCAMENTARIAS		4	
477/5	A	343.01.01	DESPESA REALIZADA	0,00	5	
490/2	S	343.02	VP-MUTACOES PATRIMONIAIS - REO		4	
491/0	A	343.02.01	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	17.300,00	5	2.513110201
492/9	A	343.02.02	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	5	2.513110100
493/7	A	343.02.03	ALIENACAO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00	5	2.513119900
494/5	A	343.02.04	RECEBIMENTOS DE CREDITOS DIVERSOS	432.493,33	5	2.513120200
495/3	A	343.02.05	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES	0,00	5	2.513110300
496/1	A	343.02.06	ALIENACAO DE BENS E DIVERSOS	0,00	5	2.513119900
497/0	A	343.02.07	RECEBIMENTO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	5	2.513120100
498/8	A	343.02.08	EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	5	2.513390000
550/0	S	344	VARIAC.PASSIVAS INDEPEND.DE EXEC.ORCAMEN		3	
551/8	S	344.01	VP-VARIACOES PATRIMONIAIS - IEO		4	
552/6	A	344.01.01	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS	0,00	5	2.523120100
553/4	A	344.01.02	BAIXA DE BENS POR PERMUTA	0,00	5	2.523120100
554/2	A	344.01.03	BAIXA DE BENS POR DOACAO	0,00	5	2.523120100
555/0	A	344.01.04	BAIXA DE BENS INCINERADOS	0,00	5	2.523120100
556/9	A	344.01.05	BAIXA DE BENS POR FURTO OU ROUBO	0,00	5	2.523120100
557/7	A	344.01.06	BAIXA DE ALMOXARIFADO	0,00	5	2.523120299

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIÃO
558/5	A	344.01.07	DEPRECIACAO DE BENS	0,00	5	2.523900000
559/3	A	344.01.08	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA	0,00	5	2.523170300
560/7	A	344.01.09	CANCELAMENTO DE CREDITOS	0,00	5	2.523900000
561/5	A	344.01.10	ENCAMPACAO DE DIVIDAS PASSIVAS	158.023,56	5	2.523900000
562/3	A	344.01.11	CORRECAO DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	5	2.523410200
563/1	A	344.01.12	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00	5	2.523140000
564/0	A	344.01.13	TRANSF.DE OBRAS EM ANDAMENT.P/CUSTO FINA	0,00	5	2.523900000
565/8	A	344.01.14	DEVOLUCAO DE BENS	0,00	5	2.523900000
566/6	A	344.01.15	TRANSF. DE BENS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00	5	2.523900000
005/0	A	344.01.99	CONVERSÃO MONETARIA	0,00	5	
590/9	S	345	CONTAS DE INTERFERENCIA		3	
591/7	S	345.01	TRANSFERENCIA PATRIMONIAIS		4	
592/5	A	345.01.01	TRANSF. PATRIMONIAIS DO EXERCICIO	0,00	5	
006/9	A	345.01.99	CONVERSÃO MONETARIA	0,00	5	
610/7	S	345.02	RESULTADO PATRIMONIAL		4	
611/5	A	345.02.01	RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCICIO	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAD
000/7	S	4	SISTEMA DE COMPENSACAO		1	
001/5	S	41	ATIVO COMPENSADO		2	3.199990000
002/3	S	411	VALORES EM PODER DE TERCEIROS		3	
003/1	S	411.01	DEPOSITO DE TITULOS CAUCIONADOS		4	
030/9	S	411.02	DEPOSITARIO DE TITULOS EM COBRANCA		4	
060/0	S	412	VALORES DE TERCEIROS		3	
061/9	S	412.01	TITULOS RECEBIDOS EM CAUCAO		4	
090/2	S	412.02	CARTAS DE FIANCA RECEBIDAS EM GARANTIA		4	
120/8	S	412.03	CONVENIO C/UNIAO,ESTADO,OUTROS MUNICIP.		4	
150/0	S	413	VALORES NOMINAIS EMITIDOS		3	
151/8	S	413.01	CAIXA DE TITULOS		4	
200/0	S	414	DIVERSOS		3	
201/8	S	414.01	RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS		4	
251/4	A	414.01.01	RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS DIV.	0,00	5	
250/6	S	414.02	RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTO		4	
168/7	A	414.02.01	ALCIDES MILTON DA SILVA	0,00	5	
193/8	A	414.02.01	EVADIO FRANCISCO BROERING	0,00	5	
203/9	A	414.02.01	IRINEU ANTONIO DE MELO	0,00	5	
650/6	A	414.02.01	REINALDO WEINGARTNER	0,00	5	
910/6	A	414.02.01	PEDRO ANTONIO KREUSCH	0,00	5	
213/1	A	414.02.01	LUIZ HENRIQUE MOREIRA	0,00	5	
528/9	A	414.02.01	RITA DE C. NAHAS CLAUMANN	0,00	5	
600/5	A	414.02.01	NIRDO ARTUR DA LUZ	0,00	5	
608/0	A	414.02.01	GIOVANI EDUARDO ADRIANO	0,00	5	
641/2	A	414.02.01	ARI LEONEL FILHO	0,00	5	
687/0	A	414.02.01	LUCIA SILVA DEBIASI	400,00	5	
693/5	A	414.02.01	ALMIR TITO MOREIRA	0,00	5	
766/4	A	414.02.01	OSVALDO A. DO CARMO FILHO	0,00	5	
787/7	A	414.02.01	SERGIO HAEMING	0,00	5	
821/0	A	414.02.01	TARCISIO SCHMIDT	0,00	5	
843/1	A	414.02.01	GENTIL ALVES DA SILVA	0,00	5	
848/2	A	414.02.01	JORGE LUIZ PAIVA	0,00	5	
172/5	A	414.02.01	AMARO JOSE DA SILVA JUNIOR	0,00	5	
894/6	A	414.02.01	ESTEFANO HUGO BROERING NETO	0,00	5	
034/7	A	414.02.01	RICARDO LUCIANO S. NEVES	0,00	5	
113/0	A	414.02.01	ROSANGELA M. DACOREGIO LUCIANO	0,00	5	
121/1	A	414.02.01	SERAFIM BOING	0,00	5	
147/5	A	414.02.01	RUBENS DE ANDRADE	0,00	5	
174/2	A	414.02.01	JEANINE NAHAS DONATELLO	0,00	5	
200/5	A	414.02.01	IVANA SCHEIDT	0,00	5	
221/8	A	414.02.01	ARI PAULO DONATELLO	0,00	5	
272/2	A	414.02.01	IVONE TREZEZINHA M. DA SILVA / OUTROS	0,00	5	
281/1	A	414.02.01	TONIA MARLY MACHADO LOSI	0,00	5	
011/2	A	414.02.01	JOAO JULIO DA ROSA JUNIOR	0,00	5	
291/9	A	414.02.01	ANA CLAUDIA DE MORAES	0,00	5	
314/1	A	414.02.01	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	0,00	5	
323/0	A	414.02.01	MARGARETE JOAQUINA DA ROSA	0,00	5	
327/3	A	414.02.01	ARI DE SOUZA	500,00	5	
363/0	A	414.02.01	ALBERTO PRIM	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
386/9	A	414.02.01	ANGELICA DE SOUZA	0,00	5	
389/3	A	414.02.01	ADRIANA REGINA SANCEVERINO LOSSO	0,00	5	
392/3	A	414.02.01	ANA ISABEL CASSETTARI ADRIANO	400,00	5	
396/6	A	414.02.01	MACELO NORBERTO KNABEN	0,00	5	
400/8	A	414.02.01	ROSANA JUTTEL PEREIRA	0,00	5	
412/1	A	414.02.01	CECILIA SOUZA DA SILVA	0,00	5	
420/2	A	414.02.01	KATIA DE SOUZA	0,00	5	
399/5	A	414.02.01	JOAQUIM DORIVAL VELHO	0,00	5	
444/0	A	414.02.01	VILSON DE SOUZA	0,00	5	
451/2	A	414.02.01	PAULINO SCHINDT	200,00	5	
452/0	A	414.02.01	GILBERTO ROSA	0,00	5	
457/1	A	414.02.01	MARIA DA GRACA COELHO DE SOUZA	0,00	5	
480/6	A	414.02.01	ANTONIO ALVINO WAGNER	0,00	5	
481/4	A	414.02.01	NIVALDO SCHMIDT	0,00	5	
485/7	A	414.02.01	IVETE MARIA SCHMIDT	0,00	5	
495/4	A	414.02.01	MILTON LUIZ ESPINDOLA	0,00	5	
511/0	A	414.02.01	MARIA NAZARE DA L. PASSOS	0,00	5	
538/1	A	414.02.01	TANIA REGINA DE OLIVEIRA LINHARES	0,00	5	
539/0	A	414.02.01	RITA DE CASSIA LOPES DA SILVA FRAGOSO	0,00	5	
543/8	A	414.02.01	JOVELINO PARIZZOTO	0,00	5	
546/2	A	414.02.01	JOSE BATISTA DA ROSA	0,00	5	
589/6	A	414.02.01	LORECI CATARINA WESTPHAL	0,00	5	
695/7	A	414.02.01	EVERTON MARTINS	0,00	5	
696/5	A	414.02.01	MARIA NAZARE DA LUZ PASSOS	0,00	5	
705/8	A	414.02.01	TONIA MARLY MACHADO LOSI	0,00	5	
716/3	A	414.02.01	ANDREA MARA H. LUCKMANN	0,00	5	
721/0	A	414.02.01	SAUL DA SILVA MATTOS	0,00	5	
727/9	A	414.02.01	MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES	0,00	5	
728/7	A	414.02.01	IVANA SCHEIDT	0,00	5	
731/7	A	414.02.01	JEAN HENRIQUE DIAS CARNEIRO	0,00	5	
760/0	A	414.02.01	CRISTIANO SANTOS	0,00	5	
175/5	A	414.02.01	JANIO LUIZ DESCHAMPS	0,00	5	
784/8	A	414.02.01	DELAMAR BORGES	0,00	5	
785/6	A	414.02.01	MARGARETE JOAQUINA DA ROSA	0,00	5	
793/7	A	414.02.01	FATIMA DA COSTA	0,00	5	
174/7	A	414.02.01	MILTON ESPINDOLA	0,00	5	
837/2	A	414.02.01	MOISES MAURILO MAZZOLA	0,00	5	
838/0	A	414.02.01	DEOLINDA PICKLER PEREIRA	65,00	5	
849/6	A	414.02.01	JOSE ELEODORO MARTINS	0,00	5	
350/2	S	414.03	RESPONSAVEIS POR DOCUMENTOS DE ARRECADAC		4	
450/9	S	414.04	RESPONSAVEIS POR EXECUCAO DE CONTRATOS		4	
550/5	S	414.05	RESPONSAVEIS POR AUXILIOS E SUBVENCOES		4	
000/1	A	414.05.01	IMPLANTACAO DO SISTEMA	0,00	5	
006/0	A	414.05.01	ASSOCIACAO DOS MUNICIPIO GRANFOPOLIS	189.069,00	5	
066/4	A	414.05.01	ACARPESC	0,00	5	
121/0	A	414.05.01	ACARESC	0,00	5	
182/2	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO DE FURADINHO	0,00	5	
185/7	A	414.05.01	CLUBE DOS DESBRAVADORES DE CANAA	0,00	5	
245/4	A	414.05.01	CLUBE RECREATIVO SETE DE SETEMBRO	0,00	5	
261/6	A	414.05.01	APAE	15.364,71	5	
271/3	A	414.05.01	CELESC S/A	0,00	5	
336/1	A	414.05.01	COMISSAO MUNICIPAL DE FUTEBOL	0,00	5	
400/7	A	414.05.01	SOCIEDADE MUSICAL N. S. DOS NAVEGANTES	1.630,00	5	
412/0	A	414.05.01	GUARANI FUTEBOL CLUBE	0,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
414/7	A	414.05.01	ASSOCIACAO COMUNIT.ZONA SUL DE PALHOCA	0,00	5	
422/8	A	414.05.01	ASSIPI-ASSOC IDOSAS DA PRAIA DA PINHEIRA	0,00	5	
430/9	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO DA PONTE DO MARDIM	27.714,00	5	
431/7	A	414.05.01	CRUZEIRO DO SUL FUTEBOL CLUBE DA G.CUBAT	0,00	5	
458/9	A	414.05.01	CONSELHO COMUNIT. DA GUARDA DO CUBATAO	0,00	5	
610/7	A	414.05.01	SOCIEDADE ESPORTIVA LIVERPOOL	0,00	5	
638/7	A	414.05.01	ASSOC. DOS MORAD. DA COMUNID.DE PACHECOS	0,00	5	
642/5	A	414.05.01	ESPORTE CLUBE CERAMICA SILVEIRA	0,00	5	
643/3	A	414.05.01	FRATERNIDADE SAO FRANCISCO DAS CHAGAS	0,00	5	
666/2	A	414.05.01	METROPOL FUTEBOL CLUBE	0,00	5	
668/9	A	414.05.01	ELDORADO ESPORTE CLUBE	0,00	5	
711/1	A	414.05.01	CENTRO COMUNITARIO SANTA CLARA II	0,00	5	
720/0	A	414.05.01	LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL	1.800,00	5	
721/9	A	414.05.01	ASSOCIACAO ESPORTIVA REC. CULT. NOROESTE	0,00	5	
793/6	A	414.05.01	CLUBE DE MAES LOCALIDADE BAIRRO ARIRIU	0,00	5	
841/0	A	414.05.01	CENTRO COMUNITARIO DA PONTE DE INARUIM	0,00	5	
842/8	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO DO ARIRIU	0,00	5	
853/3	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO SAO TOME	0,00	5	
859/2	A	414.05.01	ALCOOLATRAS ANONIMOS UNIDOS DE PALHOCA	0,00	5	
908/4	A	414.05.01	ELDORADO FUTEBOL CLUBE	0,00	5	
911/4	A	414.05.01	ESPORTE CLUBE NOVA ESPERANCA	0,00	5	
113/5	A	414.05.01	CLUBE RECREATIVO PRAIA SOL	0,00	5	
186/0	A	414.05.01	ASSOCIACAO ESPORT.RECREAT.CULTU.NOROESTE	0,00	5	
237/9	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO DO ALTO ARIRIU	36.108,00	5	
260/3	A	414.05.01	ASSOC.CORAL EVANG.LUT.VOZES DO ARIRIU	0,00	5	
266/2	A	414.05.01	THOME ESPORTE CLUBE	0,00	5	
284/0	A	414.05.01	APEC-ASSOC.PALHOCENSE ENTIDADES COMUNIT.	0,00	5	
331/6	A	414.05.01	CENTRO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES	0,00	5	
333/2	A	414.05.01	ASSOCIACAO COMUNIT. DA GUARDA DO EMBAU	0,00	5	
532/7	A	414.05.01	SDC.CIVIL E ESCOLA FAMILIAR RURAL S.JOSE	0,00	5	
559/9	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO SANTA CLARA	6.222,00	5	
615/3	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO DE SAO SEBASTIAO	5.640,00	5	
708/7	A	414.05.01	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BELA VISTA	1.839,00	5	
833/4	A	414.05.01	ASSOC.BENEF.DOS PESCADORES DA BAIJA SUL	0,00	5	
855/5	A	414.05.01	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA ANA	0,00	5	
885/7	A	414.05.01	TUPA ESPORTE CLUBE	0,00	5	
888/1	A	414.05.01	MARLETE DA SILVA	0,00	5	
906/3	A	414.05.01	AZ DE DURO ESPORTE CLUBE	0,00	5	
948/9	A	414.05.01	ACAO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOCA	15.120,00	5	
971/1	A	414.05.01	IBAM - INSTITUTO BRAS. DE ADM. MUNICIPAL	0,00	5	
990/3	A	414.05.01	FARMACIA PONTO FINAL M/E	0,00	5	
315/0	A	414.05.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.533.612,54	5	
316/8	A	414.05.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	238.350,04	5	
437/7	A	414.05.01	ASSOC.AMIGOS DA BANDA MARC.JARD.EUCALIP.	1.500,00	5	
467/9	A	414.05.01	PROJETO ESPERANCA	13.170,00	5	
468/7	A	414.05.01	ASSOCIACAO DOS MORADORES P.R.COQUEIROS	14.283,00	5	
469/5	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO BREJARUENSE	18.147,00	5	
470/9	A	414.05.01	SOCIEDADE JOAO PAULO II	14.775,00	5	
471/7	A	414.05.01	ASSOCIACAO DOS MORADORES GUARDA CUBATAO	7.992,00	5	
472/5	A	414.05.01	ASSOCIACAO DE MORADORES COM. DE PACHECOS	23.688,00	5	
473/3	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO ARIRIU DA FORMIGA	10.095,00	5	
474/1	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO JARDIM ELDORADO	22.158,00	5	
475/0	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO PADRE REUS	36.240,00	5	
494/6	A	414.05.01	SIND. RURAL DOS TRABALHADORES DE PALHOCA	3.800,00	5	
557/8	A	414.05.01	ASSOC. PROT. A CRIANCA CAREN. TIA BENTA	5.810,00	5	

CONTA	A/S	MASCARA	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	GRAU	COD.UNIAO
572/1	A	414.05.01	FUNDEFUVAM	0,00	5	
656/6	A	414.05.01	CONSELHO COMUNITARIO BELA VISTA	13.920,00	5	
701/5	A	414.05.01	ASSOC.DE PAIS E PROF.DA ESC.ISOL. SERTAO	856,91	5	
650/1	S	414.06	RESPONSAVEIS POR CONVENIOS E ACORDOS		4	
750/8	S	415	CONTRAPARTIDA		3	
751/6	S	415.01	CONTRAPARTIDA SINTETICAS		4	
752/4	A	415.01.01	CONTRAPARTIDA DA RESPONS. DA PREFEITURA	0,00	5	
770/2	S	42	PASSIVO COMPENSADO		2	7.299900000
771/0	S	421	CONTRAPARTIDAS		3	
772/9	S	421.01	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS		4	
773/7	A	421.01.01	CONTRAP.DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	0,00	5	
774/5	A	421.01.02	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	0,00	5	
775/3	A	421.01.03	CONTRAPART.DE VALORES NOMINAIS EMITIDOS	0,00	5	
776/1	A	421.01.04	CONTRAP.DE RESPONSABILIDADES DIVERSAS	-2.260.469,20	5	
790/7	S	422	RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA		3	
791/5	S	422.01	BENS RECEBIDOS EM COMODATO		4	
820/2	S	422.02	OBRIGACOES CONTRATUAIS		4	
850/4	S	422.03	GARANTIAS DIVERSAS		4	
007/7	S	423	CONVERSAD MONETARIA		3	
008/5	S	423.01	CONVERSAD MONETARIA		4	
009/3	A	423.01.01	CONVERSAD MONETARIA	0,00	5	

ANEXO 4

ANEXOS DA LEI

4.320/64

ANEXO I

Especificação da Receita

*(Portaria SOF/SEPLAN nº 472, de 21 de julho de 1993 –
Atualizada pela Portaria nº 3, de 05 de agosto de 1994)*

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA
1110.00.00	IMPOSTOS
1111.00.00	<i>Impostos sobre o Comércio Exterior</i>
1111.01.00	Imposto sobre a Importação
1111.02.00	Imposto sobre a Exportação
1112.00.00	<i>Impostos sobre o Patrimônio e a Renda</i>
1112.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
1112.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
1112.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional
1112.04.01	Pessoas Físicas
1112.04.02	Pessoas Jurídicas
1112.04.03	Retido nas Fontes
1112.04.04	Adicional do Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas
1112.04.05	Adicional do Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas
1112.05.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
1112.07.00	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Bens e Direitos
1112.08.00	Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
1113.00.00	<i>Impostos sobre a Produção e a Circulação</i>
1113.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados
1113.02.00	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
1113.03.00	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
1113.04.00	Imposto Provisório sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
1113.05.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1113.07.00	Impostos sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos
1115.00.00	<i>Impostos Extraordinários</i>
1120.00.00	TAXAS
1121.00.00	<i>Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia</i>
1122.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços
1130.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
1220.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
1400.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA
1410.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL
1420.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS
1490.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL
1510.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL
1520.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1530.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO
1540.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
1710.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
1711.00.00	<i>Transferências da União</i>
1712.00.00	<i>Transferências dos Estados</i>
1713.00.00	<i>Transferências dos Municípios</i>
1720.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
1721.00.00	<i>Transferências da União</i>
1721.01.00	Participação na Receita da União
1721.01.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios
1721.01.04	Transferência do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes (Arts. 157, I e 158, I da Constituição Federal)
1721.01.05	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
1721.01.12	Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados
1721.01.30	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação
1721.01.32	Cota-Parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro
1721.09.00	Outras Transferências da União
1722.00.00	Transferências dos Estados
1722.01.00	Participação na Receita dos Estados
1722.09.00	Outras Transferências dos Estados
1723.00.00	<i>Transferências dos Municípios</i>
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS
1740.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR
1750.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
1921.00.00	Indenizações
1921.01.00	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
1921.02.00	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
1921.03.00	Compensação Financeira pela Extração do Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás
1921.09.00	Outras Indenizações
1922.00.00	<i>Restituições</i>
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
1931.00.00	<i>Receita da Dívida Ativa Tributária</i>
1932.00.00	<i>Receita da Dívida Ativa não Tributária</i>
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
2120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
2300.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
2411.00.00	<i>Transferências da União</i>
2412.00.00	<i>Transferências dos Estados</i>
2413.00.00	<i>Transferências dos Municípios</i>
2420.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
2421.00.00	<i>Transferências da União</i>
2421.01.00	Participação na Receita da União
2421.09.00	Outras Transferências da União
2422.00.00	<i>Transferências dos Estados</i>
2422.01.00	Participação na Receita dos Estados
2422.09.00	Outras Transferências dos Estados
2423.00.00	<i>Transferências dos Municípios</i>
2430.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS
2440.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR
2450.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
2520.00.00	INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS

ADENDO IV

Especificação da Despesa

(à Portaria SOF nº 8, de 04.02.1985)

Anexo 4, da Lei nº 4.320/64

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0	<i>Pessoal</i>
3.1.1.1	Pessoal Civil
3.1.1.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas
3.1.1.1.02	Diárias
3.1.1.1.03	Outras Despesas Variáveis
3.1.1.2	Pessoal Militar
3.1.1.2.01	Vencimentos e Vantagens Fixas
3.1.1.2.02	Diárias
3.1.1.2.03	Outras Despesas Variáveis
3.1.1.3	Obrigações Patronais
3.1.2.0	<i>Material de Consumo</i>
3.1.3.0	<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos
3.1.9.0	<i>Diversas Despesas de Custeio</i>
3.1.9.1	Sentenças Judiciárias
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0	<i>Transferências Intragovernamentais</i>
3.2.1.1	Transferências Operacionais
3.2.1.2	Subvenções Econômicas
3.2.1.3	Contribuições Correntes
3.2.1.4	Contribuições a Fundos
3.2.1.5	Transferências Operacionais a Territórios
3.2.1.6	Contribuições a Territórios

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
3.2.2.0	<i>Transferências Intergovernamentais</i>
3.2.2.1	Transferências à União
3.2.2.2	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
3.2.2.3	Transferências a Municípios
3.2.2.4	Transferências a Instituições Multigovernamentais
3.2.3.0	<i>Transferências a Instituições Privadas</i>
3.2.3.1	Subvenções Sociais
3.2.3.2	Subvenções Econômicas
3.2.3.3	Contribuições Correntes
3.2.4.0	<i>Transferências ao Exterior</i>
3.2.4.1	Transferências a Governos
3.2.4.2	Transferências a Organismos Internacionais
3.2.4.3	Contribuições a Fundos Internacionais
3.2.5.0	<i>Transferências a Pessoas</i>
3.2.5.1	Inativos
3.2.5.2	Pensionistas
3.2.5.3	Salário-Família
3.2.5.4	Apoio Financeiro a Estudantes
3.2.5.5	Assistência Médico-Hospitalar
3.2.5.6	Benefícios da Previdência Social
3.2.5.7	Indenizações de Acidentes de Trabalho
3.2.5.9	Outras Transferências a Pessoas
3.2.6.0	<i>Encargos da Dívida Interna</i>
3.2.6.1	Juros de Dívida Contratada
3.2.6.2	Outros Encargos de Dívida Contratada
3.2.6.3	Juros sobre Títulos do Tesouro
3.2.6.4	Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro
3.2.6.5	Juros de Outras Dívidas
3.2.6.6	Encargos de Outras Dívidas
3.2.6.7	Correção Monetária sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
3.2.7.0	<i>Encargos da Dívida Externa</i>
3.2.7.1	Juros de Dívida Contratada

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
4.3.1.2	Contribuições para Despesas de Capital
4.3.1.3	Contribuições a Fundos
4.3.1.4	Auxílios aos Territórios
4.3.1.5	Contribuições aos Territórios
4.3.2.0	<i>Transferências Intergovernamentais</i>
4.3.2.1	Transferências da União
4.3.2.2	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
4.3.2.3	Transferências a Municípios
4.3.2.4	Transferências a Instituições Multigovernamentais
4.3.3.0	Transferências a Instituições Privadas
4.3.3.1	Auxílios para Despesas de Capital
4.3.3.2	Contribuições para Despesas de Capital
4.3.4.0	Transferências ao Exterior
4.3.4.1	Transferências a Governos
4.3.4.2	Transferências a Organismos Internacionais
4.3.4.3	Transferências a Fundos Internacionais
4.3.5.0	Amortização da Dívida Interna
4.3.5.1	Amortização de Dívida Contratada
4.3.5.2	Resgate de Títulos do Tesouro
4.3.5.3	Correções sobre Títulos do Tesouro
4.3.5.4	Outras Amortizações
4.3.6.0	<i>Amortização da Dívida Externa</i>
4.3.6.1	Amortização de Dívida Contratada
4.3.6.2	Resgate de Títulos do Tesouro
4.3.6.3	Correções sobre Títulos do Tesouro
4.3.7.0	Diferenças de Câmbio
4.3.9.0	Diversas Transferências de Capital
4.3.9.1	Sentenças Judiciárias
4.3.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
3.2.7.2	Outros Encargos de Dívida Contratada
3.2.7.3	Juros sobre Títulos do Tesouro
3.2.7.4	Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro
3.2.8.0	<i>Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PÁSEP</i>
3.2.9.0	<i>Diversas Transferências Correntes</i>
3.2.9.1	Sentenças Judiciárias
3.2.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0	INVESTIMENTOS
4.1.1.0	<i>Obras e Instalações</i>
4.1.2.0	<i>Equipamentos e Material Permanente</i>
4.1.3.0	<i>Investimentos em Regime de Execução Especial</i>
4.1.4.0	<i>Constituição ou Aumento do Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas</i>
4.1.9.0	<i>Diversos Investimentos</i>
4.1.9.1	Sentenças Judiciárias
4.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS
4.2.1.0	<i>Aquisição de Imóveis</i>
4.2.2.0	<i>Aquisição de Outros Bens de Capital já em Utilização</i>
4.2.3.0	<i>Aquisição de Bens para Revenda</i>
4.2.4.0	<i>Aquisição de Títulos de Crédito</i>
4.2.5.0	<i>Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado</i>
4.2.6.0	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras
4.2.7.0	Concessão de Empréstimos
4.2.8.0	<i>Depósitos Compulsórios</i>
4.2.9.0	<i>Diversas Inversões Financeiras</i>
4.2.9.1	Sentenças Judiciárias
4.2.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
4.3.1.0	<i>Transferências Intragovernamentais</i>
4.3.1.1	Auxílios para Despesas de Capital

ANEXO 5

Classificação Funcional-Programática: Código e Estrutura

Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. Atualizado pelas Portarias nº 4, de 12 de março de 1975, nº 25, de 14 de julho de 1976, nº 036, de 17 de dezembro de 1980, e nº 36, de 1º de agosto de 1989.

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
01	LEGISLATIVA				
		01	PROCESSO LEGISLATIVO		
				001X	Ação Legislativa
		02	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA		
				002X	Controle Externo
02	JUDICIÁRIA				
		04	PROCESSO JUDICIÁRIO		
				013X	Ação Judiciária
				014X	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
				015X	Custódia e Reintegração Social
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
		07	ADMINISTRAÇÃO		
				020X	Supervisão e Coordenação Superior
				021X	Administração Geral
				022X	Documentação e Bibliografia
				023X	Divulgação Oficial
				024X	Informática
				025X	Edificações Públicas

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

08 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- 030X Administração de Receitas
- 031X Assistência Financeira
- 032X Controle Interno
- 033X Dívida Interna
- 034X Dívida Externa
- 035X Participação Societária

09 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

- 040X Planejamento e Orçamentação
- 042X Ordenamento Econômico-Financeiro
- 043X Organização e Modernização Administrativa
- 044X Informações Geográficas e Estatísticas
- 045X Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais

10 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- 054X Pesquisa Fundamental
- 055X Pesquisa Aplicada
- 056X Desenvolvimento Experimental
- 057X Informação Científica e Tecnológica
- 058X Testes e Análise de Qualidade
- 059X Levantamento do Meio Ambiente

04 AGRICULTURA

13 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

- 066X Reforma Agrária
- 067X Colonização

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

14 PRODUÇÃO VEGETAL

075X Defesa Sanitária Vegetal
076X Corretivos e Fertilizantes
077X Irrigação
078X Mecanização Agrícola
080X Sementes e Mudas

15 PRODUÇÃO ANIMAL

087X Defesa Sanitária Animal
088X Desenvolvimento Animal
089X Desenvolvimento da Pesca

16 ABASTECIMENTO

094X Estoques Reguladores
095X Armazenamento e Silagem
096X Sistema de Distribuição de Produtos Agrícolas
097X Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos
098X Execução da Política de Preços Agrícolas

17 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

103X Proteção à Flora e à Fauna
104X Reflorestamento
105X Conservação do Solo
106X Jardins Botânicos e Zoológicos

18 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

110X Cooperativismo
111X Extensão Rural
112X Promoção Agrária

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

05 *COMUNICAÇÕES*

21 *COMUNICAÇÕES POSTAIS*

127X Serviços Postais Convencionais

128X Serviços Postais Especiais

22 *TELECOMUNICAÇÕES*

134X Telefonia

135X Telegrafia

136X Serviços Especiais de Telecomunicações

137X Radiodifusão

138X Cabodifusão

06 *DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA*

26 *DEFESA AÉREA*

160X Operações Aéreas

27 *DEFESA NAVAL*

163X Operações Navais

28 *DEFESA TERRESTRE*

166X Operações Terrestres

29 *SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES*

169X Serviços de Informação e Contra-Informação

30 *SEGURANÇA PÚBLICA*

174X Policiamento Civil

177X Policiamento Militar

178X Defesa contra Sinistros

179X Serviços Especiais de Segurança

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

07 *DESENVOLVIMENTO REGIONAL*

34 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL – PIN

180X Programação Especial

35 PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS
E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE
E DO NORDESTE – PROTERRA

38 PROGRAMAÇÃO A CARGO DE ESTADOS E MU-
NICÍPIOS

181X Transferências Financeiras a
Estados e Municípios

39 DESENVOLVIMENTO DE MICRORREGIÕES

40 PROGRAMAS INTEGRADOS

183X Programação Especial

08 *EDUCAÇÃO E CULTURA*

41 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

185X Creche

190X Educação Pré-Escolar

42 ENSINO FUNDAMENTAL

187X Erradicação do Analfabetismo

188X Ensino Regular

43 ENSINO MÉDIO

196X Formação para o Setor Primá-
rio

197X Formação para o Setor Secun-
dário

198X Formação para o Setor Terciá-
rio

199X Ensino Polivalente

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

44 ENSINO SUPERIOR

- 205X Ensino de Graduação
- 206X Ensino de Pós-Graduação
- 207X Extensão Universitária
- 208X *Campus* Universitário
- 209X Ensino de Curta Duração

45 ENSINO SUPLETIVO

- 213X Cursos de Suplência
- 214X Cursos de Suprimento
- 215X Cursos de Qualificação
- 216X Cursos de Aprendizagem
- 217X Treinamento de Recursos Humanos

46 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

- 223X Educação Física
- 224X Desporto Amador
- 227X Desporto Profissional
- 228X Parques Recreativos e Desportivos

47 ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS

- 234X Associativismo Estudantil
- 235X Bolsas de Estudo
- 236X Livro Didático
- 237X Material de Apoio Pedagógico
- 238X Residência para Educandos
- 239X Transporte Escolar
- 240X Restaurante Universitário

48 CULTURA

- 246X Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
- 247X Difusão Cultural

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

49 EDUCAÇÃO ESPECIAL

252X Educação Compensatória

253X Educação Precoce

09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

51 ENERGIA ELÉTRICA

263X Geração de Energia Hidrelétrica

264X Geração de Energia Termelétrica

265X Geração de Energia Termonuclear

266X Geração de Energia Não-Conven-
cional

267X Transmissão de Energia Elétrica

268X Distribuição de Energia Elétrica

269X Eletrificação Rural

270X Geração de Energia Nucleoelétrica

52 PETRÓLEO

53 RECURSOS MINERAIS

289X Prospeção e Avaliação de jazidas

290X Extração e Beneficiamento

292X Levantamentos Geológicos

54 RECURSOS HÍDRICOS

296X Estudos e Pesquisas Hidrológicos

297X Regularização de Cursos d'Água

55 CARVÃO MINERAL

56 XISTO

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

10 *HABITAÇÃO E URBANISMO*

57 *HABITAÇÃO*

316X *Habitações Urbanas*

317X *Habitações Rurais*

58 *URBANISMO*

323X *Planejamento Urbano*

59 *REGIÕES METROPOLITANAS*

60 *SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA*

325X *Limpeza Pública*

326X *Serviços Funerários*

327X *Iluminação Pública*

328X *Parques e Jardins*

11 *INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS*

62 *INDÚSTRIA*

346X *Promoção Industrial*

347X *Produção Industrial*

348X *Importação de Insumos Industriais*

63 *COMÉRCIO*

353X *Comercialização*

354X *Promoção Interna do Comércio*

355X *Promoção Externa do Comércio*

64 *SERVIÇOS FINANCEIROS*

361X *Seguros e Capitalização*

362X *Serviços Bancários e Financeiros*

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

65 TURISMO

- 363X Promoção do Turismo
- 364X Empreendimentos Turísticos

66 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

- 374X Marcas e Patentes
- 375X Metrologia
- 376X Registro de Empresas

12 *RELAÇÕES EXTERIORES*

72 POLÍTICA EXTERIOR

- 410X Relações Diplomáticas
- 411X Cooperação Internacional

13 *SAÚDE E SANEAMENTO*

75 SAÚDE

- 427X Alimentação e Nutrição
- 428X Assistência Médica e Sanitária
- 429X Controle das Doenças Transmissíveis
- 430X Vigilância Sanitária
- 431X Produtos Profiláticos e Terapêuticos
- 432X Saúde Materno-Infantil

76 SANEAMENTO

- 447X Abastecimento d'Água
- 448X Saneamento Geral
- 449X Sistemas de Esgotos

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

77 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- 455X Defesa contra a Erosão
- 456X Controle da Poluição
- 457X Defesa contra as Secas
- 458X Defesa contra as Inundações
- 459X Recuperação de Terras

14 *TRABALHO*

78 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

- 470X Seguro-Desemprego
- 471X Auxílio-Refeição
- 472X Vale-Transporte

79 SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

- 479X Normatização e Fiscalização da Proteção no Trabalho
- 480X Prevenção do Acidente do Trabalho

80 RELAÇÕES DO TRABALHO

- 473X Associativismo e Sindicalismo
- 474X Fiscalização do Exercício Profissional
- 475X Fiscalização das Relações de Trabalho
- 477X Ordenamento do Emprego e do Salário
- 478X Serviço Social

15 *ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA*

81 ASSISTÊNCIA

- 483X Assistência ao Menor
- 484X Assistência ao Silvícola
- 485X Assistência à Velhice
- 486X Assistência Social Geral
- 487X Assistência Comunitária

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

82 PREVIDÊNCIA

- 492X Previdência Social a Segurados
- 493X Previdência Social a Não Segurados
- 495X Previdência Social a Inativos e Pensionistas

83 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

84 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

16 TRANSPORTE

87 TRANSPORTE AÉREO

- 523X Infra-Estrutura Aeroportuária
- 524X Controle e Segurança de Tráfego Aéreo
- 525X Serviços de Transporte Aéreo

88 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- 531X Rodovias
- 532X Terminais Rodoviários
- 534X Estradas Vicinais
- 535X Controle e Segurança de Tráfego Rodoviário
- 536X Serviços de Transporte Rodoviário
- 537X Construção e Pavimentação de Rodovias
- 538X Conservação de Rodovias
- 539X Restauração de Rodovias

Cód.	Funções	Cód.	Programas	Cód.	Subprogramas
------	---------	------	-----------	------	--------------

89 TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- 542X Ferrovias
- 543X Terminais Ferroviários
- 544X Controle e Segurança de Tráfego Ferroviário
- 545X Serviços de Transporte Ferroviário

90 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

- 562X Portos e Terminais Fluviais e Lacustres
- 563X Portos e Terminais Marítimos
- 564X Controle e Segurança de Tráfego Hidroviário
- 565X Serviços de Transporte Marítimo
- 566X Serviços de Transporte Fluvial e Lacustre
- 567X Hidrovias

91 TRANSPORTE URBANO

- 571X Serviços de Transporte Urbano
- 572X Transporte Metropolitano
- 573X Controle e Segurança de Tráfego Urbano
- 574X Vias Expressas
- 575X Vias Urbanas
- 576X Terminais Intermodais

92 CORREDORES DE TRANSPORTE

93 TRANSPORTES ESPECIAIS

- 580X Dutos

Observações:

I – Ao ser aplicado o código do Subprograma, o X será substituído por:

- 0, quando se tratar do total do Subprograma;
- 1, 3, 5 ou 7, quando a seguir constar código de Projeto;
- 2, 4, 6 ou 8, quando a seguir constar código de Atividade.

II – Os Programas 35, 39, 52, 55, 56, 59, 83, 84 e 92 não possuem Subprogramas típicos, devendo, porém, ser desdobrados em conformidade com as ações que serão desenvolvidas.

Comparativo da Despesa Autorizada
com a Realizada

ANEXO 11

TÍTULOS	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	Realizada \$	Diferenças \$
Órgão "A"					
(Por Categorias Econômicas)					
.....					
.....					
Soma					
Órgão "B"					
.....					
.....					
Soma					
TOTAL					

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão \$	Execução \$	Diferenças \$	TÍTULOS	Fixação \$	Execução \$	Diferenças \$
Receitas Correntes				Créditos Orçamentários e Suplementares Créditos Especiais Créditos Extraordinários			
Receita Tributária							
Receita de Contribuições							
Receita Patrimonial							
Receita Agropecuária							
Receita Industrial							
Receita de Serviços							
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
Soma				Soma			
Déficits				Superávits			
TOTAL				TOTAL			

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	\$	\$	\$	TÍTULOS	\$	\$	\$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Receitas Correntes				Legislativa			
Receita Tributária				Judiciária			
Receita de Contribuições				Administração e Planejamento			
Receita Patrimonial				Agricultura			
Receita Agropecuária				Comunicações			
Receita Industrial				Defesa Nacional e Segurança			
Receita de Serviços				Pública			
Transferências Correntes				Desenvolvimento Regional			
Outras Receitas Correntes				Educação e Cultura			
Receita de Capital				Energia e Recursos Minerais			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				Habitação e Urbanismo			
Restos a Pagar (Contrapartida da				Indústria, Comércio e Serviços			
despesa a pagar)				Relações Exteriores			
Serviços da Dívida a Pagar				Saúde e Saneamento			
(Contrapartida)				Trabalho			
Depósitos				Assistência e Previdência			
Outras Operações:				Transporte			
.....				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
SALDO DO EXERCÍCIO				Restos a Pagar (Pagamento no			
ANTERIOR				exercício)			
Disponível:				Serviço da Dívida a Pagar			
Caixa				(pagamento)			
Bancos e Correspondentes				Depósitos			
Exatores				Outras Operações:			
Vinculado em c/c Bancárias						
TOTAL				SALDOS PARA O EXERCÍCIO			
				SEGUINTE:			
				Disponível:			
				Caixa			
				Bancos e Correspondentes			
						
				Exatores			
				Vinculado em c/c Bancárias			
				TOTAL			

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	\$	\$	\$	TÍTULOS	\$	\$	\$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponível				Restos a Pagar:			
Caixa						
Bancos e Correspondentes				Serviço da Dívida a Pagar			
Exatores				Depósitos			
Vinculado em c/c Bancárias				Débitos de Tesouraria			
.....				PASSIVO PERMANENTE			
Realizável				Dívida Fundada Interna:			
.....				Em Títulos			
ATIVO PERMANENTE				Por Contratos			
Bens Móveis				Dívida Fundada Externa:			
Bens Imóveis				Em Títulos			
Bens de Natureza Industrial				Por Contratos			
Créditos				Diversos:			
Valores Diversos						
Soma do Ativo Real				Soma do Passivo Real			
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto				Ativo Real Líquido			
Soma				Soma			
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Valores em Poder de Terceiros:				Contrapartida de Valores em			
.....				Poder de Terceiros:			
Valores Nominais Emitidos:						
Diversos:				Contrapartida de Valores			
.....				Nominais Emitidos:			
TOTAL GERAL				Diversos:			
						
				TOTAL GERAL			

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	\$	\$	\$	TÍTULOS	\$	\$	\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO				RESULTANTES DA EXECUÇÃO			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
Receita Tributária				Despesas de Custeio			
Receita de Contribuições				Transferências Correntes			
Receita Patrimonial				Despesas de Capital			
Receita Agropecuária				Investimentos			
Receita Industrial				Inversões Financeiras			
Receita de Serviços				Transferências de Capital			
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Aquisição de Bens Móveis				Cobrança da Dívida Ativa			
Construção e Aquisição de Bens Imóveis				Alienação de Bens Móveis			
Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial				Alienação de Bens Imóveis			
Aquisição de Títulos e Valores				Alienação de Bens de Natureza Industrial			
Empréstimos Concedidos				Alienação de Títulos e Valores			
Diversas				Empréstimos Tomados			
Total				Recebimento de Créditos			
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO				Diversas			
ORÇAMENTÁRIA				Total			
Inscrição da Dívida Ativa				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO			
Inscrição de Outros Créditos				ORÇAMENTÁRIA			
Incorporação de Bens (doações, legados, etc.)				Cancelamento da Dívida Ativa			
Cancelamento de Dívidas Passivas				Encampação de Dívidas Passivas			
Diversas				Diversas			
Total das Variações Ativas				Total das Variações Passivas			
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Deficit Verificado (se for o caso)				Superávit Verificado (se for o caso)			
TOTAL GERAL				TOTAL GERAL			